



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Declaro iniciada a 4^a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Ainda não há quórum — mas haverá — para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial: pode haver Parlamentares no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Enquanto aguardamos o quórum para deliberar, eu abro a palavra para quem quiser fazer uso dela enquanto aguardamos o quórum.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Deputada Alê Silva, V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Bom dia, Presidente; bom dia, Brasil.

Eu só vim mesmo solicitar ao nobre Relator do Orçamento e aos colegas desta Casa que defendamos um valor mais justo para o nosso turismo, para que o nosso Ministério do Turismo possa atuar.

Este foi um dos segmentos mais atingidos pela crise do coronavírus. Tivemos essas atividades paralisadas em vários locais de turismo no Brasil. Precisamos levar à frente essas demandas do turismo, porque é um setor que emprega muita gente em todo o País.

Então é isso. Fica aqui a minha palavra de pedido de socorro aos membros da Casa e ao nobre Relator, para que, dentro do possível e que ainda seja viável, consigamos contemplar o turismo do nosso País com o valor melhor, para que se possam levar adiante os nossos projetos de turismo que estão no respectivo Ministério.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Obrigada, Deputada.

A palavra continua facultada aos Srs. e Sras. Parlamentares que desejem dela fazer uso pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

Está com a palavra o Sr. Deputado Felipe Carreras.

Ouço V.Exa. com muito prazer, Deputado.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Bom dia a todos, aos colegas Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a todos os que estão aqui no plenário, aos que nos acompanham de forma virtual, a todos os que estão nos



assistindo através da *TV Câmara* também. É uma honra, Deputada Margarete Coelho, ter V.Exa. presidindo esta reunião, Parlamentar por quem tenho profunda admiração.

Colegas, apresentei um destaque na Comissão Mista de Orçamento para seja recomposto o orçamento solicitado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Num primeiro momento, aos olhos de vários Parlamentares e do povo brasileiro, pode-se não dar a importância merecida ao censo.

O censo é feito de forma decenal. No ano passado, não foi possível a sua realização em virtude da pandemia, mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se preparou. Nós temos inclusive nesta Comissão a presença da Presidente do IBGE, Dra. Susana Guerra, que fez uma belíssima exposição sobre a importância do censo.

É importante que nós tenhamos noção do tamanho da responsabilidade e da importância de o censo ser realizado no nosso País. O censo é a principal investigação estatística do nosso País. Não tem como nenhum país sério, repito, nenhum país sério que preze por qualidade de investimento, seja para o desenvolvimento, seja para o custeio, seja para investimento na saúde neste momento, atuar se não tiver as informações do censo.

É através do censo que se orienta desde o Presidente da República ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Economia, para nortear e balizar todos os investimentos. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é baseado no censo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é baseado no censo, o SUS e os recursos distribuídos são baseados no censo.

Vou dar aqui um dado, Presidente, só para eu concluir, e vocês terem noção de como o nosso País está no mundo. Sabem quantos países do mundo que há 11 anos não fazem o censo? Vou dizer para vocês: El Salvador, Haiti, Congo, Líbia, Somália, Sudão do Sul. Sem desmerecer nenhuma nação dessas, o Brasil se encontra nesta situação!

Então, faço aqui um apelo a todos os colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para revermos isso e fazermos uma avaliação. Se nós não tomarmos uma atitude, nós vamos passar este ano sem o censo. Deputado Fábio Ramalho, este é o censo mais importante do século, repito, do século! Digo isso porque ele vai ser feito diante de uma pandemia, e, só através do censo, nós poderemos enxergar os enormes danos provocados por esta pandemia num país cheio de desigualdades. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esta pandemia está tornando ainda maior o abismo social



do País. E, só por meio do censo, poderemos ter uma política séria de combate a um dos maiores males da nossa Nação: a desigualdade social.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Obrigada, Sr. Deputado. Eu concordo plenamente com V.Exa., até porque, se nós não tivermos dados qualificados, dados com qualidade, como poderemos fazer políticas públicas sem sequer saber os números exatos da nossa população, onde estão, como vivem e em que condições vivem? Como fazer políticas públicas com exatidão?

Quando se fazem políticas públicas com base em dados bem qualificados, nós temos condições de errar menos ou de acertar mais, porque teremos a exatidão de onde alocar os nossos recursos e para onde destiná-los.

Se temos poucos recursos financeiros e uma demanda enorme da sociedade, o caminho mais fácil e mais previsível é o de gastarmos com qualidade. E como gastar com qualidade sem sabermos quem precisa mais e onde estão essas pessoas? Muitas vezes uma ação bem menos onerosa traz um efeito na qualidade de vida da população muito mais potencializado, muito mais proveitoso.

V.Exa. tem toda razão, e pode contar com a minha total adesão ao seu pleito. Vamos juntos trabalhar para que realmente o Brasil... Eu já acho que fazer o censo de 10 em 10 anos e a contagem de 5 em 5 anos já não nos dá essa exatidão. Acho que hoje, com os meios que nós temos, poderíamos ter essas contagens, essas conferências num espaço de prazo menor, com uma frequência maior.

Mas, pelo menos, temos que cumprir o que a lei já estabelece: contagem de 5 em 5 anos e censo de 10 em 10 anos.

Obrigada a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Fábio Ramalho. Com prazer, ouço V.Exa.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Primeiramente, quero parabenizar a Presidente Margarete Coelho, que tem feito um trabalho brilhante nesta Casa e está presidindo, neste momento, com muita elegância e sabedoria, esta reunião de hoje da Comissão.

Quero, Deputado Felipe Carreras, corroborar as suas palavras e dizer que V.Exa. está coberto de razão, assim como a Presidente Margarete, porque realmente precisamos



do censo. O censo é necessário. Penso que um país sério tem que fazer censo mesmo. Então, conte comigo, com meu total apoio. É disso que precisamos.

Quero saudar também a Deputada Professora Dorinha, que chegou aqui.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Obrigada, Deputado.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Ouço, com muito prazer, o Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) - É um prazer grande, Presidente, podermos ser comandados por V.Exa. Quero saudar aqui todos os amigos, companheiros, Deputadas e Deputados que estão nos acompanhando e também o Brasil.

Sra. Presidente, também estou preocupadíssimo com essa decisão sobre o censo deste ano. Sou municipalista, tenho um compromisso com o povo brasileiro. Todos nós aqui sabemos que o povo do Brasil vive é nos Municípios; é lá que estão as dificuldades, os desafios mais imediatos desta Nação. E não fazer o censo significa dizer algo muito simples: que nós não estamos preocupados com a atualização dos problemas que o Brasil enfrenta, não estamos preocupados em fazer o orçamento correto, colocando dinheiro onde de fato é necessário, e, mais do que isso, não estamos preocupados em fazer justiça verdadeira com a distribuição dos recursos onde de fato a população está, ou seja, Municípios que mais pessoas têm recebem mais e Municípios que menos pessoas têm recebem menos.

Isso é de fato muito preocupante. E é uma decisão que esta Comissão e esta Casa precisam rediscutir e retomar no sentido de restabelecer o recurso e garantir que o censo aconteça, porque o censo não é de um governo, nem é de uma Comissão de Orçamento, tampouco do Poder Legislativo. O censo é do Brasil, é do povo brasileiro, que precisa dizer o que pensa da educação, da saúde, do saneamento, dos seus desejos e prioridades mais eminentes, para que esta Casa e esta Comissão possam destinar e colocar o recurso no lugar correto.

Para que V.Exa. tenha uma ideia de como estamos em relação aos recursos que este País, hoje, disponibiliza, só na área de ciência e tecnologia, 61,47% do orçamento está em reserva de contingência. É algo impressionante que, de um orçamento — eu fui Sub-Relator da matéria nesta Comissão — de 8 bilhões, Excelência, apenas pouco mais de 3 bilhões



estarão disponíveis de fato para a ciência e tecnologia num país onde mais morre gente por COVID no mundo hoje. E apenas a ciência e a tecnologia, segundo o discurso feito pelo Presidente, ontem, Deputado Fábio, é que podem resgatar a saúde pública brasileira e mundial e também a nossa economia.

Portanto, fica aqui o meu registro de preocupação, Presidenta, com essa questão do nosso censo e também dessa área importantíssima e estratégica que é a ciência e tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado Fábio.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Eu quero saudar o Deputado Silas Câmara, um grande Deputado, e dizer que o que nós temos que pensar e determinar é que em pandemia ninguém deveria pagar juros. Nós estamos pagando, neste ano, 400 bilhões de juros. Isso é um absurdo! Em pandemia, não se pagam juros! Nossa povo está morrendo! Nós estamos vendo aí falta de vacina e todas as coisas. Em pandemia, não se pagam juros!

Hoje, nós estamos destinando 400 bilhões para pagamento de juros. Nós não deveríamos pagar 1 centavo de juros, porque nós estamos vivendo um momento de guerra, um momento de salvar a nossa população.

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Obrigada, Deputado Fábio.

Deputado Silas, V.Exa. tem absoluta razão. O censo é a base de todas as políticas públicas desde a saúde à educação, ao desenvolvimento tecnológico... Este é um corte transversal que se faz.

Não se fazem políticas públicas sem saber onde as pessoas estão, como vivem e do que precisam, como estão as condições de saúde, como estão as condições de educação. Enfim, ele é a base de toda e qualquer política pública. Até mesmo a distribuição de cadeiras nesta Casa é baseada, ou deveria se basear, na questão populacional.

Então, realmente isso é muito grave, é preocupante. E esta Casa deve se debruçar com muito cuidado e com muito afincô sobre este tema. Nós precisamos ter dados bem qualificados para melhor destinar os recursos do Brasil. Os recursos estão escassos. Para se ter uma ideia, para a infraestrutura, são apenas 120 milhões, com alguns cortes que se



fizeram para atender minimamente cada emenda dos Parlamentares aqui presentes. Não conseguimos chegar minimamente próximo do que os Parlamentares reivindicaram com muita justiça para seus Estados, para seus Municípios, para desenvolverem as suas regiões. Afinal de contas, foi para isso que nós fomos eleitos, é para isso que nós estamos aqui.

Então, eu também me junto a V.Exa., me solidarizo com a sua preocupação e me somo a ela. Realmente, é muito grave não nós termos sequer a noção de quem são os brasileiros, onde estão vivendo, como estão vivendo e do que precisam para viver melhor.

Agradeço a V.Exa. pela manifestação.

A palavra continua facultada aos Srs. e às Sras. Parlamentares.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Sra.

Presidente, eu gostaria de cumprimentá-la, é muito bomvê-la presidindo esta Comissão.

Dando sequência ao início do debate, se fosse possível — eu sei que nós vamos debater para votar o texto, começar o debate à tarde —, eu gostaria de chamar a atenção em relação a alguns pontos do texto apresentado pelo Relator-Geral do Orçamento.

Além da preocupação com o comprometimento em relação ao censo, porque este foi um corte violento que inviabiliza o trabalho do IBGE e a realização de um censo, acho que não é preciso repetir todas as diferentes manifestações em relação à importância estratégica e necessária...

A SRA. PRESIDENTE (Margarete Coelho. Bloco/PP - PI) - Deputada Professora Dorinha, eu vou pedir desculpas a V.Exa. por interrompê-la. Mas o Papa Francisco — eu sei que nem todos seguem a orientação dele — está pedindo oração à humanidade exatamente ao meio-dia, que cada um de nós paremos por 1 minuto de silêncio e de oração pelas vítimas da COVID.

Então, convido todos e todas para se juntarem a nós num momento de oração seja qual for o nosso credo, seja qual for a nossa designação religiosa. Todos nós somos filhos de Deus, todos nós somos irmãos e fraternos com essas vítimas da COVID.

Peço, então, Srs. e Sras. Parlamentares, 1 minuto de silêncio e de orações em favor das vítimas da COVID. (*Pausa.*)

Obrigada, Deputada Dorinha, devolvo a palavra a V.Exa. e a Presidência à Deputada Flávia Arruda.



A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Dando sequência, Presidente, primeiro quero falar da importância deste momento de silêncio, independente de qualquer credo, porque a COVID tem atingido toda a humanidade.

Eu participava agora há pouco da reunião no Colégio de Líderes, como representante da bancada feminina, e o Presidente Arthur Lira apresentou a urgência de votação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, que trata da criação de um programa estratégico para o enfrentamento à COVID que possibilite ações ainda mais enérgicas para aquisição de leitos, parcerias com diferentes instituições, o avanço em relação à vacinação e um pacto nacional de enfrentamento necessário à COVID, que eu entendo que esta Casa já vem fazendo ao longo deste ano, em razão, infelizmente, da pandemia.

Voltando ao tema do Orçamento, quero reforçar essa questão da necessidade, Presidente Flávia Arruda, da discussão com o Relator-Geral quanto a alguns cortes que comprometem de maneira muito significativa diferentes ações.

Eu falava do IBGE, dando sequência ao pronunciamento dos colegas. O corte foi violento e impede a realização de qualquer ação em relação ao censo. E o censo é o instrumento para Estados, Municípios e a própria União realizarem políticas nacionais em diferentes áreas.

Quero chamar a atenção para um tema que eu já trouxe aqui outras vezes, que trata da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Os recursos alocados vão obrigar as instituições a colocarem na rua milhares de pessoas que são atendidas nessas casas que fazem o combate ao uso de drogas, entorpecentes e álcool através da SENAPRED — Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas.

Esse é o apelo.

Faço também um apelo quanto à questão da política de mulheres. Apesar de todo o esforço do Relator Setorial, nós não conseguimos avançar em relação ao orçamento para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, muito menos na área da segurança pública, na ação apresentada pela Presidente Flávia, referente a políticas de segurança, enfrentamento e combate à violência contra a mulher, a mortes que acontecem diariamente.

Quero falar da educação também. Os cortes foram muito violentos na área de educação. Com certeza, o orçamento terá que ser recomposto no Orçamento ou na própria Regra de Ouro, porque as universidades e os institutos federais não conseguirão manter



as portas abertas ou o seu funcionamento básico a partir de agosto. Existe um comprometimento de políticas, inclusive de atendimento aos mais carentes.

Da mesma forma, sobre a educação básica, eu chamo a atenção para essa área e tenho essa expectativa de que esta Comissão possa avançar no debate do relatório apresentado pelo Senador Marcio Bittar. Tenho certeza de que nós vamos encontrar alternativas. Logicamente, nós sabemos que o cobertor é curto, e há dificuldade de atendimento.

Agradeço e peço essa disposição dos colegas para a construção desse debate. Obviamente, teremos que apontar de onde virão os recursos e como eles serão remanejados para atender tanto o censo, nos caso da violência contra a mulher, a SENAPRED, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, ligada ao Ministério da Cidadania, que também tem outros comprometimentos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Pela ordem, Deputada Flávia.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Boa tarde, Presidenta Flávia; boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares e povo brasileiro que nos assiste nesta sessão da CMO.

O som está bom aí, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Pode continuar, Deputado. O som está ótimo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidenta.

Quero saudar V.Exa., saudar o Relator, o Senador Marcio Bittar, agradecer porque V.Exas. nos receberam em audiência, o Senador também, saudar todos os Sub-Relatores e Relatores Setoriais na pessoa do Deputado Nilto Tatto, que foi o Relator Setorial do Meio Ambiente.

Presidenta, há sobre a mesa um conjunto de requerimentos que são um *kit* obstrução. Nós do PT consideramos que esse relatório é um ataque ao Estado brasileiro e à sua capacidade de enfrentar esta pandemia, que se agrava na saúde, é uma crise sanitária sem precedentes, e se agrava na economia também.



Há cortes, como já foi dito, no orçamento da educação. Na educação superior, as universidades têm um corte muito expressivo, elas terão dificuldade de custeio e de manutenção, e vai haver encerramento de atividades.

Também na educação básica, como disse a Deputada Professora Dorinha, há uma insuficiência de dotação orçamentária. Nós temos também problema no custeio, no investimento da saúde, nós precisamos garantir os recursos para o combate à pandemia. O Governo central, o Governo do Presidente Bolsonaro, precisa assumir uma coordenação, o Ministro Queiroga precisa dizer a que veio, tem de assumir a coordenação nacional de uma política de distanciamento social, de isolamento social, para conter a expansão da pandemia. Os recursos são insuficientes, os recursos são insuficientes no meio ambiente, e a suplementação é irrigária, simbólica.

Com todo o respeito, Senador Marcio Bittar, a alegação... Claro, nós sabemos que essa Emenda Constitucional nº 95, o teto de gastos, é um desserviço ao País. Nós precisaríamos de rubricas robustas para o Meio Ambiente — e quero parabenizar o Deputado Nilto Tatto pelo relatório. Vou citar só um caso, para não me prolongar e encerrar a minha intervenção, Presidenta: para combate a incêndios, é necessário haver uma dotação orçamentária, assim como para outros órgãos e ações do Ministério do Meio Ambiente. Merece destaque também a importância da agricultura familiar.

Nós temos um conjunto de destaques que queremos retirar da votação em globo. Sabemos que o Governo tem maioria, que aprovou a Emenda Constitucional nº 109, agora, com um teto de gastos de 44 bilhões somente, para o auxílio emergencial, esse auxílio pífio. Só o Governo Bolsonaro para fazer um auxílio de tão pequena extensão e com valor tão irrigário, de 175 reais.

Então, Presidenta, para facilitar a nossa vida, nós pedimos a nominal. Nós vamos derrubar esta sessão — e isso pode comprometer, eventualmente, o acordo, se houver —, para, em sessões subsequentes, ser aproveitado o quórum. Nós do PT não registramos o quórum. O quórum foi obtido com a base do Governo, mas acho difícil que o Governo segure uma nominal. Então, sugiro a V.Exa., com todo o respeito, que suspenda a sessão das 12 horas, para que nós possamos continuar dialogando com o Senador Marcio, que, reconheço, recebeu inúmeros segmentos.

Há suplementação orçamentária, e sei que V.Exa. se empenhou, Presidenta. Ressalto, por exemplo, a rubrica da EMBRAPA. Não há coloração partidária, ideológica. O



sindicato de trabalhadores — e quero saudar o SINPAF —, não está... O pessoal que quer desmontar o Estado diz que é luta corporativa. Ali está uma demonstração de que não é. A luta é pelo orçamento para o funcionamento de uma empresa tão estratégica para o agronegócio e para a agricultura familiar.

Então, Presidenta, para concluir, quero dizer que considero mais saudável para nós aqui, na sessão das 12 horas, que V.Exa. suspenda os trabalhos, porque assim evitárá que, numa nominal, caia a sessão, e que V.Exa., se houver acordo mais adiante, tenha dificuldade para conseguir quórum para as próximas sessões.

Estamos em obstrução, vamos fazer destaque, vamos segurar a obstrução, vamos votar "não" ao relatório, vamos votar contra o corte de gastos da Emenda Constitucional nº 95 e do Governo Bolsonaro, Presidenta Flávia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado, eu agradeço a sua colocação. Eu queria dizer que ainda estamos aguardando a chegada do *kit* obstrução ao e-mail institucional da CMO, mas a sua Assessoria já está sabendo.

Eu queria pedir licença a V.Exa...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, tem que ser atualizado o sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - A informação que eu recebi é de que ele ainda não chegou aqui.

Não chegou, não é? (*Pausa.*)

Não chegou.

Mas, Deputado, não há problema nenhum.

Eu quero, antes disso, pedir licença a V.Exa. — e as suas ponderações são todas legítimas —, até que chegue o protocolo do *kit* obstrução ao e-mail institucional, para apreciarmos a ata, para apenas apreciarmos a ata e o relatório do COI. Aí suspendemos a sessão e retomamos, mais tarde, a discussão, depois de conversarmos, de tentarmos um acordo em relação ao que V.Exa. está colocando. Eu queria pedir permissão para apreciarmos a ata e o relatório do COI.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta Flávia, destacando a sempre habilidosa condução de V.Exa. e considerando o nosso lapso, de não estar no sistema,



temos que ceder e agradecer a V.Exa. a compreensão. Então, vamos fazer aqui o acordo: V.Exa. aprecia apenas o relatório do COI e suspende a sessão. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está feito o acordo, Deputado. Vou apreciar a ata, o relatório do COI, e suspender a sessão.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Muito obrigada.

Havendo quórum para deliberar e concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. e às Sras. Parlamentares que se manifestem. (*Pausa.*)

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 15 e 16 de março de 2021, e 3ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada no dia 17 de março de 2021.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Passemos à Ordem do Dia.

Informo que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI foi constituído por esta Presidência e que foi designado como Coordenador o Deputado Ruy Carneiro.

De acordo com os arts. 24, I, e 122 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Comitê elaborou os Relatórios nºs 1 e 2/COI/CMO/2021.



Para elaborar o Relatório nº 2, o Comitê encaminhou aos órgãos gestores pedidos de informações sobre as obras. Os órgãos encaminharam suas respostas, que estão disponíveis na página da CMO.

Em seguida, foram realizadas, nos dias 10 e 17 de março, audiências públicas com o Tribunal de Contas da União e os órgãos gestores de obras com indícios de irregularidades graves que deveriam constar do Anexo VI da LOA 2021.

Ainda de acordo com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o art. 20 dispõe que os relatórios elaborados pelos comitês devem ser apreciados pelo colegiado e em seguida encaminhados para a deliberação do Plenário da CMO. Entretanto, após solicitação do Coordenador, o Deputado Ruy Carneiro, o comitê não alcançou o quórum regimental para aprovação dos relatórios.

Diante do exposto e tendo em vista o trabalho dispensado pelo Coordenador, pelo TCU, pelos órgãos gestores, pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, proponho a apreciação dos relatórios por este colegiado.

Item 1 - Apreciação do Relatório nº 1/COI/CMO, de 2021, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que analisa os Avisos nºs 5 e 6, de 2021, do Congresso Nacional, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Tem a palavra o Deputado Ruy Carneiro, Coordenador do COI.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Quero cumprimentá-la, Presidenta Flávia Arruda, todos os colegas e toda a assessoria.

Nós vamos iniciar a leitura do Relatório nº 1 e, depois, faremos a leitura do Relatório nº 2.

Parece-me que há uma emenda do colega da Bahia, o Deputado João Carlos Bacelar, e alguns destaques também em relação a obra na Bahia, em relação à Transnordestina.

"Relatório nº 1.

Sra. Presidente, o relatório já foi publicado, e o tempo é precioso para esta Comissão. Peço a sua autorização para fazer uma leitura bastante resumida dos elementos essenciais do nosso trabalho.



Este relatório tem por objetivo analisar os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional ao longo do exercício de 2020, relativos às obras com indícios de irregularidades graves.

Compete a este comitê apreciar todos os avisos dessa natureza que estiverem pendentes de deliberação pela CMO até o último dia do mês de novembro de cada exercício (...).

Os avisos em questão destinavam-se a alterar os quadros de bloqueio da Lei Orçamentária de 2020. Ora, a vigência do Orçamento de 2020 já se encerrou. Assim, perde o objeto qualquer medida destinada a alterar a Lei Orçamentária de 2020. Nada mais temos a fazer aqui, apontando que utilizamos toda a informação desses avisos nas análises das obras para a Lei Orçamentária de 2021.

Voto

Diante da constatação da não instalação da CMO em 2020 e do encerramento daquele exercício, com a consequente perda da vigência da Lei Orçamentária Anual para 2020 (...), decide-se:

- arquivar os Avisos AVN 5/2021-CN e AVN 6/2021-CN, objetos deste relatório, por perda de objeto;
- incorporar toda a informação constante dos mencionados avisos no relatório do comitê relativo à elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2021."

Lido o Relatório nº 1, Sra. Presidente.

O voto é em conjunto ou em separado?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Em separado.

Diante da constatação da não instalação da CMO em 2020 e do encerramento daquele exercício, com a consequente perda da vigência da Lei Orçamentária Anual, decide-se: arquivar os Avisos AVN 5/2021-CN e AVN 6/2021-CN, objetos deste relatório, por perda de objeto; e incorporar toda a informação constante dos mencionados avisos no relatório do comitê relativo à elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2021.

O relatório está em discussão.

O Senador Ciro, que está com a mão levantada, quer falar agora ou no próximo?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) - Não, só quando for votado o meu destaque, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.



A discussão está aberta. (*Pausa.*)

A discussão está encerrada.

O relatório do COI está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Peço que registre o meu voto contrário.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Ressalvados os destaques.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Ressalvados os destaques, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Ressalvados os destaques.

Este é o Relatório 1 do COI. O destaque de V.Exas. está no Relatório 2 do COI. Este não tem destaque.

Registrado o voto contrário do Deputado Afonso.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Do Deputado Nilto Tatto também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Do Deputado Nilto Tatto também.

Da Deputada Professora Dorinha também.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Peço que registre o voto contrário do Deputado Gervásio também, Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Registro o voto contra do Deputado Gervásio.

Item 2 - Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 2/COI/CMO de 2021, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que propõe alteração do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional — PLOA 2021.



Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

Coordenador: Deputado Ruy Carneiro.

O voto é pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 28/20, do Congresso Nacional, nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetermos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional:

I) reiterar a solicitação ao Tribunal de Contas da União para que não aplique a classificação de indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores — IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas no art. 137, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.116, para esse enquadramento, a saber: a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao Erário, condições estas que estão ausentes nas sucessivas deliberações no âmbito do processo TC 025.760/2016-5;

II) recomendar ao TCU que dê prioridade, nas ações de controle concomitante, à comprovação da regularidade jurídica, técnica e econômica do valor da indenização ao concessionário por eventual decretação da caducidade das concessões das Malhas Ferroviárias I e II da Transnordestina;

III) manifestar ao TCU o reconhecimento e a aprovação do Congresso Nacional à implantação de ferramentas automatizadas que ampliem o poder substantivo da fiscalização das obras públicas, além de reiterar sua inteira disposição para contribuir com a disseminação dessas experiências e com as medidas legislativas necessárias à consolidação desses avanços no controle das obras públicas;

IV) levar ao conhecimento da Presidência da República a preocupação do Congresso Nacional no sentido da necessidade de efetiva disponibilização do Cadastro Geral de Obras do Governo Federal — ou Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, conforme definido pelo Poder Executivo —, o qual tinha data prevista de implantação até 31 de janeiro de 2021, conforme fixado no Decreto nº 10.496;

V) recomendar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT que eventual decisão de dar continuidade à obra do Lote 5 da BR-116/BA por meio da



convocação do segundo colocado no RDC original somente seja adotada à vista de uma completa revisão do conteúdo do anteprojeto licitado, de forma a afastar as ambiguidades e inconsistências nele detectadas ao longo das fiscalizações, seguida de uma avaliação da compatibilidade desse novo projeto corrigido com as circunstâncias da licitação, de forma a assegurar-se de que não ocorre mudança de objeto em relação ao originalmente oferecido à licitação.

Ao relatório foi apresentada uma emenda.

O Coordenador do COI está com a palavra, para apresentação do relatório.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Cumprimento mais uma vez V.Exa., Sra. Presidente, lembrando que nós tivemos aqui audiências públicas, na Comissão, referentes a essas obras.

"(...)

Voto

Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiências públicas, e levando em consideração a metodologia de trabalho do COI e as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, propomos o não bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros similares, conforme descrito na coluna Objeto, haja vista restarem saneadas as irregularidades apontadas pelo TCU:

- obras de construção da BR-235/BA — Contrato: 05 00202/2014;
- recapeamento asfáltico, drenagem, pavimentação, meio-fio e sarjeta em vias urbanas do Município de Porto Velho — Convênio 850310/2017, Edital 001/2019/SML/PVH e Contrato 084/PGM/2019;
- Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba — Contrato CEST-PB/06/2019; e
- ampliação do sistema de trens urbanos de Natal/RN — Licitação Eletrônica nº 001/2020-CBTU (...) e Licitação Eletrônica nº 002/2020-CBTU (...).

Por seu turno, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das seguintes obras e serviços, limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna Objeto — em qualquer programa de trabalho orçamentário —, conforme abaixo especificado:

- obras de construção da BR-040/RJ — Objeto: Termo Aditivo 12/2014, de 30 de dezembro de 2014, ao Contrato PG-13 8/95-00, de 31 de outubro de 1995;



- obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS — Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00;

- adequação de trecho rodoviário na BR-116/BA — Contrato SR-05/00878/2014, com ressalvas específicas para manutenção preventiva de deteriorações no trecho executado" — esse bloqueio é fruto da emenda do nosso colega Deputado João Bacelar que, posteriormente, será apreciada;

- "BRT de Palmas/TO — Edital 1/2015;

- aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina — Acordo de Acionistas TLSA, Empreendimento" — existem também, se eu não me engano, quatro destaques em relação a essa questão da Transnordestina;

" - Canal do Sertão - Alagoas" — isso foi muito perguntado — apenas o "Contrato 58/2010-CPL/AL;

- Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba — Concorrência-CEST/PB 1/2020" — porque a 1 de 2019 foi liberada.

"As razões para a proposição de bloqueio ou não dos instrumentos acima especificados encontram-se detalhadas no Anexo I a este relatório, conforme voto impresso.

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta para o Anexo VI do PLN 28/20, do Congresso Nacional — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional:

I - reiterar a solução ao Tribunal de Contas da União para que não aplique a classificação de indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores — IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas no art. 137, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 — LDO (...) para esse enquadramento, a saber: a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir possível dano ao Erário, condições estas que estão ausentes nas sucessivas deliberações no âmbito do processo TC 025.760/2016-5.



II - recomendar ao TCU que dê prioridade, nas ações de controle concomitante, à comprovação da regularidade jurídica, técnica e econômica do valor da indenização ao concessionário por eventual decretação da caducidade das concessões das Malhas Ferroviárias I e II da Transnordestina;

III - manifestar ao TCU o reconhecimento e a aprovação do Congresso Nacional à implantação de ferramentas automatizadas que ampliem o poder substantivo da fiscalização das obras públicas, além de reiterar a sua inteira disposição para contribuir com a disseminação dessas experiências e com as medidas legislativas necessárias à consolidação desses avanços no controle das obras públicas;

IV - levar ao conhecimento da Presidência da República a preocupação do Congresso Nacional no sentido da necessidade de efetiva disponibilização do Cadastro Geral de Obras do Governo Federal — ou Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, conforme definido pelo Poder Executivo —, o qual tinha data prevista de implantação até 31 de janeiro de 2021, conforme fixado no Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020.

V - recomendar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT que eventual decisão de dar continuidade à obra do Lote 5 da BR-116/BA por meio da convocação do segundo colocado no RDC original somente seja adotada à vista de uma completa revisão do conteúdo do anteprojeto licitado, de forma a afastar as ambiguidades e inconsistências nele detectadas ao longo das fiscalizações, seguida de uma avaliação da compatibilidade desse novo projeto corrigido com as circunstâncias da licitação, de forma a assegurar-se de que não ocorre mudança de objeto em relação ao originalmente oferecido à licitação."

Lido, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consideração. Sobre praticamente 100% dos trechos ou das obras que estão sendo bloqueadas, nas audiências públicas, os gestores e executores dessas obras tiveram a mesma leitura, a mesma opinião dos técnicos do TCU.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Ruy.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Ressalvada a emenda e ressalvados os destaques às emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - A discussão está encerrada.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) - Sra. Presidente...



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) - Sra. Presidente, eu queria discutir uma emenda.

Posso fazer uso da palavra, depois de aprovado o relatório, ou agora?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado, eu vou aprovar o relatório, ressalvados os destaques e a emenda, depois, V.Exa. pode fazer uso da palavra. Pode ser?

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) - Pode ser, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada.

Foram apresentados cinco destaques.

O relatório, ressalvados os destaques e a emenda, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Peço o registro do voto contra da bancada do PT, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k. Registrado, Deputado Afonso Florence.

O relatório, ressalvados os destaques e a emenda, está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Passamos agora aos destaques.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Primeiro, a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Primeiro, a emenda.

O Deputado Zé Vitor apresentou emenda ou destaque? (Pausa.)

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - A emenda foi apresentada pelo Deputado João Carlos Bacelar.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - A emenda foi apresentada pelo Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - E o destaque, pelo Deputado Zé Vitor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O Deputado João Carlos Bacelar, autor da emenda, deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Sra. Presidenta, Deputada Flávia Arruda, Sr. Relator, Deputado Ruy Carneiro, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Deputado Ruy Carneiro, Parlamentar experiente da Paraíba, que tem toda a maturidade política como Deputado Federal, quero discordar de V.Exa., até porque esta matéria já esteve nesta Comissão três vezes: em 2019, o Sr. Luiz Fernando, Diretor da SECEX, do TCU, veio aqui e pediu para retirá-la; em 2020, o Sr. Fábio Penido, pediu para incluí-la no Anexo VI; em 2018, o Sr. Vladimir — inclusive, quero que isso fique registrado nos Anais da Casa —, quando esteve aqui, ameaçou os Deputados e Senadores, ao defendê-la.

O Deputado Cacá Leão foi testemunha da ameaça.

Na época, o Relator Setorial era o Deputado...

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Eu também sou testemunha disso, Deputado João. É um absurdo!

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - O então Deputado, hoje Secretário no Rio Grande do Sul, Covatti Filho, do PP, sentiu-se ameaçado pelo Sr. Vladimir, técnico do TCU que esteve aqui ameaçando Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Hoje, eu tenho aqui, como testemunhas, dois colegas que estavam na Comissão em 2018 e viram o abuso de autoridade do técnico do TCU, que chegou aqui ameaçando um Congressista.

Então, Sra. Presidenta, eu queria aqui, primeiramente, dizer que esta Casa precisa ser respeitada. O TCU é um órgão auxiliar da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Quem é o técnico do TCU que pode vir aqui ameaçar um Deputado? Quem é o técnico do TCU que pode vir aqui e falar tantas inverdades, como fizeram o Sr. Fábio Penido e o Sr. Vladimir?



Então, eu solicitei uma audiência à Presidenta do TCU, a Ministra Ana Arraes, para que se fizesse uma acareação lá entre o Sr. Fábio Penido, o Sr. Vladimir e o outro lado do TCU, do bem, o Sr. Luís Fernando. Eu queria aqui pedir aos pares que sejam portadores desta mensagem de que esta Casa precisa ser respeitada. Esta Casa precisa, acima de tudo, ter a autonomia que cada um dos nossos Estados nos deram.

É inadmissível que nós venhamos a prejudicar a infraestrutura brasileira, como os técnicos do TCU têm feito aqui de forma indiscriminada, de uma forma baixa, de uma forma vil, como a que nós vimos nos últimos anos. Não vamos permitir isso! Temos que impor a autoridade do Legislativo brasileiro, o respeito entre os Poderes. E o TCU tem que se enquadrar na posição que ele tem de órgão técnico, e não de órgão que faz imposições.

E, no caso da Bahia, enquanto eu estiver no meu mandato, não vou permitir que técnico do TCU venha aqui excluir a Bahia do desenvolvimento, excluir a região de Serrinha, a região de Feira de Santana, a região de Santa Bárbara do desenvolvimento.

O Ministro Tarcísio esteve no Lote 6, por duas vezes, inspecionando e liberando o tráfego do Lote de Feira de Santana até Santa Bárbara. E quem passa do Lote 5 até a divisa, na Ponte do Ibó, em Pernambuco, vê o desgaste causado pela irresponsabilidade do TCU de paralisar esta obra tão importante, num dos maiores corredores rodoviários do País, de uma forma vil, de uma forma baixa e, acima de tudo, Sra. Presidenta, Sr. Relator, tentando aqui coagir Deputados e Deputadas. Não vamos permitir isso!

Ademais, nessa obra já foram corrigidos os indícios de irregularidades pelos técnicos do Ministério da Infraestrutura. Digo isso, porque, no ano de 2019, veio aqui o Sr. André Kuhn — hoje Diretor-Geral da Valec, na época, Diretor Executivo do DNIT — defender essa obra e dizer que os indícios de irregularidades já estavam sanados. Veio agora o Dr. Lucas, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, com o aval do Secretário Executivo do DNIT, com o aval do General, Diretor-Geral do DNIT, dizer que, nessas obras, todos os indícios de irregularidades já estavam sanados também.

E quem é o Sr. Fábio Penido para vir aqui e tentar denegrir não só a imagem desta Casa, após duas votações, mas também o conhecimento dos técnicos do DNIT, que são os melhores técnicos rodoviários do País, para dizer que essa obra tem indícios de irregularidades?

Precisamos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, impor o que as urnas nos deram, impor a vontade popular. Cada um de nós tem aqui a responsabilidade técnica e a



maturidade política que nos foram dadas como representantes nesta Casa. Não vamos nos curvar!

E convoco o Deputado Fábio Ramalho, o Deputado Cacá Leão, o Deputado Claudio Cajado, da Bahia, o Deputado Domingos Neto, do Ceará, até porque nós vamos discutir a Transnordestina daqui a pouco, o Deputado Zé Vitor, de Minas Gerais e o Deputado Vermelho, V.Exas. todos a irem comigo ao TCU discutir com a Dra. Ana Arraes, que tem sensibilidade política, que já foi membro desta Casa, era mãe de um grande Governador do Estado de Pernambuco, que veio a falecer num grande desastre aéreo, que tem responsabilidade técnica e política hoje, como Presidente de um órgão como o TCU, para dirimir essas dúvidas.

Portanto, Sra. Presidente, peço — e sou autor deste destaque — para retirar essa obra e não prejudicar esse empreendimento, que é o mais importante dos corredores rodoviários do Brasil, ligando o sul ao norte do País. Então, essas eram as nossas considerações.

Quero agradecer a V.Exa., Sra. Presidente, e dizer que, enquanto eu estiver no meu mandato, não permitirei que o TCU venha aqui denegrir a imagem desta Casa, tampouco denegrir a imagem dos técnicos rodoviários brasileiros — e eu também sou engenheiro civil.

É preciso fazer prevalecer, acima de tudo, a vontade da maioria dos membros desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

O Deputado Zé Vitor quer falar em relação ao destaque, como já foi elencado pelo Deputado João Carlos Bacelar?

O SR. ZÉ VITOR (Bloco/PL - MG) - Sra. Presidente, só quero pedir o apoio dos colegas. O Deputado João Carlos Bacelar foi muito feliz na defesa do que nós estamos propondo. Peço o apoio dos colegas para que possamos votar o destaque e retirar isso do relatório do Exmo. Deputado Ruy Carneiro.

Obrigado.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - E que, após essa retirada, o TCU respeite a maioria desta Casa.



O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sra. Presidente, o Progressistas apoia o destaque dos Deputados Zé Vitor e João Carlos Bacelar.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Eu vou passar a palavra agora ao Relator para que proceda à leitura do voto.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Sra. Presidente, antes da leitura, eu gostaria de fazer uma consideração

Deputado João Carlos Bacelar, não tenho dúvida dos fatos relatados por V.Exa., apenas quero dizer que, durante a nossa participação aqui no COI, nas audiências públicas, nós nunca sofremos qualquer tipo de constrangimento nem do TCU nem de quem quer que seja.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Foi em 2018.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Eu estou me referindo a agora.

"Em razão de o destaque ora apresentado ser proveniente de requerimento apresentado pelo nobre colega Parlamentar Deputado Zé Vitor, quanto ao mérito, em que pesem os argumentos contrários apresentados pelo nobre Parlamentar Zé Vitor, em apreço ao interesse público cabível à matéria, encaminho contra a aprovação do destaque em decorrência das seguintes razões:

I - as irregularidades apontadas pelo TCU denotam que a capacidade e a qualidade da rodovia que vinha sendo construída contrariam os termos da licitação, comprometem não somente os custos construtivos, mas sobretudo revelam-se insuficientes para garantir a capacidade de tráfego nesse corredor e a segurança dos usuários.

II - o TCU, em decisão benevolente à continuidade das obras, Acórdão nº 2.473, de 2019, decidiu que parte das irregularidades detectadas poderiam excepcionalmente ser relevadas, desde que fossem realizadas as cabíveis revisões de projeto, bem como alteradas as cláusulas econômicas do contrato, a fim de evitar que o contrato se apropriasse indevidamente da redução dos custos decorrentes das soluções técnicas empregadas na obra. Em que pese a conduta permissiva do TCU, o DNIT, até o momento, não implementou as medidas necessárias a fim de prosseguir a obra.

III - a título de exemplo, o TCU, ainda no Acórdão nº 2.473, de 2019, apontou uma irregularidade como inaceitável. O DNIT aceitou a alteração da localização e do comprimento das passarelas, o que obrigaria os pedestres a atravessarem no nível das pistas marginais da rodovia, elevando os riscos de acidente. Apesar de inaceitável a



conduta do DNIT, o qual reconheceu que houve erro em aceitar a alteração do local e do comprimento das passarelas, não promoveu a correção da irregularidade.

IV - o próprio DNIT reconheceu em audiência pública do COI, promovida em 2019, que as irregularidades apontadas pelo TCU merecem tratamento por parte da autarquia. Ademais, embora não exista qualquer impedimento formal" — isso é importante, Deputado João Carlos Bacelar — "para a continuidade das obras desde 25/09/2019, data da publicação do Decreto Legislativo nº 61/2019, que exclui a obra do Anexo VI da LOA 2019, o DNIT não prosseguiu com as obras, denotando factualmente que há razão nos apontamentos do TCU.

V - o contrato do Lote 5, da BR-116, da Bahia, encontra-se em processo de rescisão. Tanto a empresa contratada quanto o DNIT já se pronunciaram no sentido de que a extinção do vínculo contratual é o caminho a ser adotado. Assim, desbloquear a obra agora traria somente o atraso no processo de contratação da nova empresa responsável por prosseguir com as obras, a possibilidade de pagamentos indevidos à empresa atualmente contratada e até mesmo o eventual prosseguimento de uma obra, sem que fossem solucionadas as diversas irregularidades apontadas.

Dante de todo o contexto, não há como anuir a continuidade de uma obra que trará risco à segurança dos usuários da rodovia. Adicionalmente, beira à inutilidade estar-se discutindo eventual desbloqueio do contrato SR-05/00878/2014. Ora, ambos os contratantes já se posicionaram por rescindir o ajuste. Não há que se falar, portanto, em salvar contrato, haja vista ambos os contratantes estarem em tratativa de resolução do instrumento. Em termos simples, vamos" — é importante isso — "preservar a obra, que é necessária, e não o contrato atual, que não foi o meio adequado para tornar a obra uma realidade.

Portanto, voto pela rejeição do destaque, a fim de incluir o contrato SR-05/00878/2014 no Anexo VI da LOA 2021, privilegiando, assim, a regularização das pendências apontadas pelo TCU e endossadas pelo COI à revisão dos projetos até o momento não implementados, conforme o encaminhamento assumido pelo DNIT, na audiência do COI, em 7 de novembro de 2019, bem como a pronta retomada das obras com base em projetos revisados, seja em um novo contrato, seja neste contrato, se for retificado nas irregularidades que hoje contém."



Ou seja, houve um ganhador nesse certame, e esse contrato já está sendo encerrado. Há uma segunda empresa, e, se forem feitas as correções, a empresa pode continuar a obra.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - V.Exa. pode falar, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Sra. Presidenta, Deputada Flávia Arruda, eu quero aqui parabenizar a serenidade do nobre Deputado Ruy Carneiro. Eu sei que não há nenhuma intenção do Deputado Ruy Carneiro em prejudicar a Bahia, o Nordeste, até porque ele também é beneficiado como morador do Estado da Paraíba, mas eu quero dizer que discordo de S.Exa.

A partir do momento em que essa obra entra no Anexo VI, automaticamente fica retida a possibilidade de qualquer recurso no ano de 2021, este ano que estamos vivendo.

Então, essas providências todas de V.Exa. já estão sendo tomadas pelos técnicos do DNIT, como também pela empresa executante.

Temos informações de que existe uma decisão judicial pedindo a rescisão contratual da empresa vencedora e que a obra está paralisada já há 3 anos. Isso causou um impacto financeiro gigantesco na região.

Ficou um hiato de infraestrutura. Vem com um rodovia de Primeiro Mundo duplicada de Feira de Santana até Santa Bárbara; de Santa Bárbara até Euclides há uma paralisação; e de Euclides da Cunha para frente já há uma continuação da obra. Ou seja, existe um hiato grande.

Deputada Flávia Arruda, isso está gerando um prejuízo gigantesco ao nordeste da Bahia, que abriga quase 1 milhão de habitantes e possui o maior tráfego rodoviário da região.

Deputado Ruy Carneiro, a partir do momento em que essa obra entra no Anexo IV – Metas Fiscais, ela fica comprometida. Então, eu peço o apoio de V.Exas. aqui para que acompanhem a nossa posição na votação, para que essa obra não seja interrompida por mais 1 ano. Ela foi interrompida por 3 anos, e, se entrar agora, paralisa pelo quarto ano.

Peço aqui o bom senso dos pares. Vamos votar. Eu acho que quem ganha é a infraestrutura brasileira. Os técnicos do DNIT são os melhores do Brasil.

Quero aqui também dizer, Deputado Ruy Carneiro, que V.Exa. afirmou em seu relatório que a geometria impactava o seu orçamento, mas eu quero dizer que discordo de V.Exa. A geometria plana ondulada não impacta o orçamento, até porque o projeto vai ser



feito na frente pelo RDCi — Regime Diferenciado de Contratação Integrada. Na época, quem implantou o RDCi foi o Dr. Tarcísio, Diretor Executivo do DNIT, e hoje Ministro de Infraestrutura do Governo do Presidente Bolsonaro, um dos melhores Ministros da história da infraestrutura brasileira.

Então, o Ministro Tarcísio foi o responsável pela implantação do RDCi. Sempre vimos aqui o TCU ser contra o RDCi. Eu acho que precisamos fazer um fórum sobre RDCi nesta Comissão, quando o processo de pandemia diminuir, para trazermos os técnicos do DNIT, os técnicos do Ministério e o Ministro, para acabar com esse faz de conta. Faz de conta que faz a obra, o TCU faz de conta que paralisa. O RDCi foi feito, Deputado Flávia Arruda, para poder dar agilidade às obras, dar condições para que a infraestrutura fosse destravada.

Foi uma ideia brilhante do Dr. Tarcísio, na época. Quando o TCU faz esse tipo de apontamento, como faz agora, entra cem por cento em discordância com o Dr. Tarcísio, com os técnicos do DNIT e com a infraestrutura brasileira.

Então, não houve impacto no orçamento, discordo, como engenheiro que sou. Não houve questionamento no processo licitatório. Digo isso porque eu estudei muito esse processo, há 3 anos se faz esse debate na Comissão. Nenhuma empresa questionou, na data de licitação, qualquer indício de irregularidade, ou quiçá de direcionamento. Nada disso houve no processo licitatório; houve, sim, a boa vontade do Ministro Tarcísio que, à época, Diretor Executivo do DNIT, de fazer a infraestrutura andar rápido.

Essas são minhas considerações, e peço que os pares nos acompanhem na nossa votação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Passo a palavra ao Relator.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Eu vou finalizar, para V.Exa. colocar a matéria em votação, apenas explicando novamente dois pontos. Primeiro, a obra não vai parar de receber recursos. Nós estamos tratando de um contrato, e em relação a esse contrato, se a segunda vencedora do certame se propuser a fazer as correções apontadas e necessárias pelo TCU e também pelo DNIT, ela pode continuar a obra.

Era só isso que eu queria registrar.



O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Isso já está sendo feito hoje, então, para que incluir no Anexo de Metas? Para criar mais burocracia? Para criar mais problemas? Então, eu peço aqui pela retirada do Lote 5, do Anexo de Metas.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Sra. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Ruy Carneiro, mas quero dizer que eu conheço essa obra. Eu passei por ela. Quando ela foi feita, houve um desconto de 60 milhões. E quando vemos o segundo colocado, vemos um adicional de mais de 70 milhões. Quando se paralisa uma obra — e todas as obras até hoje que o TCU paralisou, todas voltaram mais caras —, os técnicos, os burocratas, ficam sentados aqui e não vão lá.

E quando se votou aqui, eles deveriam respeitar o que esta Comissão decidiu em 2018 e em 2019. Não se respeitou isso. Eu acho que faltou um estudo desta Comissão agora, de novo, para saber que essa questão tinha sido sanada lá atrás, e não foi respeitada. Então, eu vou acompanhar o Deputado João Carlos Bacelar.

Eu passei por essa estrada no ano passado, eu a conheço, e é um absurdo. E os técnicos do TCU têm um problema sério: eles não aceitam quando erram. Quando eles erram, não aceitam o seu erro. Agora, eles deveriam não só aceitar que erraram, mas nós também deveríamos colocar aqui que eles deveriam pagar do bolso deles. A partir do momento em que eles pagarem do bolso deles os prejuízos que dão ao Brasil, aí sim eles vão olhar melhor as coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Fábio Ramalho.

O parecer do Relator é pela rejeição do destaque.

Quem for a favor do destaque precisa se manifestar.

Então, aqueles que forem a favor da rejeição permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Peço o registro de voto...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Estou vendo, Deputado Afonso Florence.

O destaque foi aprovado.

Passemos agora ao segundo destaque.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, gostaria que constasse o meu voto a favor. Eu pensei que o destaque ia ser rejeitado e pedi para registrar o meu voto pelo sistema. Mas, já que o destaque foi aprovado, eu...



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Afonso Florence, registrei o seu voto a favor do destaque.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O destaque foi aprovado.

Agora, em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam o destaque permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao segundo destaque.

São quatro destaques que falam do mesmo assunto: um apresentado pelo Deputado Fábio Henrique; outro pelo Senador Ciro Nogueira; outro pelo Deputado Zé Vitor; e outro pelo Deputado Júlio Cesar.

Inscreveram-se para falar o Senador Ciro Nogueira e o Deputado Júlio Cesar.

Primeiro, tem a palavra o Senador Ciro Nogueira para fazer a defesa do destaque.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, este destaque diz respeito a uma obra que, do meu ponto de vista, é a mais importante, não só para o Nordeste, mas também para o País, no atual momento, que é a nossa querida e tão sonhada Transnordestina.

Eu peço escusa ao nosso Relator, mas, no dia de ontem, o próprio Ministério da Infraestrutura encaminhou nota técnica que permite perfeitamente a esta Comissão aprovar este destaque supressivo e retirar essa obra do rol de obras com irregularidades que será votado no Orçamento da União este ano.

Eu faço esse apelo a todos os Deputados. A Deputada Margarete Coelho, que está aí, está com a nota técnica para distribuir para toda a Comissão. Ela nos dá total segurança para aprovarmos este destaque.

Essa obra é fundamentada. Trata-se de uma obra que há muito tempo poderia estar concluída e é fundamental para o desenvolvimento do nosso País, em especial do meu amado Estado do Piauí.

Então, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, encarecidamente, faço um apelo a todos para que aprovem o nosso destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigado, Senador Ciro Nogueira.

Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar.



O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) - Sra. Presidente, Sr. Relator Ruy Carneiro, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu combato muito as desigualdades sociais e regionais do nosso País. O Nordeste, por exemplo, que tem quase 28% da população, tem apenas 14% do PIB. E uma das obras estruturantes mais importantes para o aproveitamento das potencialidades da nossa região é a Transnordestina.

A Transnordestina tem uma extensão de 1.763 quilômetros, abrange 3 Estados — Piauí, Ceará e Pernambuco — e 81 Municípios e chega a dois portos com fluxo de exportação. Há um estudo de geração de aproximadamente 20 mil empregos diretos e indiretos com a sua operacionalização e de geração de impacto no PIB brasileiro de mais de 7 bilhões de reais.

Em relação a essas irregularidades apontadas pelo TCU, foi entregue pela construtora projeto revisado para análise e aprovação da ANTT, sendo essa uma das condições de regularização elencadas pelo TCU. Com o risco de paralisação das obras, estão sendo suportadas pelo controlador privado da concessionária as negociações com o Governo para repactuação e concessão.

Então, solicitamos a supressão deste dispositivo relativo a essa obra do orçamento. Ela é muito importante para o Nordeste. Ela começou em 2009. Já aplicaram nela mais de 7 bilhões de reais, o que representa 54% do total do investimento previsto na obra. Então, nós esperamos que seja aprovado este destaque de supressão apresentado por mim, pelo Senador Ciro, pela Deputada Margarete, pelo Deputado Bacelar, por vários Deputados, porque o Nordeste precisa da conclusão dessa obra para viabilizar suas potencialidades e aumentar a sua participação no PIB brasileiro.

São essas as minhas considerações, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Júlio Cesar.

Antes de passar a palavra ao Deputado Fábio Henrique, que também é autor do destaque, quero registrar que, como nós estamos vivendo um momento atípico e estamos tendo votação presencial e virtual, preciso deixar consignado que, na votação anterior, em que aprovamos o destaque, estavam aqui presentes os Coordenadores do PP, do PL, do PSD, do Republicanos e do MDB. Esses Coordenadores representam os votos dos



respectivos partidos na CMO. E se manifestou o Coordenador do PT. Por isso temos maioria dos votos registrados aqui. Quero apenas fazer este registro.

Passo a palavra ao Deputado Fábio Henrique.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Sra. Presidente, como Coordenador da bancada do PDT, quero dizer que este destaque foi apresentado em homenagem, principalmente, aos nossos companheiros Deputados do Ceará, do Piauí e de Pernambuco, especialmente o nosso Líder, o Deputado André Figueiredo.

Em relação à Transnordestina, os argumentos para continuidade das obras já foram amplamente discutidos, mas é necessário reforçar a importância dessa obra para uma região tão importante como o Nordeste do Brasil e os problemas que poderia causar a paralisação das obras, sobretudo agora, no momento de pandemia. Nós poderíamos causar ainda mais desemprego.

O próprio relatório do Comitê reconhece que é possível que os riscos da paralisação do projeto sejam superiores aos riscos de sua continuidade. Reforço aqui o que já foi dito pelo Deputado Fábio Ramalho. Muitas vezes, uma obra como essa paralisada causa prejuízo muito grande aos cofres públicos, sendo que ela pode ter continuidade, porque isso não impede a correção de possíveis falhas nem a apresentação de projetos complementares.

Portanto, Sra. Presidente, em nome da bancada do PDT, nós queremos também fazer coro com a defesa de que essa obra seja suprimida desse ponto do relatório, para que ela possa ter continuidade e gerar consequências benéficas para a economia do nosso querido Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Fábio Henrique.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE) - Sra. Presidente, quero cumprimentá-la e dizer que falo hoje em nome de todos os Deputados do Estado do Ceará, que sem dúvida estão muito preocupados com essa obra, que transformaria o nosso Estado, dando viabilidade ao Porto de Pecém. Essa é uma obra que nasce no Piauí, em Eliseu Martins, e que tem como porto de escoamento o Porto do Pecém, no Estado do Ceará. Incluí-la no anexo do COI seria um desastre para os Estados de Pernambuco, Piauí e Ceará.



Estive em contato ontem com o Ministro Tarcísio, que ficou de enviar um ofício para esta Comissão, solicitando a retirada da obra desse relatório. Essa obra recebeu recursos privados no ano de 2020, está em plena execução no Estado do Ceará e também no Estado de Pernambuco e em parte no Estado do Piauí. Acompanhei pessoalmente a situação dessas obras e quero dizer que hoje este destaque tem uma importância muito grande para o Nordeste.

Mas, para além disso, Relator Ruy Carneiro, tenho uma grande preocupação. Em sua fala, V.Exa. disse que o TCU e o órgão executor, juntos, acordaram que a obra poderia entrar no anexo. Quero dizer que seguir essa lógica seria decretar de vez o fim do COI, seria decretar que não precisamos ter esse Comitê aqui na CMO, porque, se o TCU e o Governo concordarem, isso nem precisaria vir para a Comissão de Orçamento. O papel do COI é exatamente entrar nesse processo e poder dizer que eles estão errados, dizer que a obra é prioritária para o Brasil e que vai fazer diferença na vida de muitos brasileiros. A Comissão de Orçamento tem essa prerrogativa.

Hoje, aprovar este destaque e tirar a Transnordestina do anexo do COI significará que o Congresso e a Comissão de Orçamento estão prestando um grande papel à sociedade, defendendo essa obra que é fundamental para o Nordeste e para o desenvolvimento da nossa região.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem a palavra a Deputada Margarete Coelho.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Sra. Presidenta, o Progressistas se une ao Senador Ciro Nogueira no seu pedido de destaque e faz um apelo aos membros desta CMO para que aprovem este destaque com a finalidade de retirar a Transnordestina desse anexo. Realmente, essa é uma obra de extrema importância, como já foi ressaltado por diversos Parlamentares que fizeram uso da palavra.

O Estado do Piauí, Sra. Presidenta, hoje tem a maior produtividade de grãos do Brasil. E a grande dificuldade de desenvolver uma região enorme do nosso Estado, a região sul, que é rica e que tem condição de produzir alimentos não só para o Brasil, mas também para o mundo, é exatamente a dificuldade que há em se fazer o transporte da produção. Essa região se encontra com os ganhos inviabilizados pela dificuldade no escoamento dos grãos, o que encarece o nosso produto, encarece as nossas *commodities*.



Nós temos a possibilidade de encurtar o caminho dos grãos brasileiros para o exterior em cerca de 380 quilômetros só com a construção da Transnordestina. A obra no Piauí está adiantada, não está paralisada. Passei por ela no fim da semana passada. É uma obra linda, uma obra necessária, uma obra importante não só para o Piauí e para o Nordeste, mas também para todo o Brasil.

Aliás, como muito bem destacou o Deputado que me antecedeu, a importância dessa obra está não só na viabilidade do escoamento de grãos do Estado do Piauí, para proporcionar maior produtividade ao Piauí e ao sul da Bahia, mas também na viabilidade do Porto de Pecém e também do porto graneleiro de São Luís, que dependem da Transnordestina, desse modal para escoamento da produção, aumento da produtividade e geração dos empregos e das divisas de que o Brasil precisa. Então, eu faço um apelo para que esta Comissão aprove o destaque feito pelo Senador Ciro Nogueira, para que essa obra seja excluída do anexo.

Aliás, Sra. Presidenta, a nota técnica encaminhada pelo Ministério da Infraestrutura deixa muito claro que não há impedimento para que o DNIT faça os pagamentos necessários. As ressalvas são feitas ao FINOR, ao FNE, ao FNDE e ao BNDES, porque as restrições são baseadas apenas nos novos repasses.

Então, o nosso voto é a favor do destaque, fazendo um apelo para que esta Comissão acompanhe o Senador Ciro Nogueira e aprove o seu destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem a palavra o Deputado Vermelho.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Agradeço a oportunidade, Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado que vem do interior traz para cá a verdadeira realidade da sua região e do seu Estado. E as pessoas estão acima de tudo. Eu entendo assim. Entendo também que quando um órgão técnico, como o Tribunal de Contas, órgão que auxilia na análise das prestações de contas, entra em confronto com os técnicos da área rodoviária do nosso querido DNIT, acredito que nós temos que analisar quem realmente está na frente dos empreendimentos do Governo Federal, nas obras, em especial hoje as que estão paralisadas e que trazem um grande prejuízo à União, ao usuário, enfim, à população brasileira. Quantas e quantas obras estão inacabadas às vezes por coisas que poderiam ser resolvidas dentro do próprio órgão, no DNIT? Esse, sim, sabe o que é que está sendo feito na obra, conhece o projeto, sabe a



solução técnica e, claro, se o projeto não foi aplicado dentro daquilo que foi licitado, ele pode corrigir os desmandos ou os desvios de conduta da empresa.

O que não se pode, Deputado Bacelar, é permanecer em uma região, em um Estado, com quilômetros e quilômetros de obras paralisados por uma questão técnica, burocrática, apresentada por um tribunal que é auxiliar do Congresso Nacional. Ele nos auxilia. Ele não tem a palavra final.

E eu vejo no relatório do Deputado Ruy Carneiro que o próprio DNIT diz que daria para continuar a obra no Lote 5. Eu até pedi a palavra antes para falar sobre isso, mas não me foi dada a oportunidade pelos colegas que me antecederam. Por que não se para o que tem irregularidade e se dá sequência à obra? O orçamento existe para isso. E nós estamos aqui para resolver esse problema, para fazer com que este País, de fato, ande. É muito prejuízo!

Como disse o querido Deputado Fábio, a partir do momento em que nós responsabilizarmos o Ministério Público pelas suas ações, às vezes, irresponsáveis, pela usurpação de poder, pelo abuso de poder — e isso vale também para o TCU —, nós estaremos, sim, fazendo com que a justiça seja feita. Eu tenho certeza de que as obras andarão, e, com certeza, eles se prenderão mais àquilo que lhes diz respeito.

Eu espero, Presidente Flávia Arruda, que a reforma administrativa corrija essas distorções. Eu não posso me esconder atrás de um concurso público e enfrentar o Congresso, enfrentar uma Comissão, enfrentar um Parlamentar, tudo em discordância com o que dizem os técnicos do DNIT. Eu fico com o DNIT. Entendo a necessidade desses destaques importantes para que essas obras possam, de fato, ser concluídas. É dinheiro público! A paralisação das obras está acarretando prejuízo há muitos anos! Já se perdeu o que se fez, é preciso refazer, mobilizar novamente as empresas e desmobilizá-las depois. Quanto custa isso? E tudo por causa de um simples ato no papel.

Precisamos pôr as pessoas acima de tudo. Nós estamos aqui para isso. Temos que passar, sim, este País a limpo, a começar pela infraestrutura. Com certeza, Deputado Júlio Cesar, Deputada Margarete Coelho, a paralisação das obras na Transnordestina e no trecho da BR-116, na Bahia, realmente precisa ser revista.

Parabéns a todos por este trabalho! O Brasil espera muito de nós.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.



Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Sra. Presidenta, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui, primeiro, parabenizar o Senador Ciro Nogueira, Presidente do PP, grande Senador da República; o Deputado Júlio Cesar, também do Piauí; o Deputado Zé Vitor, do meu partido, o PL, que junto conosco deu entrada neste requerimento de destaque supressivo para a não inclusão desta brilhante obra, a Transnordestina, no Anexo 6.

Eu queria dizer aqui às senhoras e aos senhores que, mais uma vez, o TCU transborda do limite dele. Nós discutimos aqui essa obra, como também a obra da BR-116, no ano antepassado. E, mais uma vez, o TCU quer tirar a prerrogativa desta Comissão, Deputado Vermelho.

V.Exa. foi muito feliz na sua fala, quando ressaltou que este aqui é o órgão que julga a regularidade da obra e diz se ela está irregular ou não. O TCU tem que respeitar esta Casa, tem que respeitar a soberania desta Comissão.

Quero aqui também parabenizar o Deputado Domingos Neto por suas palavras, quando disse, Deputado Ruy Carneiro — e V.Exa. é um excelente Deputado, um Parlamentar experiente nesta Casa —, que, se continuarmos com esse alto índice de apontamento de irregularidades em obras no TCU, nas mesmas obras, não prevalecendo a votação desta Comissão, precisamos, então, acabar com o COI. Isso é uma coisa muito grave.

Eu quero, Deputado Domingos, convidá-lo para irmos juntos até a Presidenta do TCU, a Deputada Ana Arraes, para discutir com ela exatamente os limites do TCU. A partir do momento em que o TCU transborda esse limite, passa esse limite, ele afronta a democracia brasileira e a independência dos Poderes. E o TCU não é um Poder. O TCU, volto a dizer, é um órgão auxiliar desta Comissão.

Então, Deputada Flávia, convido V.Exa. e o Deputado Ruy Carneiro para irmos até a Presidenta do TCU, Deputado Cajado, Deputado Fábio, para discutirmos com ela o limite do TCU aqui. Senão, nós temos que acabar com o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves — COI, que, muitas vezes, Deputado Ruy Carneiro, faz um grande bem à Nação brasileira quando a obra tem irregularidade.



A partir do momento em que os técnicos vêm até aqui e explicam tecnicamente que não há irregularidade... E, nesse caso da Transnordestina, há uma carta do Ministro Tarcísio dirigida a todos nós Parlamentares, pedindo que se retire essa obra do rol de obras com indícios de irregularidade. Será que o Dr. Tarcísio não entende de infraestrutura? Será que o Dr. Tarcísio não entende de ferrovia?

Essa obra é uma das prioridades do Governo do Presidente Bolsonaro. Eu estava na VALEC quando o Presidente da VALEC, o Dr. André Kuhn, me disse: *"Deputado, a Transnordestina é prioridade aqui na VALEC. Temos que tirá-la do papel. Temos que diminuir o custo do frete. Temos que fazer a interligação do modal com o setor portuário. Essa é uma obra emblemática para o País".*

Então, quem é o técnico do TCU para vir aqui querer contrapor a posição do Dr. Tarcísio, Ministro da Infraestrutura; a posição do Dr. André Kuhn, Presidente da VALEC; e a posição desta Casa?

Deputado Cacá Leão, Deputada Margarete, se nós não adotarmos aqui uma posição de autoridade e autonomia desta Comissão diante do TCU, ficaremos desmoralizados na infraestrutura brasileira e seremos responsabilizados pelo Custo Brasil, pelo preço do frete, pela morte de centenas de pessoas em decorrência de rodovias inacabadas, pelo não desenvolvimento econômico e assim vai.

Então, precisamos, sim, levar adiante esse enfrentamento profundo com o TCU. Não é que queremos que o Brasil não tenha um órgão de controle. Sim, queremos que o Brasil tenha um órgão de controle, mas com responsabilidade, e não com irresponsabilidade, como estamos vendo aqui.

Eu sou a favor do destaque. E o PL vota a favor do destaque aqui apresentado.

Essas são as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sra. Presidente, Sr. Relator Ruy Carneiro, colegas aqui que participam desta reunião aqui presentes e virtualmente, eu deixo claro que não vejo o Tribunal de Contas da União como alvo das obras brasileiras. Eu prefiro pontuar que nós temos obras importantes, temos um Ministério composto de servidores públicos responsáveis, como seu Ministro, servidores que, na minha visão, não assinariam laudos e notas técnicas sem que tivessem embasamentos técnicos para tal, e,



por outro lado, temos técnicos também no Tribunal de Contas da União, órgão que, na minha opinião, é renomado e competente para fiscalizar e orientar os poderes públicos sobre como atuar. Se esses técnicos divergem dos técnicos dos demais órgãos, nós estamos aqui para arbitrar. Eu não vejo que devamos criticar o TCU. Porém, devemos encontrar as soluções dos problemas. A obra que foi citada anteriormente, na Bahia, e a que foi citada agora, no Piauí, são obras de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento econômico e social dos Estados e do País como um todo. São obras que, se ficarem paralisadas, acrescerão valores aos contratos vigentes; trarão uma repercussão econômica extremamente danosa, que se soma a este momento de pandemia como um desastre total; e, por fim, deixarão a população, principalmente a que utiliza os corredores rodoviários do País, à mercê de mais graves problemas, ocasionando despesas e, mais do que isso, elevando o Custo Brasil num momento em que nós estamos aqui discutindo o Orçamento para encontrarmos soluções, muitas das quais nós não teremos como realizar, diante da restrição orçamentária e financeira que estamos vivenciando.

Portanto, no momento em que nós temos o TCU indicando um caminho — isso precisa ficar claro — e temos o próprio Ministério da Infraestrutura, os técnicos e o Ministro de Estado Tarácio indo num caminho divergente, nós temos que acreditar que eles não seriam irresponsáveis de assinar notas técnicas pelas quais responderão no futuro. Todos sabem que os ordenadores de despesas que autorizam pagamentos ilícitos ou irregulares poderão devolvê-los depois. Eu não quero acreditar que o Ministério da Infraestrutura, com os seus técnicos e com o próprio Ministro à frente, possa tomar decisões que amanhã terão consequências inclusive do ponto de vista pessoal — trata-se de poder público, mas é o CPF de quem ordena o pagamento que irá responder — e agir de má-fé ou com conduta ilícita. Eu quero acreditar na honestidade dos servidores do Ministério da Infraestrutura, no próprio Ministro de Estado e nos seus técnicos.

Por isso, tirarmos do anexo de não recebimento de recursos públicos, de fato, trará consequências graves, porque a obra ficará paralisada. Eu prefiro que haja um entendimento entre o órgão controlador, o órgão fiscalizador do TCU e os próprios técnicos, para continuarem com as obras em andamento, encontrando as soluções e dando as alternativas que sejam possíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.



A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) - Sra. Presidente, colegas Senadores e Deputados, eu queria dizer que o Brasil precisa sempre incentivar a geração de emprego e renda — agora mais do que nunca. Parar uma obra como a Transnordestina num momento como este só vai trazer um custo altíssimo. Eu não estou aqui questionando o TCU, mas não acredito que essa seja a forma ideal de tratar uma obra de importância fundamental para o Nordeste como um todo, uma obra que gera emprego e renda.

Então, quero dizer que eu sou a favor do destaque, pela manutenção da obra da Transnordestina.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Senadora querida.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

Está almoçando e passando inveja em todos nós, não é, Deputado? (*Risos.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidenta Flávia Arruda.

Foi tornada pública a minha incontinência. Eu estava só no sistema. O Brasil não estava sabendo, Presidenta. (*Risos.*)

Agradeço a V.Exa. e quero destacar dois aspectos.

Primeiro, quero pedir que tenhamos celeridade nesse processo, apesar de eu não estar ajudando. Vou falar sobre o destaque também, mas nós estamos querendo entrar nessa obstrução. Fizemos um acordo pela obstrução. Estão no sistema os nossos destaques. Reconheço alguma falha: ou o sistema estava atualizando ou alguma coisa não estava funcionando bem naquele momento. Então, estamos sendo condescendentes também.

Mas eu quero dizer, Presidenta, que consultei a minha bancada, inclusive o Senador Paulo Rocha e o Senador Ciro, e vamos votar — estamos consolidando isso na bancada — em favor do destaque.

O Deputado Vermelho citou a reforma administrativa. Permita-me dizer, Deputado, que considero que nem se trata disso. Acho que V.Exas. conhecem bem, mas merecem uma visita à Lei Orgânica do TCU. Já vi casos em que o TCU determinou a indisponibilidade de bens e, depois, a honra de um gestor, de uma gestora... Todos aqui sabem que eu sou oposição ao Governo Bolsonaro. O Líder do Governo acabou de falar. Resumindo, foi como se o Líder do Governo, o Deputado Claudio Cajado, dissesse que, nesses casos, a presunção de inocência não vale. Então, vale a presunção de culpa para os gestores?



Como disse o Deputado Júlio Cesar, após 1 ano ou 2 anos de paralisação, às vezes, o próprio TCU reconhece que aquele indício... Como nós vimos no destaque anterior, Deputado João Bacelar, devido à localização de uma passarela, há uma suspeita de direcionamento, mas não houve nem questionamento administrativo. Inúmeras vezes, após a tramitação, há a defesa dos gestores públicos, dos representantes empresariais. Todos sabem que o Senador Paulo Rocha e eu viemos de uma base de movimento popular sindical, não de uma base empresarial. Então, não há nenhuma dúvida da nossa conduta aqui. Estamos procurando o melhor para o Brasil.

Como disse a Senadora Zenaide Maia, a quem eu quero saudar, trata-se de uma obra muito importante e estratégica para ser paralisada no Brasil. Inúmeras vezes, depois de 2 anos, 3 anos, a obra é retomada, porque não se prova a irregularidade, ou melhor, o indício. Aliás, às vezes, não é nem indício, é suspeita remota. Para ser indício, deve haver uma consistência documental, deve haver evidências de irregularidades.

A Lei Orgânica do TCU, se não me falha a memória, é de 1962. Aí não é reforma administrativa, Deputado Vermelho, é a atualização dos instrumentos de controle — como foi aqui destacado — de um órgão auxiliar do Parlamento brasileiro, que é o TCU.

Por isso, registro o meu voto e o voto do Senador Paulo Rocha em favor do destaque apresentado pelo Senador Ciro Nogueira.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Sra. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento, porque fui citado.

Quando eu me refiro à reforma administrativa, eu me refiro ao que esta Casa provavelmente votará: a questão da estabilidade funcional. Isso é uma grande discussão, que vamos iniciar a partir de agora. Com certeza, isso vai mexer em algumas corporações, em algumas defesas.

Eu me referi à expressão "escondido atrás de um concurso público, que tudo pode, ou pensa que pode", e eu não entendo que seja dessa maneira. Tem que haver o bom senso também dos órgãos auxiliares e fiscalizadores.

Foi nesse sentido, meu querido Deputado Afonso, que eu quis me referir. Quero deixar isso claro.

Obrigado, Sra. Presidente.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Coordenador Relator, Deputado Ruy Carneiro, para falar sobre o voto. (*Pausa.*)

Desculpe-me, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu quero rapidamente fazer coro com os colegas que me antecederam e pedir aos membros desta Comissão apoio a este destaque, visto o que já foi amplamente debatido sobre o que foi apresentado no texto pelo Senador Ciro Nogueira e também pela nota técnica enviada a todos os membros desta Comissão e a todos os Parlamentares das duas Casas pelo Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, pela VALEC e pelo DNIT.

Então, peço o apoio dos colegas para a aprovação desse destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

Para falar sobre o destaque, tem a palavra o Deputado Ruy Carneiro?

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PSDB - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar os Parlamentares que destacaram: Deputado Fábio Henrique, Senador Ciro Nogueira, Deputado Zé Vitor e Deputado Júlio Cesar.

Antes de ler o nosso posicionamento, quero dizer que é importante que os senhores entendam que nós somos a favor da realização de todas essas obras citadas aqui na Comissão Mista de Orçamentos.

Em relação à obra da Transnordestina, o papel do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI é dar transparência à sociedade dos fatos que acontecem em relação a essa obra, logicamente respeitando sempre a posição dos colegas.

Quanto ao mérito, em que pesem os argumentos contrários apresentados pelos nobres Parlamentares que eu já citei, em apreço ao interesse público cabível à matéria, encaminho contra a aprovação do destaque, reafirmando as extensas irregularidades que infligem as obras da Ferrovia Transnordestina, as quais não foram sequer minimamente tratadas pelos órgãos gestores.

A fim de não me alongar, evitando repetições desnecessárias, enumero resumidamente as principais questões pendentes, que justificam a manutenção da obra no quadro de bloqueio da LOA 2021:

1. Ausência de estudos que comprovem a viabilidade econômica do empreendimento.



2. Descontrole completo dos recursos públicos efetivamente aplicados na obra até o momento.

3. Não há, até o presente, projetos executivos aprovados pela ANTT, tampouco orçamento confiável quanto ao remanescente de obra.

4. Foram aplicados, até 2016, mais de 6 bilhões de reais de origem pública (entre aportes diretos, empréstimos provenientes de bancos públicos e incentivos fiscais), em contraposição a cerca de 750 milhões de reais de recursos privados da concessionária. Em que pese a proeminência de recursos públicos aplicados no projeto, o controle acionário permanece sob a iniciativa privada.

Aqui eu abro um parêntese: recursos públicos, 6 bilhões; recursos privados, 750 milhões; e quem controla a situação é o privado.

O Governo Federal paga, mas quem decide é o sócio privado. As diferentes organizações públicas participantes do financiamento e regulação — VALEC, BNDES, BNB, ANTT — não têm nenhuma coordenação entre si. Em suma, realiza-se um investimento privado, custeado majoritariamente por recursos públicos, em um empreendimento que não tem projeto aprovado e não tem comprovação de viabilidade.

5. Não houve, até o momento, qualquer solução crível de financiamento da obra, tanto pelo parceiro privado quanto pelo setor público.

6. Há recomendação formal da ANTT — isto é importante — pela caducidade da concessão das duas malhas da Ferrovia Transnordestina, inclusive esta que é objeto do bloqueio, em razão dos recorrentes descumprimentos contratuais da concessionária. Isso não é o TCU que está dizendo, é a ANTT.

7. Somente em 2020 — esta obra tem vários anos —, a VALEC contratou consultoria, a fim de avaliar a viabilidade da Ferrovia Transnordestina. Até essa data, o Governo Federal não havia feito qualquer avaliação desse tipo. Segundo o Ministério da Infraestrutura, os resultados da consultoria contratada pela VALEC subsidiarão a decisão a ser tomada quanto à caducidade do contrato de concessão da ferrovia. Permanece, portanto, em dúvida a viabilidade econômica do empreendimento, bem como se o atual concessionário prosseguirá nesta condição.

8. As obras, até o momento, foram realizadas — este é um fato curioso — do interior para o porto, em contraposição ao que se exige em empreendimentos ferroviários. Conclusão: em que pesem todos os bilhões de reais públicos aplicados em 10 anos, os



trechos até então realizados não são passíveis de utilização. Já se gastou bilhões de reais em 10 anos e nada foi utilizado.

9. O TCU ainda analisa a legalidade do modelo da concessão da Ferrovia Transnordestina, que foi realizada — o mais grave — sem licitação.

Além disso, o bloqueio da aplicação de todos os recursos federais — é importante os senhores ouvirem isto — é também objeto de medida cautelar do TCU (Acórdãos 67/2017 e 2.532/2017 — Plenário), que é ainda mais abrangente do que o próprio bloqueio do Congresso, na medida em que alcança também a concessão de empréstimos e a aquisição de participação acionária por parte de bancos estatais e subsidiárias como o BNDESPar. Ainda que o bloqueio da CMO seja levantado, continuaria existindo a vedação imposta pelo TCU.

10. Por fim, na audiência pública de 17 de março de 2021 do COI, que foi presidida por mim, estas foram as palavras do representante do Ministério da Infraestrutura: "*A Transnordestina é hoje o maior problema para resolver no Ministério da Infraestrutura*". E neste ponto tem absoluta razão: um projeto sem viabilidade econômica demonstrada, sem gestão de obra, pago com recursos públicos, porém comandando pelo sócio privado minoritário, sem estimativa do custo e prazo do remanescente de obra, com a própria concessão pendendo, por um fio, tanto de decisões do TCU quanto do Ministério.

Não existe, portanto, qualquer proposta crível de solução dos problemas. Em um contexto de severa restrição orçamentária, mostra-se temerário liberar qualquer financiamento público a um empreendimento com irregularidades e incertezas da monte das que atingem a Ferrovia Transnordestina.

Portanto, voto pela rejeição do destaque, a fim de manter a obra no Anexo VI da LOA 2021, privilegiando, assim, a regularização de todas as pendências previamente ao retorno da aplicação dos recursos federais na Ferrovia Transnordestina.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Em votação.

Votaremos os quatro destaques em globo. Os quatro destaques têm o mesmo teor.

Em votação o destaque supressivo, com o voto do Relator pela rejeição.

Os Deputados que forem favoráveis ao texto, rejeitando-o, permaneçam como se acham. Os contrários devem se manifestar. Quem se manifestar está a favor do destaque.
(Pausa.)



Vamos lá: Deputado Fábio Henrique; Deputado Afonso Florence; Senador Paulo Rocha; Senadora Zenaide Maia; representando o PSD, como Coordenador, Deputado Vermelho; representando o PL, Deputado Zé Vitor, como Coordenador; representando o PP, Deputada Margarete Coelho; representando o Patriota, Deputado Pastor Eurico; Deputado Júlio Cesar; Deputado Sérgio Brito, pelo PSD; Deputado Fábio Henrique, pelo PDT.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PL - BA) - Deputado João Carlos Bacelar, pelo PL.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Todos se manifestam a favor.

Deputados, eu preciso apenas dizer os partidos: PL, PP, PSD, Patriota, MDB, PDT, PT e PSD. Todos são a favor do destaque.

O texto foi retirado.

O destaque foi aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que forem a favor do texto do Relator permaneçam como se acham. Aqueles que forem a favor do destaque se manifestem. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, Senador Ciro Nogueira, Senador Paulo Rocha.

Portanto, o destaque foi aprovado.

O texto foi suprimido do relatório.

Como havíamos acordado com o Deputado Afonso Florence, que está com o *kit* obstrução...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sra. Presidente, apenas gostaria de consignar o voto a favor do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O Senador Marcos Rogério também vota favoravelmente ao destaque.

Deputado Afonso Florence, como havia acordado com V.Exa., acabamos agora o que tínhamos de acordo. Abro a palavra a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Muito obrigado, Presidenta. Agradeço a V.Exa. Eu já estava querendo intervir para solicitar o cumprimento do acordo.

Quero apenas apresentar a V.Exa. um pleito. Todos sabem que Parlamentares não puderam fazer emendas individuais. Só foi possível fazer emendas de Comissões. Na Câmara, não foram instaladas as Comissões. Então, há apenas emendas de Comissões



do Senado. Temos dois destaques sobre o meio ambiente para voto em separado de emendas.

Presidenta, eu quero fazer uma solicitação a V.Exa. Peço à Comissão que anote isso. Estamos solicitando autorização de V.Exa. para destacar três emendas da CMO: a Emenda 6.000/0001, da Saúde; a Emenda 6.000/0005, do INCRA; e a Emenda 6.000/0007, para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária nacional.

Agradeço a V.Exa. e ao Senador Marcio Bittar por receberem a EMBRAPA. Acho que o Brasil tem interesse em repor parte do orçamento perdido da EMBRAPA.

Meu pleito a V.Exa., Presidenta, nas tratativas que vamos fazer logo em seguida, após a suspensão dessa reunião, em função da nossa obstrução — o kit já está no sistema, pois o que houve foi algum problema de atualização de protocolo —, é que V.Exa. aprecie e defira a possibilidade de destacarmos as emendas às quais me referi.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado, eu agradeço. Quero dizer a V.Exa. que, quando iniciarmos a votação em globo, o senhor poderá pedir o destaque. Mas, em decorrência disso, eu quero sugerir, então, a suspensão da reunião, para podermos dialogar sobre as necessidades que V.Exa. apresentou.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Bom dia a todas e a todos.

Quero pedir a Deus que nos abençoe neste dia, assim como a todas as famílias enlutadas. O País, que está sofrendo neste momento, tem a nossa solidariedade.

Havendo número regimental, declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta. Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Haverá Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participarão de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Comunico ao Plenário que, no dia 23 de fevereiro, em reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, foi aprovado o cronograma detalhado de tramitação da LOA 2021. De acordo com o cronograma, foi prevista a votação do relatório final no dia 23 de março, terça-feira.

Conforme acordo das Lideranças, proponho a inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, a LOA 2021, e do relatório do CAE.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação do relatório final somente poderá ocorrer após o prazo de 3 dias úteis de sua distribuição, nesse caso, e de 2 dias úteis no caso das demais proposições.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 3 dias úteis para a votação do relatório apresentado ao PLN 28/20 e de 2 dias úteis para votação do relatório do CAE, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Presidente, eu gostaria de saber a que horas teremos acesso ao relatório do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O relatório está no sistema desde domingo, Deputado.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Mas o Relator não vai apresentar o relatório?



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O Relator virá agora para ler o relatório.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - A que horas ele virá?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Após votarmos o relatório do CAE S.Exa. fará a leitura.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto ao exame de admissibilidade das emendas do Relator-Geral e de texto do PLOA 2021. O Coordenador do CAE, Deputado Lucas Vergilio, propõe que todas as emendas de Relator-Geral e de texto apresentadas ao PLOA 2021 sejam consideradas admitidas.

O Coordenador do CAE está com a palavra.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Bom dia. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Peço vênia aos colegas para ser bastante sucinto em relação ao voto, uma vez que o relatório já foi disponibilizado em tempo hábil para todos.

Passo à leitura do relatório.

"I. Relatório

1. Conforme art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO."

Passo à leitura do voto, Presidente.

"II. Voto



14. Na análise efetuada pelo Comitê acerca da admissibilidade das emendas de texto e de Relator-Geral apresentadas ao PLOA 2021, não se constatou infringência à norma constitucional, legal e regimental.

15. Diante do exposto, propomos que todas as emendas de Relator-Geral e de texto apresentadas ao PLOA sejam consideradas admitidas."

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

O relatório do CAE está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senadores e Senadoras que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório do CAE apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 está aprovado.

Parabéns, Deputado Lucas!

Muito obrigada.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Gostaria de comunicar aos membros da Comissão que, para acesso ao Infoleg, é preciso entrar na data de ontem — ou seja, na seta onde há os dias, selecionar a data de ontem, dia 24 — e entrar na reunião por lá. Como a reunião das 11 horas de ontem foi suspensa, é preciso voltar 1 dia no Infoleg e acessar a reunião de ontem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Gostaria de saudar V.Exa., Presidenta Flávia, os Parlamentares e o povo brasileiro que nos acompanha.

Presidenta, quero registrar em ata um protesto e recorrer dos procedimentos. Como V.Exa. sabe, nós estávamos tentando entrar na reunião pelo Infoleg. Através da sua



orientação, consegui fazê-lo agora. Houve uma incompatibilidade de data. Pode ser que a falha seja atribuída aos Parlamentares, até por uma condição etária minha. Eu às vezes tenho dificuldade de uso dos sistemas. Só agora eu consegui entrar na reunião.

Há um *kit* obstrução. Considero que, sem resolver conosco da Oposição adequadamente o procedimento desta reunião, não é válida nenhuma votação, menos ainda consensual, do relatório do qual temos discordâncias.

Solicitei ontem a V.Exa. a apreciação de requerimentos meus para destaque de emendas da Comissão. Dois deles são da Comissão do Orçamento. Eu solicitei a V.Exa. a apreciação deles. E há dois destaques do Deputado Nilto Tatto que se reportam a emendas da Comissão de Meio Ambiente do Senado, que inclusive é presidida pelo Senador Jaques Wagner.

Então, Presidenta, considero que não há condição de ser válida uma votação sem que tenha sido retirado o *kit* obstrução e sem que haja resposta de V.Exa. sobre os requerimentos para apreciação de destaques de emendas da CMO.

Nós da Oposição sabemos que o Governo Bolsonaro não tem interesse no Orçamento. Ano passado, não jogou para aprovar o Orçamento. A Câmara dos Deputados sequer instalou a CMO ou as funções permanentes.

Sabemos que não há emendas de Comissões. Não houve ainda abertura de emendas de Plenário da CMO para Parlamentares. Portanto, quero recorrer dos procedimentos que deram início a esta reunião, com essa celeridade, com a ausência de Líderes, inclusive a minha ausência, por força do sistema Infoleg e ignorando a existência de requerimentos sobre a mesa.

Presidenta, nós somos contra esse relatório. O relatório não pode passar por consenso. Registro sempre que o Relator recebeu em audiência as organizações sociais e o setor produtivo, mas, com a Emenda Constitucional nº 95, a inexistência de espaço fiscal não permite isso. Então, há um rito regimental sob risco de haver questionamento judicial.

Nós sabemos que a Comissão Mista de Orçamento de 2020 terá sua vigência expirada na próxima terça-feira. Hoje há sessão do Congresso mais tarde. A PLOA poderia estar na Emenda Constitucional nº 109 agora. A PEC 186, emergencial, poderia ter aberto espaço fiscal para intervenções estruturais na educação, pois não há recurso para o SUAS, não há recurso para custeio das universidades, não há recurso para aquisição de alimentos



— há carestia de alimento —, não há recurso para combate a incêndio e outras rubricas do meio ambiente.

Então, Presidenta, quero recorrer desse procedimento. Peço a V.Exa. que se pronuncie a respeito dos requerimentos sobre a mesa, por gentileza.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente Flávia.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Líder Claudio Cajado, pode falar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, nós acabamos de ouvir o Deputado Afonso Florence, Líder do PT, justamente expor a questão do *kit obstrução* do PT e fazer referência a votações que, na verdade, se iniciarão agora.

O que nós votamos há pouco foi o relatório do CAE — Comitê de Avaliação de Emendas com a presença do Relator, o Senador Marcio Bittar, a quem cumprimento neste momento. Para fazer uso da palavra e, obviamente, a complementação do voto, nós teremos um prazo, quando poderemos encaminhar as questões e discutir o relatório. Eventualmente, votaremos o relatório, com a ressalva dos destaques. A partir daí, haverá a discussão e o encaminhamento dos destaques para a aprovação do relatório final aqui na Comissão de Orçamento.

Vejo, portanto, que a Presidenta Flávia Arruda encaminha a reunião conforme o acordo feito entre Lideranças de Governo e Oposição, no intuito de ser dada oportunidade a todos para conversarem com o Relator. Assim, poderemos tentar, neste momento, em que se vai iniciar a leitura da complementação do voto, as tratativas para os ajustes finais. Pelas informações que eu tive, o relatório da complementação foi finalizado agora. Até meia-noite de ontem, nós estávamos com o pessoal da assessoria do Senador Marcio Bittar, colhendo as informações, colhendo as sugestões. Vejo que, a partir deste momento, nós efetivamente encaminharemos todos os acordos.

Da parte do Governo, não existe nenhum obstáculo em negociar, no sentido de fazermos o que é possível, claro, com a palavra do Relator indicando de onde haverá cancelamento e, eventualmente, suplementação. Como todos sabem, o relatório está justo diante do Orçamento deste ano, que, dos últimos anos, foi o mais restrito do ponto de vista de expansão orçamentária.

Presidente, apenas referindo que o acordo prevalece. V.Exa. não tomou nenhuma atitude fora do acordado. A partir de agora, nós encaminharemos as soluções para que haja



a retirada do *kit* obstrução por parte do PT e da Oposição, a fim de podermos discutir e votar o relatório agora pela manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Agradeço.

Eu gostaria...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta Flávia Arruda, quando estava tentando entrar na reunião, colegas meus me disseram que tinha ocorrido a votação do relatório. Eu não sabia, Líder Claudio Cajado, que era a do CAE. Entendam a minha situação aqui, tentando entrar no Infoleg, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Claro, imagine.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Então, deixo minhas desculpas. Não quis ser indelicado. Entendi o que aconteceu. Solicito apenas que registre o voto contrário da bancada do PT, para constar em ata. E, assim, seguimos a sessão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado, realmente, V.Exa. não estava conseguindo acessar o sistema, assim como muitas outras pessoas. E, graças à intervenção de V.Exa., nós constatamos a necessidade de acesso à reunião do dia anterior.

Eu é que peço desculpas. Aprovamos apenas o relatório do CAE, como mencionado ontem, dos dois relatórios, pois não havia destaque, não havia emenda. Era apenas um procedimento protocolar mesmo. Agora vou passar à discussão e à tentativa de chegarmos a um acordo, Deputado Afonso Florence. V.Exa. entrou com um *kit* obstrução ontem muito respeitosamente. Oportunizou-nos votar esses dois relatórios. Agora eu gostaria de informar a V.Exa. que os quatro destaques apresentados às emendas de Comissão são inadmitidos por razão de Regimento mesmo. É necessário que eles sejam chancelados pela Presidente ou por algum membro que faça parte da Comissão.

Eu gostaria de propor a V.Exa. um acordo para que pudéssemos iniciar a leitura do relatório e abrir uma ampla discussão. Com isso, os destaques apresentados pelo Deputado Nilto Tatto serão apreciados, pois são destaques de dentro do Comitê Permanente, em que são admitidos os destaques. Quanto aos destaques que V.Exa. havia sugerido, vou abrir a palavra para que se abordem os temas. V.Exa. indica os Deputados ou Senadores que farão uso da palavra para defender esses destaques como temas e não como destaques admitidos.



Se V.Exa. concordar, passamos à leitura do relatório pelo Relator e à discussão, antes de se votar o relatório.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, V.Exa., o próprio Relator, o Líder do Governo agem sempre muito cordialmente, mas entenda que estamos disputando a persuasão ao Relator, a fim de que abra espaço orçamentário para rubricas estratégicas para o País.

O procedimento regular, regimental, seria abrir a discussão, votar o texto do Relator, ressalvados os destaques, e só depois fazer a defesa dos destaques. Qual é a minha solicitação a V.Exa., para que eu possa abrir mão do *kit obstrução*? Vimos obstruindo, nesses dias, as reuniões da Comissão Mista. O nosso objetivo, da Oposição e do PT, é conseguir os recursos necessários para custeio das universidades públicas, do Sistema Único de Assistência Social, financiamento do SUS para combate à pandemia, da reforma agrária, do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, para redução do preço da cesta básica, e do meio ambiente.

Eu sei que há outros Parlamentares que também querem se pronunciar. Aceito abrir mão do *kit obstrução*, Presidenta, mas solicito a V.Exa. que, em acordo de Líderes, incluindo-se o Líder do Governo, possamos elencar pronunciamentos de defesa das posições de revisão, após a leitura do relatório pelo Relator, em vez de apenas abrirmos a discussão. Eu até me inscrevi para falar, talvez seja um dos primeiros, mas não falarei. Pode-se dar a palavra também a alguns Parlamentares de diferentes partidos que não se inscreveram, em função dos destaques, porque posteriormente podem ser votados.

Solicito então que, no caso do PT, seja dada a palavra ao Deputado Nilto Tatto, com relação ao destaque sobre meio ambiente; ao Deputado Marcon, com relação ao orçamento do INCRA e do PAA — Programa de Aquisição de Alimentos; e ao Deputado Paulão, relativamente à educação.

Como V.Exa. diz, eu tenho que abrir mão do *kit obstrução* em troca de uso da palavra, inclusive para abordar temas em relação aos quais V.Exa. não acatou os destaques. Eu nem vou entrar no mérito da nossa interpretação regimental, de que era possível haver o acatamento. Para ser objetivo, aceito o acordo em que eu retiro o *kit obstrução* e, em troca disso, após a leitura do relatório pelo Relator — vou abrir mão do pedido de leitura da ata da reunião anterior —, V.Exa. concede a palavra a três Parlamentares do PT, os Deputados



Nilto Tatto, Marcon e Paulão, e então votamos o relatório, ressalvados os destaques, Presidenta.

Entendi a sua sugestão. Se V.Exa. aceitar a inscrição desses três Parlamentares do PT, eu aceito retirar o *kit*, Presidenta, para que o País tenha Orçamento, o que parece não ser a vontade do Governo Bolsonaro. Se ele quisesse que houvesse gasto público para combater a pandemia, para conceder auxílio emergencial, não teria colocado um teto de só 44 bilhões para o auxílio emergencial, que é pífio, não atende às necessidades do povo brasileiro.

Por responsabilidade para com o País, o PT, em se fazendo esse acordo, retira a obstrução. Votamos hoje, pela manhã ainda, na CMO e, à tarde, vamos para o plenário da Câmara dos Deputados, onde também apresentaremos o *kit* obstrução, Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigado, Deputado Afonso.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Peço a palavra pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Aguarde só um minutinho, por favor. Já vou lhe conceder a palavra, Deputada.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Afonso, eu lhe agradeço muito. Compreendo o seu pleito. É absolutamente legítimo. Sei dos pleitos importantes que a bancada do PT e V.Exa. defendem. O Relator está sentado aqui ao meu lado, já está pronto para as discussões. Eu lhe agradeço muito a retirada do *kit*, porque é urgente a necessidade de votarmos o Orçamento. Hoje temos sessão conjunta. Assim, já apresentaríamos esse orçamento ao Plenário do Congresso.

Deputado, V.Exa. tem a minha palavra. O acordo está feito. Abriremos a discussão após a leitura do relatório pelo Relator. Terão a palavra todos os Parlamentares que V.Exa. sugeriu. Se houver mais alguém para falar, a discussão está aberta. É fundamental que realizemos uma ampla discussão e chegemos a um entendimento em relação a esse orçamento. Então, da minha parte, está feito o acordo. Agradeço mais uma vez a gentileza e a responsabilidade com que V.Exa. trata um tema tão importante com este. Há necessidade de o votarmos hoje.

Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.



A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Bom dia, Presidenta. Bom dia a todas as demais Deputadas e aos Deputados.

Presidenta, V.Exa. mencionou o *kit obstrução* que havia sido apresentado pelo PT. Nós do PSOL também enviamos, através do *e-mail* da Comissão, o nosso *kit obstrução*, que é menor, mas também tem efeito. Gostaríamos de dizer que vamos mantê-lo, justamente pela responsabilidade que temos com o País.

É absurdo esse relatório que foi apresentado. Eu gostaria de destacar, por exemplo, a suplementação orçamentária na área da defesa, o fortalecimento da cúpula das Forças Armadas, para pagar uma dívida que o Sr. Bolsonaro fez com esse setor durante o processo de aprovação da reforma da Previdência em 2019. Essa relação política de fortalecimento desse setor, que compõe o Governo Bolsonaro e lhe dá sustentação, está correspondendo a cerca de 20% das despesas que a nossa Federação, que o Estado brasileiro vai ter no próximo ano.

Se somarmos os gastos da área da defesa aos do Ministério do Desenvolvimento Regional — é claro, ele tem o seu efeito no desenvolvimento regional, mas sabemos que é nesse setor onde boa parte dos Parlamentares conseguem fazer política para suas localidades —, veremos que o resultado corresponde a aproximadamente metade dos investimentos que o Governo Federal vai executar.

Sendo assim, é absolutamente impossível que o PSOL possa normalizar a votação desse relatório apresentado. É impossível principalmente diante do contexto de agravamento da pandemia de COVID-19. As despesas para a área da defesa correspondem a mais de quatro vezes ao que é previsto para a área da saúde, num momento em que faltam leitos, faltam insumos básicos para intubação, por exemplo, para pacientes em estado grave.

Por isso, nós anunciamos que vamos manter o nosso *kit obstrução*. Depois podemos ir para a discussão, de acordo com o que o Regimento nos assegura.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputada Sâmia.

Acabei de receber o *kit obstrução* do PSOL. Regimentalmente, no caso desta Comissão, ele não pode ser admitido, mas eu gostaria de propor a V.Exa. uma ampla discussão após a leitura do relatório. V.Exa. pode pedir a palavra em relação a todos os temas, assim como outros Parlamentares do PSOL. Eu só gostaria de lhe pedir



encarecidamente o que pedi ao Deputado Afonso Florence, em virtude do tempo. Haverá sessão do Congresso hoje à tarde. Regimentalmente, o requerimento não se aplica a esta Comissão, mas sim ao Plenário. Eu gostaria então de lhe solicitar essa gentileza de V.Exa. e de lhe facultar o uso da palavra.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Eu só gostaria de entender, regimentalmente, por quais razões os nossos requerimentos não podem ser aceitos, tendo em vista que eles têm o mesmo modelo que utilizamos todos os anos na CMO. Eles são até muito parecidos com os apresentados pelo Partido dos Trabalhadores que haviam sido aceitos pela Mesa. Eu só gostaria de entender, para que eu possa entrar na discussão sobre o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro. Isso se relaciona apenas a estes requerimentos: o de discussão de artigo por artigo; o de discussão por partes; e o de votação de artigo por artigo.

Eu vou ler para V.Exa. a decisão:

"As Comissões devem oferecer parecer à matéria para orientação do Plenário. A deliberação da Comissão se dá sobre o conjunto do parecer oferecido pelo Relator — relatório, voto e substitutivo, quando houver — e não sobre a proposição em si, conforme dispõe o art. 57, incisos VI, IX e X, o art. 126 e o art. 130, todos do Regimento Interno, para citar alguns. Ressalta-se, portanto, que o disposto no art. 101, inciso I, a, 2; no art. 114, inciso VI; no art. 165, § 2º, e no art. 174, § 3º, refere-se a discussão ou votação de proposições e não de pareceres. Portanto, a Comissão não fala em discussão ou votação por partes.

Por isso, declaro inadmitido o requerimento."

Considera-se apenas o Regimento, Deputada Sâmia. Mas eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, que V.Exa. terá a palavra para ampla discussão dos temas que achar pertinentes.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente, nós, infelizmente, não concordamos com a decisão. Apresentei exatamente esse modelo, que foi apresentado em todos os outros anos na Comissão Mista de Orçamento. Podem observar, é semelhante ao que havia sido apresentado pelo PT. Nós acreditamos que haja motivação política. Os que foram apresentados pelo PT, por exemplo, foram baseados em quais artigos? Por que os dele haviam sido admitidos, e os nossos não foram? Achamos que isso é uma grande



injustiça, que tem a ver com o processo de aceleração da votação deste absurdo relatório. Nós protestamos. Lamentamos bastante essa decisão por parte da Mesa.

Entendo as pressões políticas e a vontade de se aprovar o relatório. Mas nós, definitivamente, não conseguimos compactuar com isso e concordar com esse método que faz com que tenhamos de abrir mão de um direito regimental nosso. A apresentação sempre foi feita dessa forma.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputada, entendo perfeitamente. Sou solidária a V.Exa. É legítimo. Apenas gostaria de sugerir que avancemos na discussão. Quero saber se V.Exa. concorda com que se faça a leitura e se abra ampla discussão a respeito do relatório.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente, eu, sinceramente, gostaria que o nosso *kit* obstrução pudesse ser respeitado, que analisássemos os requerimentos antes da leitura e da discussão do relatório, como prevê o Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputada, infelizmente ele não tem como ser acatado regimentalmente.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, quero agradecer imensamente, pelos trabalhos prestados a esta Comissão durante esses meses, à Coordenação de Audiovisual; aos taquígrafos; aos consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos assessores de Lideranças da Câmara e do Senado; às copeiras; aos garçons; em especial a todo o meu gabinete, que não tem dormido, tem sido bravo todo esse tempo, para que possamos, hoje, votar o Orçamento em tempo recorde; aos nossos colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que têm feito um esforço concentrado, com uma compreensão ampla, para que o Orçamento seja votado hoje. Faço um agradecimento muito especial a todos os servidores desta Casa e do Senado; ao DEPOL, que sempre esteve presente, auxiliando-nos neste momento tão difícil que estamos vivendo.

Com muito carinho, ao agradecer à minha chefe de gabinete, a Graziela, agradeço a todo o meu gabinete. Muito obrigada.

Agradeço a todos aqueles que, com trabalho e dedicação, contribuíram para o êxito do fechamento deste orçamento, num tempo tão exíguo. Foi um desafio. Sem vocês, nada disso teria sido possível. Muito obrigada.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta Flávia, quero pedir que seja incluído o nome do Senador Jean Paul, Líder da Minoria no Senado, na lista de inscritos resultante do acordo, que falarão após a leitura do relatório e antes da votação, ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Então, vão falar o Senador Jean Paul, Líder da Minoria, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Paulão e o Deputado Marcon.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado.

Comunico ao Plenário que acordo do Colégio de Líderes propõe a inclusão na pauta da Alteração nº 2 do Parecer Preliminar ao PLOA 2021. Informo ainda que há requerimento sobre a mesa relativo a quebra de interstício, para apreciação da matéria.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de apreciação da proposição, prevista no art. 128 da resolução do Congresso, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer no prazo de 2 dias da sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta da dispensa do prazo de 2 dias para alteração do parecer preliminar, nos termos do art. 128 da resolução.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, peço que conste em ata o voto contrário da bancada do PT, na Câmara e no Senado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Certo, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Peço que também registre o voto contrário do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Peço que registre o voto contrário do PSOL, Presidente.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Registrado o voto contrário do PSOL.

Tem a palavra o Relator, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Bom dia a todos.

No final, é claro, se Deus quiser e se tudo der certo, quero ter a oportunidade de fazer um agradecimento especial.

Mais uma vez quero reconhecer a importância do Parlamento. Nós estamos hoje diante da necessidade e da real possibilidade de dar ao País o Orçamento, com atraso, mas ainda em tempo.

É importante que o Parlamento tenha a noção de que, neste momento, mais urgente é para o Parlamento a aprovação do Orçamento, porque o PLN que foi aqui aprovado dá ao Executivo a possibilidade de sobreviver por mais 2 meses. Mas isso seria um gol contra no que se refere à pretensão do Parlamento, legítima, de participar da elaboração da lei. Eu só queria deixar isto claro. Mesmo que o Orçamento não seja aprovado hoje, o Executivo, nos próximos 2 meses, consegue prosseguir. As pretensões do Poder Legislativo, no entanto, ficariam de fora. Essas é que sofreriam atraso.

Eu quero agradecer a todos, a todo mundo. Vou repetir que fui procurado por Senadores e Deputados Federais e não recebi um pedido que me envergonhasse. Só vi Deputados Federais e Senadores pedindo para que obras não fossem paralisadas, obras relacionadas a barragem, fornecimento de água. Isso me honra muito. Agora, tivemos que administrar o Orçamento, não tínhamos como atender a todo mundo, inclusive ao Executivo.

Mais uma vez quero lembrar que foi este Parlamento que ajudou a resolver o grave problema do Executivo. O orçamento que chegou às nossas mãos — às minhas, às da Presidente Flávia e às da Comissão — é um orçamento que impede ações do Ministério da Infraestrutura, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Por exemplo, quanto ao programa sobre água no Nordeste, sobre transposição de águas do Rio São Francisco, com o orçamento que temos aqui, o Ministro Rogério Marinho e o Ministro Tarcísio fatalmente teriam que escolher as obras que continuariam e as obras que parariam.

O Ministério da Economia ficou de mandar para esta Comissão a solução, a indicação de onde tirar o recurso, mas não a enviou. Fomos nós, cumprindo o dever, como brasileiros, de ajudar o Governo, para ajudar o Brasil, que participamos ativamente da solução a



respeito desses recursos que estamos hoje aprovando para que esses Ministérios tenham o seu orçamento recomposto e obras tão fundamentais para o Brasil não sejam paralisadas.

Dito isso, vou ler a Alteração nº 2, que é bem pequena:

"Tendo a vista a necessidade de alterar as possibilidades de ajustes, por parte do Relator-Geral, constantes do Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional (PLOA 2021), aprovado nesta Comissão em 4 de março de 2021, fica autorizada a seguinte alteração:

Na Parte Especial, onde se lê:

11.IV. reforço de dotações destinadas à realização de investimentos constantes de projeto;

Leia-se:

11.IV. acréscimo de recursos nas programações constantes do projeto de lei orçamentária anual;

Sala da Comissão, 25 de março de 2021.

Senador Marcio Bittar

Relator-Geral"

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à apreciação do relatório final e da complementação de voto apresentada quanto ao Projeto de Lei nº 28, de 2020, *"que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021"*.

Foram apresentadas 8.805 emendas.

O voto é pela aprovação do PL 28, na forma do substitutivo apresentado, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.



Informo que o prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Geral está com a palavra, para leitura do relatório final.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Nossa Presidente Flávia, demais componentes da Comissão, vou ler apenas um resumo, já que o texto total foi protocolado no domingo e já está à disposição de todos.

"Relatório geral sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2020-CN, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021'*".

(...)

1. Relatório

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN, submetemos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o relatório geral sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2020-CN, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021'*, enviado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 487, de 2020.

Indicado pela Liderança partidária e designado pela ilustre Presidente desta Comissão, a Deputada Flávia Arruda, coube-nos a honrosa tarefa de exercer as funções relativas à relatoria geral. Desde logo, aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos à Presidente, aos Relatores Setoriais, ao Relator da Receita e aos demais membros deste colegiado, bem como ao conjunto de Parlamentares que compartilharam do esforço de conciliação necessário à elaboração do substitutivo que ora apresentamos.

O presente relatório, que abrange os efeitos dos demais relatórios já aprovados por esta Comissão — nas fases de avaliação da receita e de atuação dos Relatores Setoriais —, foi elaborado com observância das normas constitucionais e legais, bem como dos critérios, condições e parâmetros fixados no parecer preliminar.

(...)

O valor total da despesa constante do substitutivo que ora apresentamos é de R\$ 4.324,1 bilhões, dos quais R\$ 1.603,5 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública.

Assim, os orçamentos da União líquidos de refinanciamento da dívida totalizam R\$ 2.720,5 bilhões. Desse total, R\$ 144,4 bilhões correspondem ao orçamento de investimento e R\$ 2.576,1 bilhões aos orçamentos fiscal e da seguridade social.



Em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.116, de 2020 (LDO 2021), o Poder Executivo incluiu, na proposta orçamentária, projeções, tanto de receita de operação de crédito, como de despesas primárias obrigatórias e discricionárias, que dependem da aprovação de crédito suplementar a ser aprovado pelo Congresso Nacional por maioria absoluta neste exercício financeiro (parcela condicionada), no valor de R\$ 453,7 bilhões. Esse montante revela o excesso de operação de crédito em relação ao limite constitucional geralmente denominado regra de ouro (art. 167, inciso III, da Constituição).

Durante a tramitação do projeto nesta Comissão, o montante da despesa condicionada foi alterado para R\$ 451,1 bilhões, o que representa redução de R\$ 2,6 bilhões. A alteração é decorrência da aprovação de emendas que destinam recursos para a realização de investimentos e da reclassificação de fontes de recursos geradas pela reestimativa da receita.

(...)

Vale destacar que o montante do mencionado projeto de lei de crédito suplementar, a ser aprovado por maioria absoluta, poderá ser reduzido se o Poder Executivo puder suplementar parcialmente as despesas que na lei orçamentária apresentarem parcelas condicionadas, desde que se possa contar com outros recursos que substituam parte das operações de crédito. Ademais, havendo eventual decretação de estado de calamidade pública que afaste o cumprimento da regra de ouro no presente exercício financeiro, todas as parcelas condicionadas poderão ser autorizadas diretamente pelo Poder Executivo. Uma e outra possibilidade estão abarcadas pelo disposto no art. 23, § 3º, da LDO 2021, e nos arts. 4º, inciso VI, e 8º, §§ 1º e 2º, do Substitutivo.

(...)

IV — Metas Fiscais

O Substitutivo que ora apresentamos observa a meta de déficit primário, estabelecida na LDO 2021, de R\$ 247,1 bilhões para os orçamentos fiscal e da seguridade social. Destaque-se que a meta para o setor público consolidado não financeiro é de déficit de R\$ 251,1 bilhões. Essa meta global abrange também as metas definidas para as empresas estatais integrantes do Programa de Dispêndios Globais, que não inclui os Grupos PETROBRAS e ELETROBRAS, de déficit de R\$ 4,0 bilhões, bem como para Estados e Municípios, de superávit de R\$ 0,2 bilhão.

V — Teto de Gastos



As despesas constantes do Substitutivo observam o teto de gastos da União, aplicável às despesas primárias na forma definida pela EC 95/19, o qual para o exercício de 2021 é de R\$ 1.485,9 bilhões. Esse valor corresponde ao limite aplicável a 2020 (R\$ 1.454,9 bilhões) corrigido pelo percentual de 2,13% (IPCA acumulado no período de 12 meses completado em junho/2019).

(...)

VI — Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Por força do art. 110, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para 2021 deve corresponder ao valor aplicável a 2020 (R\$ 54,4 bilhões), corrigido pelo IPCA acumulado no período de julho de 2019 a junho de 2020 (2,13%). Assim, o valor mínimo para MDE aplicável ao presente exercício financeiro é de R\$ 55,6 bilhões.

No Substitutivo, os recursos destinados a essa despesa totalizam R\$ 100,0 bilhões, consideradas todas as fontes de recursos — portanto, foi acrescido nesse orçamento da educação, por exemplo. Teria que ser pelo menos R\$ 55,6 bilhões. Nesse montante, há despesas que, apesar de serem classificadas como MDE, não devem ser computadas, por força de normas vigentes, para fins de verificação e cumprimento do valor mínimo.

Deve-se destacar ainda que o montante da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, computado no total dos gastos com MDE, alcança R\$ 19,6 bilhões, correspondentes a 12% dos recursos aportados pelos Estados e Municípios a esse fundo, na forma aprovada pela EC 108/20.

VII — Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Para o exercício de 2021, a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), após a correção do valor aplicável a 2020 (R\$ 121,2 bilhões) segundo o critério definido no art. 110, inciso II, do ADCT, deve corresponder a R\$ 123,8 bilhões.

O Substitutivo prevê a aplicação de R\$ 125,0 bilhões em ASPS — portanto, também um pouco a mais do que o valor mínimo que éramos obrigados a aplicar em saúde —, sem contar com R\$ 0,7 bilhão referente à parcela de *royalties* e participação especial oriundos da exploração de petróleo e gás natural que constitui recursos adicionais a serem também aplicados em saúde, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 12.858, de 2013.

(...)



VIII — Despesas com Pessoal

A participação dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Defensoria Pública da União (DPU), e do Ministério Público da União (MPU) na parcela primária da despesa é, respectivamente, de 3,0%, 10,6%, 84,8% e 1,6%.

(...)

De acordo com essa tabela, em 2021 as dotações destinadas à despesa primária com pessoal do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,3% da RCL. No âmbito do Poder Judiciário e do MPU esse percentual equivale, respectivamente, a 4,4% e 0,7%. No caso do Poder Executivo, considerando-se a DPU, o percentual é de 35,1%. Globalmente, projeta-se que, em 2021, a parcela primária da despesa de pessoal da União alcance 41,4% da RCL prevista para o referido exercício.

Essa situação indica que os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF estão sendo observados.

(...)

X — Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

O art. 4º do Substitutivo mantém, como condição geral para a abertura de crédito suplementar por ato próprio, a compatibilidade com a meta de resultado primário prevista na LDO 2021 e com os limites individualizados para despesas primárias da União, estabelecidos pela EC 95/16.

No que se refere a emendas parlamentares, a autorização para abertura de créditos suplementares não permite cancelamentos de dotações, independentemente do tipo de autor, ressalvados os casos disciplinados nos §§ 7º a 9º do art. 4º do Substitutivo.

No texto do Substitutivo, em muitos casos foram efetuados ajustes, sem alteração do mérito, com vistas ao aperfeiçoamento das disposições nele contidas. Suas disposições mantêm o equilíbrio entre as competências do Congresso Nacional e a necessária e suficiente flexibilidade em favor do Poder Executivo para a abertura de crédito suplementar por decreto.

(...)

XI — Correções e Ajustes

Observadas as normas legais e regimentais que concernem à matéria, os pareceres das emendas comportam correções e ajustes realizados pelos Relatores-Setoriais e por este Relator-Geral, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros



ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou à execução orçamentária.

Em muitos casos os ajustes foram solicitados pelos próprios autores das proposições por meio do Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas (Sisel), sendo que a análise dos pedidos levou em conta a viabilidade técnica e a preservação da intenção original do autor. As solicitações de ajustes por parte dos autores constam do Volume IV deste Relatório.

XII — Alocação de Recursos pelo Relator-Geral

As emendas apresentadas pelo Relator-Geral se destinaram à correção de erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal, conforme item 10 do Parecer Preliminar, bem como às finalidades previstas nos itens 11 e 12 do mesmo parecer. As emendas de Relator-Geral que implicam aumento de dotações em programações constantes do projeto de lei ou criação de novas programações estão classificadas com RP 9, em conformidade com o art. 7º, § 4º, inciso II, alínea “c”, item 4 da LDO 2021 (dispositivo que produz efeitos após a derrubada dos vetos à LDO). Essas emendas buscam ajustar os orçamentos da União às necessidades institucionais e de oferta de serviços públicos (...).

Os espelhos das emendas que apresentamos e o respectivo demonstrativo por modalidade de emenda de Relator estão anexados ao presente Relatório (Volume III).

Adicionalmente, lembramos que a alocação de recursos que efetuamos se deu também a partir de acréscimos em emendas coletivas discricionárias.

Por fim, quanto às emendas de bancada, destacamos que, em um esforço conjunto desta Comissão, foi possível aportar recursos impositivos (RP 7) adicionais às emendas apresentadas, em virtude do Acórdão 561/2021-Plenário do Tribunal de Contas da União, proferido em 17 de março de 2021. Como resultado, foram acrescidos R\$ 28.980.379 por bancada, distribuídos proporcionalmente às emendas já apresentadas.

XIII — Pareceres às Demais Emendas

À despesa foram apresentadas 7.133 emendas individuais e coletivas, sendo 5.756 de Deputados, 882 de Senadores, 430 de bancada estadual e 65 de Comissão.

(...)

O atendimento de emendas individuais (RP 6) e de bancada estadual, no que se refere às parcelas de execução obrigatória (RP 7), observou os limites constitucionais. Quanto às emendas de Comissão (RP 8) e demais parcelas das emendas de bancada



estadual (RP 2), o atendimento se fez com base nas análises criteriosas realizadas pelos Relatores Setoriais e pelo Relator-Geral, necessárias para se decidir sobre a alocação de recursos escassos.

Em qualquer caso, o atendimento das emendas levou em conta as restrições impostas pela legislação vigente, em especial as regras do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1, de 2006-CN. Na Relatoria Geral, foi examinado o mérito de cada demanda, buscando-se verificar o potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

(...)

2. Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 28, de 2020-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021), na forma do Substitutivo que ora apresentamos, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Sala da Comissão, 21 de março de 20201.

Senador Marcio Bittar

Relator-Geral

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

Aproveito para pedir também a aprovação da alteração da complementação de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Senador, muito obrigada.

V.Exa. fez um trabalho primoroso, mesmo com tantas dificuldades que nós sabemos que esse Orçamento nos trouxe, nos traz, diante dos desafios do momento que nós estamos vivendo.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. para que já leia a complementação de voto, para que nós já coloquemos tudo em discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sra. Presidente, existe inscrição para se discutir o relatório? Existem inscritos aí?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu queria fazer uma sugestão: nós estamos às 11 horas, eu acredito que em mais 10 ou 15 minutos nós consigamos iniciar a discussão. Eu sugeriria, Sra. Presidente, se houvesse a possibilidade de fazermos o



acordo, que todos que fossem usar da palavra o fizessem no momento dos destaques, para que nós pudéssemos ganhar tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Mas esta é a sugestão, que nós aprovemos o relatório, ressalvados os destaques, e que todos discutam.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pois não.

Discutir-se nos destaques.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sra. Presidente, eu estou inscrito Só para compreensão melhor aqui: essa minha inscrição vale para os destaques, é inscrição para encaminhar e debater o Orçamento. Correto?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim, Deputado Gervásio Maia, a nossa sugestão é apenas para que seja perguntado a todos que estão inscritos se podemos terminar a leitura da complementação de voto, votarmos o Relatório Geral, ressalvados todos os destaques, e abrimos as discussões todas nos destaques. É essa a consulta que faço aos Deputados e aos Senadores.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Mas, veja bem, nós vamos votar o relatório sem discutir no encaminhamento e no... Não haverá discussão nem no encaminhamento?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Haverá discussão de todos os destaques.

Vamos discutir todos...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sim, mas antes dos destaques, na votação do relatório, nós não temos o direito de encaminhar?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem, sim, Deputado. Tem, sim. É apenas uma sugestão.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Vamos pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Vamos ler a complementação de voto do Relator, e abrimos para a discussão.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Voto do Relator.

"O cenário econômico atual traz enormes desafios para todos nós. Desde 2014, o Governo central vem registrando déficits primários persistentes, bem como aumento exponencial da dívida pública.



Além disso, o País passou por uma fortíssima retração econômica entre 2015 e 2016, com queda de mais de 6% do PIB nesse período. Em virtude desse cenário, este Parlamento aprovou uma série de novas regras fiscais e de reformas que são imprescindíveis para o reequilíbrio das contas públicas e para a retomada do crescimento. Não podemos esquecer da aprovação das reformas trabalhista e da Previdência, bem como do teto de gastos, principal âncora da política fiscal brasileira.

Nesse mesmo diapasão, lembro que acabamos de aprovar a PEC Emergencial, agora Emenda Constitucional nº 109, da qual tive a honra de ser Relator.

Apesar de todos esses esforços, fomos pegos de surpresa por uma crise sanitária que nos obrigou a rever prioridades e a adotar políticas de expansão do gasto público, endividando mais o País, medidas necessárias e mais do que justificadas para enfrentar o efeito nefasto da COVID-19 não apenas na saúde dos brasileiros, mas também no campo econômico, que ainda está por vir.

Apenas em 2020, foram gastos 524 bilhões de reais no combate aos efeitos da pandemia, seja em ações de saúde pública, seja em medidas de apoio aos brasileiros e aos entes federativos. A União concedeu auxílio emergencial a quase 60 milhões de brasileiros ao custo de 293 bilhões, socorreu micro e pequenas empresas por meio do PRONAMPE e enviou ajuda aos Estados e a todos os Municípios do Brasil.

Em 2021, o Congresso Nacional autorizou a retomada do pagamento de auxílio emergencial, e o Poder Executivo está trabalhando intensamente para adquirir vacinas para a população brasileira, essencial..." Aliás, no nosso relatório estão garantidos duzentos e tantos milhões de reais para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para que continue o estudo da vacina brasileira. Este foi um dos apelos finais que recebemos, na reta final, e conseguimos carimbar para o MCTI.

"Em 2021, já foram gastos 3,5 bilhões com a compra de vacinas, de um total de 46,8 bilhões autorizados.

É neste difícil cenário que temos o dever de aperfeiçoar a peça orçamentária federal. Temos, todos nós, a complexa tarefa de conciliar o pagamento das despesas obrigatórias, o enfrentamento à pandemia e, ao mesmo tempo, a manutenção das atividades e dos investimentos que cabem à União. Isso tudo em momento de retração econômica e de escassez de recursos.



Entendemos que, neste momento, o Estado não pode deixar de atuar. Ao contrário, deve agir fortemente para reverter a atual situação, sem abandonar o arcabouço fiscal, com responsabilidade, para que as medidas atuais não causem desequilíbrios que penalizarão as gerações atuais e futuras, e, portanto, exigirão a adoção de providências mais duras no futuro próximo.

Temos de preservar a atividade estatal e manter em funcionamento os serviços que são essenciais para a população. Não me refiro apenas a saúde e educação, mas também a outras atividades também relevantes, como a inspeção agropecuária, essencial para o setor do agronegócio, responsável por grande parte das exportações nacionais e importantíssimo vetor da retomada do crescimento econômico que experimentamos antes da pandemia. É necessário que mantenhamos em andamento obras que levam conforto e dignidade para os brasileiros e brasileiras, como, por exemplo — e é bastante emblemático, fala-se disso desde o Império —, a transposição do Rio São Francisco. Este Congresso, ao aprovar este orçamento, entre outras decisões, está dizendo que as obras de transposição do Rio São Francisco não vão ser paralisadas; que a nossa BR-364, que é a única via de acesso de Rondônia e Acre ao resto do País, também não será abandonada.

Nada mais importante do água que para os sertanejos. Precisamos manter também a recuperação de rodovias, ação essencial para diminuir acidente de trânsito e para aumentar a eficiência da logística do escoamento da produção nacional.

Essas obras implicam também geração de emprego e aumento da circulação de capitais, além de gerar benefícios diretos e indiretos para a população das áreas em que são realizadas. Contribuem, por conseguinte, para o desenvolvimento econômico e social do País.

Isso tudo tem que ser feito com o orçamento extremamente comprimido. As despesas discricionárias da União correspondem ao montante de apenas 122,1 bilhões de reais. A menor proporção da história, bem como as limitações impostas pelo teto de gastos, pela meta de resultado primário e pelo impedimento do aumento da dívida em face do limite de operação de crédito, estabelecido no art. 167, inciso III, da Constituição — Regra de Ouro.

Além disso, nos últimos dias, nos deparamos com a derrubada de vetos de matérias que possuem impacto orçamentário e decisão do Tribunal de Contas da União que modifica o cálculo da receita corrente líquida, fato que também afeta o orçamento.



Na árdua tarefa para conciliar um cenário de pandemia, retração econômica, poucos recursos discricionários e ainda os pleitos legítimos — digo mais uma vez — de Parlamentares, Governadores e Prefeitos, tivemos de tomar decisões difíceis, mas necessárias. E, com o esforço da Presidente Flávia e de todos os membros da Comissão, conseguimos chegar — creio eu — a um bom senso, ao melhor possível.

Como preâmbulo, deixo muito claro que, muito embora ajustes tenham sido feitos ao longo do processo nas áreas de saúde e educação, essas áreas saem daqui bastante fortalecidas em recursos com as intervenções que propomos hoje e — claro — com a contribuição de várias emendas de relatores setoriais que aqui já foram aprovadas. Inclusive, em nosso relatório, garantimos os recursos necessários para o desenvolvimento da vacina brasileira contra a COVID-19.

É importante salientar também que todas as alterações e adequações que estamos promovendo estão alinhadas com as normas constitucionais, legais e regimentais do processo orçamentário, especialmente o parecer preliminar.

O corte que talvez precise de maiores esclarecimentos é o que promovemos na dotação da Previdência Social. A aprovação da reforma da Previdência em 2019 fez com que houvesse uma diminuição de custos, gerando economia para os cofres públicos, a qual tende a crescer exponencialmente a cada ano. Em 2020, a despesa com previdência social ficou 7,734 bilhões de reais abaixo do esperado. Isso sem contar que, na elaboração da LOA no âmbito do Congresso Nacional naquele ano, o relator já havia promovido um corte de 3,5 bilhões, ou seja, a economia do orçamento passado na previdência passou de 11 bilhões de reais. Essas são as fontes de inspiração que nos levaram a fazer o corte que eu mencionei agora há pouco.

Além da aprovação da reforma da Previdência, em 2019 lembro que nós aprovamos outro importante marco legal, a Medida Provisória nº 871, conhecida como a MP Antifraude, transformada na Lei nº 13.846, de 2019, que instituiu o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, entre outras alterações.



Essas duas medidas, a reforma da Previdência e a MP Antifraude, serão capazes de trazer grande economia na despesa previdenciária, uma das maiores da União, justificando, portanto, o corte que promovemos."

Agora, é bom lembrar que a proposta original era de 16 bilhões e meio, e nós conseguimos, num esforço conjunto, diminuir o corte para o montante de cerca de 9 bilhões e meio, com o Ministério da Economia sabendo *pari passu* aquilo que fizemos. Repito: a ideia original era 16 bilhões e meio. Abaixou para menos de 10 bilhões.

"Mesmo com a variação do salário mínimo e do INPC acima do que fora previsto pelo Poder Executivo quando da elaboração do PLOA 2021, chegamos à conclusão, por meio de nossos levantamentos, de que, colocadas em prática as medidas já aprovadas pelo Parlamento, a economia será substancial, o que ampara os cortes que ora propomos.

Entre todas as medidas, gostaria de destacar algumas que serão didáticas para exemplificar a decisão que tomamos.

O INSS detém grande volume de processos com indícios de irregularidades não concluídos. Grande parte desses processos derivam de auditorias realizadas pelo TCU e pela CGU. Os processos inseridos no Monitoramento Operacional de Benefícios — MOB têm, historicamente, maior taxa de cessação, com percentual médio de 40,4%. Já os processos do Painel de Qualidade de Dados do Pagamento de Benefícios — QDBEN têm taxa de cessação de 16%.

Em novembro de 2020, havia 112.287 processos do MOB e 2.280.425 processos do QDBEN referentes a benefícios do RGPS. Já no BPC, havia 302.471 processos do MOB e 125.272 no QDBEN. Considerando que todos esses processos serão concluídos entre março e dezembro de 2021 e que terão a mesma média histórica de cessação, teremos uma economia em 2021 no RGPS de 4,1 bilhões de reais e no BPC de 0,8 bilhão de reais. Juntamente com o combate às fraudes no seguro-defeso, que deve representar 0,3 bilhão de reais, chega-se a uma economia de 5,2 bilhões de reais.

Outra importante alteração que abrirá espaço no teto de gastos e permitirá a utilização de mais recursos para investimento é a modificação da sistemática de pagamento do auxílio-doença, utilizando os mesmos parâmetros já existentes para o salário-maternidade e salário-família. O mecanismo consiste na antecipação, pela empresa, do valor do auxílio-doença, o qual será posteriormente" — dentro do mesmo mês — "deduzido do valor da contribuição previdenciária patronal devida. Esse mecanismo não afetará micro e pequenas



empresas e trabalhadores autônomos e rurais, devendo o Poder Executivo encaminhar a proposição legislativa correspondente.

Promovemos também cortes das subvenções existentes no âmbito do Ministério da Agricultura, em comum acordo" — diga-se de passagem que não foi só de comum acordo; foi a própria Ministra Tereza Cristina que fez essa observação — "com a Ministra Tereza Cristina."

Vou repetir: "Promovemos também cortes das subvenções existentes no âmbito do Ministério da Agricultura, em comum acordo com a Ministra Tereza Cristina. Esse corte propiciará melhor alocação de recursos, inclusive no âmbito do próprio Ministério da Agricultura.

Recentemente o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por unanimidade, modificou o calendário de pagamento do abono salarial, o que nos permite fazer adequações dentro do orçamento para atender outras áreas igualmente importantes.

Após uma série de consultas e de análises, entendemos que a estimativa de gastos com o seguro-desemprego está superdimensionada. Essa ação orçamentária possui dotação de 33,5 bilhões de reais. No entanto, até o mês de março, somente 4,1 bilhões de reais foram utilizados, muito em razão do sucesso do programa de manutenção de empregos colocado em prática ano passado.

Os dados demonstram que, de acordo com as médias históricas de solicitação do seguro, os gastos para 2021 devem manter-se na mesma proporção verificada nos três primeiros meses do ano, permitindo também uma revisão do montante a ser gasto e, consequentemente, a melhor alocação dos recursos.

Saliente-se que há o indicativo, por parte do Poder Executivo, de que o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda deve ser recriado, o que permitirá que centenas de empregos sejam preservados e, portanto, a necessidade de seguro-desemprego também seja menor.

São decisões difíceis que consumiram muitas horas de estudo e de interlocução com diferentes autoridades. Essas decisões decorreram de um esforço conjunto, da necessidade de enfrentarmos a escassez de recursos com racionalidade e permitiram que chegássemos a um meio termo possível. Todos os códigos aqui apresentados poderão ser adotados em conformidade com a competência e a soberania do Poder Legislativo em decidir, em última instância, sobre os orçamentos públicos.



Creio, dessa maneira, que esse é o melhor caminho para atendermos, pelo menos em parte, os anseios da sociedade e as necessidades do País."

Nesses termos, solicito a aprovação da complementação de voto juntamente com o relatório já apresentado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Pela ordem, Presidenta. Pela ordem, Presidenta.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Só quero esclarecer que esse é o resumo. O documento inteiro já está publicado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim, Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Vou falar muito rapidamente, Presidenta.

No momento em que V.Exa. solicitou que eu retirasse o *kit* obstrução, mesmo sabendo que ele poderia ser dado como prejudicado, mas V.Exa. fez essa solicitação, eu anuí na condição admitida por V.Exa. de que, antes de votarmos o relatório e a complementação de voto, ressalvados os destaques, fosse aberto espaço para as intervenções de Parlamentares.

Eu nominei o Senador Jean Paul, o Deputado Nilto, antecipando o destaque dele. Do Senador Jean Paul e dos Deputados Paulão e Marcon eu solicitei a inscrição, antes de entrarmos na votação, e retirei a obstrução, porque V.Exa. anuiu.

Eu gostaria só de confirmar...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É isso mesmo, Deputado. A partir deste momento, da leitura do voto complementar, eu vou abrir a discussão, antes da votação.

Está aberta a discussão.

Em discussão o relatório e a complementação de voto.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sra. Presidente, é o Deputado Bira...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Presidente, solicito a ordem de inscrição, por favor.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Por favor, peço a ordem de inscrição, Sra. Presidente, só para entender a dinâmica.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Vamos lá! Ordem de inscrição: Deputado Nilto Tatto, Deputado Marcon, Deputado Paulão, Senador Jean Paul, Senadora



Eliziane Gama, Deputada Sâmia, Deputado Gervásio, Senador Marcos Rogério, Deputado Vermelho, Deputada Professora...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Deputada, por favor, peço a V.Exa. que me inscreva também.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Quem?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Deputado Bira.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Bira.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Eu não estou entendendo, Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Inscreva-me, porque eu tive dificuldade aqui no Infoleg, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

Pois não, Deputado Gervásio.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Eu não estou entendendo bem, porque, na inscrição que fiz no Infoleg, estou em primeiro lugar e o Deputado Bira, em segundo. Então, eu não estou conseguindo compreender bem. V.Exa. poderia esclarecer isso, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Gervásio, é que os que estão presentes... O Deputado Afonso Florence, quando do início da sessão, fez o pedido antes mesmo do acesso ao Infoleg. Nós temos aqui uma ficha de inscrição tanto presencial quanto virtual.

Então...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Mas eu não tenho como assinar a ficha presencialmente, porque não estou aí.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Não, mas o seu nome consta dela, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Eu não acho justo que nós, que estamos distantes por uma determinação da Mesa Diretora, não possamos nos inscrever, ou seja, nós estamos em desvantagem em relação aos que estão aí.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Todos os que estão inscritos, Deputado, estão distantes. O Deputado Nilto Tatto está distante, o Deputado Marcon está distante, o Deputado Paulão está distante...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O Infoleg não está valendo, então.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está valendo, mas eles fizeram a manifestação pelo Zoom. E foi anotado o pedido assim que o Deputado Afonso fez a manifestação.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Realmente eu não acho justo e gostaria, mesmo com essa compreensão, de ter o direito de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Mas V.Exa. terá o direito de fala. V.Exa. está inscrito.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Se V.Exa. garante isso, tudo bem.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Presidente, V.Exa. pode me inscrever também?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Presidente Flávia, eu, Deputada Fernanda Melchionna, queria lhe pedir que me inscrevesse, porque também tive problema no Infoleg. Coloque-me no final da fila, evidentemente, depois dos outros inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro, é claro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Deputada Flávia...

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Presidente Flávia, eu gostaria de lhe pedir a minha inscrição também. É o Deputado Fábio Henrique, do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP) - A Deputada Professora Marcivania também, Deputada Flávia.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Fábio Henrique e Deputada Professora Marcivania.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Eu também, o Deputado Danilo Cabral, do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Danilo Cabral...

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP) - Deputada Professora Marcivania...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

Quero apenas deixar claro que a proposta que eu havia feito de fazermos um acordo para falarmos na apreciação dos destaques, então, não prevaleceu.



Portanto, quem estiver inscrito falará agora para discutir o projeto, votaremos, ressalvados os destaques, e, conforme o Regimento, somente o autor do destaque encaminhará pela defesa do destaque, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Exatamente. Está correto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É apenas para que fique claro.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Como estamos fazendo uma ampla discussão, na hora dos destaques apenas o autor do destaque falará. Como a discussão...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Presidente, eu quero discordar disso porque eu não participei do acordo. Eu coordeno a bancada do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Isso não é acordo, Deputado Gervásio, isso é Regimento.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Foi falado aí em acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - No encaminhamento do destaque, fala apenas o autor do destaque e o Relator.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O artigo do Regimento não permite que discutamos cada destaque?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Não, o destaque é defendido pelo autor e pelo Relator. Regimentalmente, apenas o Relator e o autor do destaque falam. Por isso, estamos abrindo a palavra a partir deste momento, para discutir todo o relatório. V.Exa. está inscrito para discussão ampla.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Pois não, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Conforme o Regimento, com a orientação das bancadas, naturalmente, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Presidente Flávia, só para esclarecer, eu quero falar só na hora dos destaques. Eu me sentirei contemplada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k., Deputada Dorinha. Obrigada.

Então, agora, concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Nilto Tatto.



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidenta Flávia Arruda, Sr. Relator, Senador Marcio Bittar, quero cumprimentar os colegas Deputados e Senadores, cumprimentar nosso Líder, o Deputado Afonso Florence.

Quero aqui na verdade fazer uma reflexão, no conjunto desta Comissão, em relação ao orçamento para a área de meio ambiente.

Acho que todos vêm acompanhando já, nos últimos anos, o aumento exponencial de queimadas e de desmatamento. Todos vêm acompanhando que isso é consequência da falta de uma política ambiental. E nós temos a responsabilidade, no Parlamento, de acompanhar, de monitorar, em especial de cuidar para que o Executivo tenha as condições de cumprir com o seu dever e com o seu papel, que está na própria Constituição, que é cuidar do patrimônio ambiental para a qualidade de vida de toda a população brasileira, inclusive para as futuras gerações.

Vimos que nesses 2 anos o orçamento da área ambiental vem diminuindo de forma dramática. Nós estamos com uma redução de quase 40%, em especial nas principais atividades, que são as atividades finalísticas. Hoje o ICMBio, que tem a responsabilidade de cuidar desse patrimônio ambiental, está desmantelado, assim como o IBAMA, que tem a responsabilidade de cuidar dos processos de licenciamento, de cuidar da fiscalização, de cuidar para que não se cometam crimes ambientais, que tem a responsabilidade e o *know-how*, inclusive, o conhecimento para estar em campo, de cuidar para que não ocorram os crimes, que são a causa dos principais índices de desmatamento que vimos vendo neste País.

Todo dia, nos jornais, vocês acompanham. Agora, por exemplo, está lá: "*Invasão de garimpeiros na Terra Indígena Ianomâmi*". Isso tem consequências gravíssimas para o meio ambiente e para os ianomâmis. Praticamente toda a população ianomâmi tem contaminação de metais pesados, como mercúrio — em alguns casos, 500 vezes a mais que aquilo que é admitido pela própria Organização Mundial de Saúde.

Ainda no ano passado, o Governo acionou as Forças Armadas para fazer operação na Amazônia. Praticamente gastou o pouco orçamento que tinha para a fiscalização. A consequência dessa operação foi mais aumento de desmatamento. Por quê? Porque as Forças Armadas não têm *expertise*, não conhecem os lugares onde ocorrem os crimes. Isso o IBAMA tem. É por isso que é preciso fortalecê-lo.



Foi nesse sentido que fizemos um amplo debate. Com a responsabilidade da relatoria específica sobre meio ambiente, nós fomos dialogar. Procuramos inclusive o Governo para dialogar, para mostrar o quanto é importante repor o orçamento, mas não tivemos retorno por parte do Executivo. Na verdade, o Executivo opera para desestruturar, diminuir a importância destas instituições — IBAMA, ICMBio, FUNAI, INCRA —, daqueles agentes que têm a responsabilidade de levar as políticas e cuidar desse patrimônio, que é de todos nós, que é do povo brasileiro, das futuras gerações.

Esse orçamento, da mesma forma como vem ocorrendo na área da agricultura familiar, está priorizando muito mais a produção de *commodities* para a exportação, e não para a agricultura familiar. Vemos o reflexo disso na carestia dos alimentos. Vemos também na área da saúde, da educação, enfim, naquilo que é prioridade nesse momento da pandemia.

Eu chamo a atenção aqui para o fato de que essa pandemia está se tornando a política antiambiental, com reflexos do ponto de vista das relações internacionais e também do ponto de vista dos investimentos que nós precisamos ter aqui no Brasil.

Então, eu peço aqui que nós conversemos, reflitamos sobre a possibilidade de reparamos o orçamento do Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigado, Deputado.

O Relator gostaria de falar sobre esse tema com V.Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Eu garanto que não vou falar toda hora, senão nós não terminamos nossa reunião hoje.

Em respeito ao Deputado Tatto e a esse tema, ontem nós conseguimos fechar uma ajuda a mais para o Ministério da Justiça. Estava falando com a Deputada Dorinha que ontem nós conseguimos — é claro que foi um esforço gigantesco, o Executivo participou —, Deputado Tatto, todos que têm preocupação, particularmente, com a questão amazônica, aquilo é um continente, fechar, Líder Ricardo, mais de 300 milhões para o Ministério da Justiça.

Muitas das ações estão voltadas para a Amazônia, para a prevenção de crimes ambientais, fortalecimento da Força Nacional, concurso público para aumentar o efetivo da Polícia Federal em 2 mil cargos. Enfim, são várias ações de vigilância muito voltadas para aquela região, que, ao mesmo tempo, Deputado Tatto, combatem o que V.Exa. tem



manifestado com preocupação, que é o crime ambiental, que envergonha a todos nós, a derrubada ilegal de madeira, o transporte de madeira ilegal. Essas ações também ajudarão a combater a entrada de drogas naquela região, particularmente no meu Estado do Acre, que faz divisa com dois dos maiores produtores de cocaína do planeta: Peru e Bolívia. Aquilo, de fato, é um continente aberto.

Ontem, no final do dia, de forma até direta mesmo, nós conseguimos melhorar o orçamento de um órgão que vai ajudar na questão ambiental, na preservação e no zelo da lei, particularmente na Região Amazônica, que é imensa.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente, eu vou querer debater com o Relator na hora do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

Eu gostaria de sugerir aqui, como há vários Deputados e Senadores inscritos, que intercalássemos um Deputado, um Senador, um Deputado, um Senador, para podermos seguir.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sra. Presidente, eu gostaria de fazer o uso da palavra neste momento, primeiro, para cumprimentar V.Exa., Deputada Flávia Arruda, pela condução dos trabalhos, sempre de maneira muito habilidosa, tratando com fidalguia o conjunto dos Parlamentares a despeito das contingências que nos impõe esse sistema remoto ou semirremoto — alguns Parlamentares estão aqui. V.Exa. conduziu com muito tato os trabalhos.

Quero cumprimentar o Relator pela paciência. V.Exa., agora há pouco, anunciava o volume de emendas que foram apresentadas à proposta do orçamento geral. O Relator teve a habilidade de, num universo de todas essas emendas, construir um relatório que realmente vai nos dar a condição de aprovar o orçamento no dia de hoje na Comissão e, quem sabe, no Plenário do Congresso Nacional.

Não é tarefa fácil ser Relator de uma matéria num momento como este, porque há mais demandas e mais apelos para acrescentar ao tamanho do orçamento, sem fontes de receitas que permitam essa elasticidade do orçamento geral.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Marcio Bittar, sobretudo, pela sensibilidade que teve para temas fundamentais e estruturantes para o País, como é o caso das nossas rodovias, a exemplo da BR-364, entre Rondônia e Acre, e de outras rodovias que são



importantes para o Brasil. V.Exa. teve o cuidado de assegurar no orçamento, em alinhamento com o Governo, a continuidade de obras importantes para o País.

Não é possível fazer milagre, mas é possível gerenciar bem na peça orçamentária aquilo que nós temos disponível. Então, eu queria fazer um registro de agradecimento a V.Exa. pela sensibilidade, pelo acatamento, pelo acerto da peça orçamentária. V.Exa. tem o apoio, o voto do Senador Marcos Rogério e a orientação favorável do Democratas ao orçamento que apresenta.

Sra. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Muito obrigada, Senador. V.Exa. sempre é muito gentil. Muito obrigada.

Tem a palavra o Deputado Marcon. (*Pausa.*)

Vamos passar para o próximo, então.

Tem a palavra o Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Bom dia a todos e a todas.

Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. e também o Relator, Senador Marcio Bittar, pelo projeto que está em tela. Entretanto, queria fazer algumas observações.

Sobre esse orçamento, primeiro, quero fazer um esclarecimento, Sra. Presidenta, a bem da verdade. Fui eu que fiz contato com o Deputado Afonso Florence e cometí o equívoco de lhe informar que a matéria tinha sido votada. O Deputado Afonso Florence, logicamente, devido à minha fala, cometeu essa gafe. Essa é a ansiedade de querer votar um orçamento mais justo.

Nessa linha, eu queria me deter em relação à política e dialogar com o Relator sobre educação, o Senador Marcio Bittar. O aumento que V.Exa. está propondo é um aumento pequeno. V.Exa. está com uma folga, pois conseguiu remanejar, conforme a sua fala, 24 bilhões de reais. E o orçamento da educação — corrija-me, se for necessário —, que era 122 bilhões de reais, passou para 125 bilhões de reais, portanto, 3 bilhões de reais para uma das políticas mais importantes que temos, tanto a nível nacional quanto internacional. E mais grave, as universidades e os institutos federais no Brasil tiveram um corte de 1 bilhão de reais, sob pena de paralisar o seu ensino. Então, eu queria dialogar com V.Exa. e pedir a sua sensibilidade para ver se é possível, dentro desses 24 bilhões de reais que V.Exa.



conseguiu remanejar, alocar mais recurso para a educação, principalmente para que haja a recomposição, no mínimo, para as universidades federais e institutos federais.

Vou mais ainda: existe um orçamento das Forças Armadas que vem num crescente. É claro que têm importância as Forças Armadas, mas, no momento em que estamos atravessando, o grande inimigo não é um inimigo convencional, é o inimigo chamado COVID. Então, nós temos que ter um olhar especial para a saúde e principalmente para a educação.

É importante a Marinha ter projeto de submarino atômico, o Exército ter lança-foguetes, a Aeronáutica ter caças de último tipo, mas todos esses projetos podem dar uma parada momentaneamente, e nós alocarmos os recursos e termos uma visão estratégica, de soberania, com relação ao povo brasileiro, sob pena de nós termos um processo de discussão do Orçamento como se vivêssemos numa bolha.

É por isso que, muitas vezes, há críticas ao Congresso Nacional, de nós vivermos numa bolha, sem vermos a realidade do povo brasileiro. No momento como o que vivemos hoje, são necessárias vacinas, e V.Exa. teve a sensibilidade de alocar recursos. Muito bem!

Outra questão orçamentária é garantir um auxílio emergencial para a população que precisa. E o atual Presidente genocida faz um corte e apresenta o projeto vergonhoso de colocar o valor de 150 reais, sendo que antes ganhavam 600 reais. A maioria teve prejuízos. Então, espero que haja essa recomposição.

Quero fazer um apelo a V.Exa. também, já finalizando, relativo ao salário mínimo. Não houve recuperação real do valor do salário mínimo. Nós estamos vivendo um momento de desemprego mundial e, no Brasil, são mais de 14 milhões de desempregados. É fundamental o aumento do salário mínimo, principalmente em nossas Regiões Norte e Nordeste. V.Exa. sabe (*falha na transmissão*).

Quero parabenizar a Deputada Flávia pela condução e agradecer ao Relator. É claro que houve contradições. Temos visões diferenciadas em relação ao projeto apresentado em tela.

Quero agradecer ao Senador Marcio Bittar e ao meu Líder na Casa, o Deputado Afonso Florence, que conduziu com maestria.

Peço mais uma vez desculpas pela gafe, Deputado Afonso Florence.



Quero dizer o seguinte: Relator, tenha um olhar especial sobre a educação e aloque os recursos que faltam para as universidades federais e para os institutos federais. Se tiver que tirar dinheiro, dê um corte nas Forças Armadas e o coloque na educação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Muito obrigada, Deputado Paulão.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

O SR. MARCON (PT - RS) - Sra. Presidente, é o Deputado Marcon. Deu uma falha na minha Internet.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim, Deputado. Após a fala da Senadora, eu volto a V.Exa. O.k.?

O SR. MARCON (PT - RS) - Estou o.k. Muito obrigado. Eu lhe agradeço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) - Sra. Presidente Flávia Arruda, Relator Marcio Bittar, todos os colegas aqui presentes, Senadoras, Senadores, Parlamentares, o nosso querido Osmar, presença muito importante na votação do Orçamento, primeiramente queria cumprimentar o Relator Marcio Bittar.

Sabemos que o Orçamento é uma peça muito complexa, porque o dinheiro é um e tem que se saber, com muito critério, com muita responsabilidade e com uma visão macro do Brasil, fazer essa organização, fazer esse planejamento, de forma a atender minimamente àquilo que é essencial para o Brasil, sobretudo agora neste período de pandemia.

Quero cumprimentá-lo, Senador, porque eu sei que há gritos de todos os lados do Brasil. Sabemos que isso é absolutamente natural e normal, considerando as dificuldades que o nosso País tem, mas, ao mesmo tempo também, V.Exa. teve muita sensibilidade na construção do seu relatório, atendendo aos pleitos que foram apresentados no âmbito do País.

Eu queria parabenizá-lo especificamente em relação à nossa relatoria setorial, a relatoria da área da cidadania. A cidadania é muito presente e importante — o Deputado Osmar Terra, que é uma pessoa que vem lutando historicamente por isso no Brasil, sabe disso —, sobretudo, agora neste momento que estamos vivendo, para este momento e para após este momento, para este momento exatamente no atendimento às comunidades vulneráveis.



Sabemos que a pandemia está aí para todos, independentemente de cor, de raça e até de questão social, economicamente falando. Mas para as pessoas vulneráveis a pandemia está tendo um peso muito maior. A carga é muito maior sobre essas pessoas. Daí a necessidade de fazermos uma atenção mais compensatória. Como atender a essas populações, de fato, mais vulneráveis?

Os programas que estão acontecendo não podem parar, sobretudo, por exemplo, os programas das comunidades terapêuticas. Nós fizemos uma alteração aqui. Aliás, uma lei de autoria do Deputado Osmar Terra que votamos recentemente no Congresso Nacional traz um divisor de águas para essa política no Brasil. Mas não podemos tratar nenhuma política, se não tivermos dinheiro, recurso, orçamento.

Eu não posso dizer que a política voltada para o atendimento das comunidades terapêuticas e para a redução de demandas de drogas no Brasil é importante e prioritária, se não a priorizarmos aqui na peça orçamentária.

Eu acho que, com relação ao que nós temos, ao que veio inicialmente, precisaríamos de mais de 300 milhões. Houve um corte significativo nessa área.

Eu queria parabenizar V.Exa.

Nós nos reunimos com várias entidades, a Deputada Dorinha inclusive chegou a participar de uma das nossas reuniões. E o pleito era que retomássemos esse valor. No nosso relatório setorial, foi feito um pedido de indicação de 150 milhões de reais e honestamente, quando fazemos um pedido, fazemos um pedido um pouquinho a mais, para ver se conseguimos ser atendidos.

Eu quero lhe agradecer, Líder, Senador, porque V.Exa. atendeu com 120 milhões de reais, ou seja, é um valor importante para dar continuidade a esses programas das comunidades terapêuticas de todo o Brasil. Então, eu queria lhe agradecer e cumprimentá-lo por isso. Nós fizemos um pedido também de um valor importante para o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos, fundamental para a renda das comunidades carentes agora, neste período. Se atendermos essa população, vamos garantir comida na mesa. É o básico, é a sobrevivência, é a subsistência dessa população.

Nós fizemos a indicação, no nosso relatório setorial, de 300 milhões de reais, e V.Exa. fez um atendimento de 250 milhões de reais. Ou seja, é uma demonstração clara da sensibilidade humana de V.Exa. com essas populações, que são populações pobres. Algumas delas, miseráveis, Senador, pessoas que não têm o que comer. E com o Programa



de Aquisição de Alimentos, eles conseguem, na verdade, gerar renda, conseguem sobreviver. E o volume que V.Exa. direciona é um volume realmente muito importante. Mais uma vez, eu queria lhe agradecer e o cumprimentar.

Eu queria destacar esses dois pontos e vários outros que V.Exa. atendeu no pleito que nós fizemos no relatório setorial. Depois de ouvir, Líder, Senador Marcio Bittar, não é uma demanda, por exemplo, do meu Estado do Maranhão. Ah se fosse para o Maranhão 250 milhões de reais, eu ficaria muito feliz! Mas é uma demanda do Brasil inteiro, de todos os Estados brasileiros. Então, tentamos olhar o Brasil todo. Os pleitos que chegaram à nossa relatoria setorial nós tentamos atender no que foi possível e, nessas indicações, V.Exa. atende o Brasil inteiro; dentre eles, por exemplo, a questão da política do esporte de forma mais educativa. Nós sabemos que um jovem, uma criança, um adolescente, quando tem esse atendimento, muda de vida, muda de vida em vários aspectos: do ponto de vista social e às vezes até economicamente, porque o Ministério da Cidadania também tem um programa específico para o esporte profissional. Nós sabemos que são crianças muito pobres que acabam evoluindo para uma atividade mais profissional e acabam tendo realmente uma qualidade de vida diferenciada.

No mais, meus cumprimentos a V.Exa. Como eu disse, nós não conseguimos atender. Fizemos vários pedidos e naturalmente que é extremamente compreensível a não possibilidade de atender as demais demandas, mas eu queria lhe agradecer do fundo do coração pelo atendimento a essas demandas que vieram da nossa relatoria setorial.

Muito obrigada, Presidente.

E queria, só para finalizar, Senador Marcio Bittar, parabenizar a nossa querida Flávia Arruda.

Presidente Flávia, V.Exa. é uma mulher jovem, brava, de garra, de determinação e nos enche de honra ter uma mulher conduzindo, neste momento, a Comissão mais importante do Congresso Nacional, que é a CMO. Eu acho que a sua sensibilidade... Sempre digo que pessoas do seu perfil, lá no meu Estado, nós chamamos de rapadura, porque é doce e dura. É doce quando tem que ser doce, e é dura e firme quando tem que ser firme. V.Exa. tem exatamente esse perfil de uma mulher aguerrida, determinada, com muita sensibilidade, mas com muita firmeza quando tem que tomar decisões realmente importantes.

Então, parabéns a V.Exa. pela condução desta Comissão. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, minha amiga, sempre muito gentil, muito carinhosa. Hoje, sinto muita honra e orgulho de termos na CMO uma Presidente mulher e uma Vice-Presidente mulher.

Muito obrigada pelo seu carinho e sua atenção.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Quero registrar que eu prefiro a cocada.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE) - Sra. Presidente, pela ordem, rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE) - Sra. Presidente, eu tenho três destaques do PROS.

Sobre o Destaque nº 05, eu tinha falado com a Senadora Eliziane Gama e com o nosso Relator e queria registrar a sua retirada, pois ele foi atendido plenamente com o complemento do relatório. Fico muito feliz pela sensibilidade do nosso Relator, que atendeu mais do que estávamos pedindo no Destaque nº 05.

Temos o Destaque nº 48, do PROS, que é uma preocupação nossa com a Polícia Federal. Ele também foi atendido além do que estávamos pedindo pelo nosso Relator. Queria retirar o Destaque nº 48.

O Destaque nº 67 era um pedido da Deputada Clarissa Garotinho, do PROS, para atender a uma demanda do turismo, que foi atendido plenamente pelo nosso Relator.

Portanto, eu queria retirar os três destaques e agradecer ao Relator, parabenizando-o, e à Senadora Eliziane, pela sensibilidade de ter atendido às comunidades terapêuticas, à Polícia Federal e à geração de emprego através do turismo.

Parabéns à nossa Mesa!

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Capitão Wagner.

Estão retirados os destaques do PROS.

Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS) - Sra. Presidente, Deputada Flávia Arruda, Relator, Senador Marcio Bittar, para nós, é uma alegria estar na Comissão Mista de Orçamento da Câmara e do Senado.

Em primeiro lugar, registro a nossa solidariedade, o nosso sentimento aos mais de 301 mil brasileiros que, durante este ano desta gripezinha, como o Presidente da República chamou, vieram a falecer. O nosso sentimento e a nossa solidariedade a eles.



Aqui no Rio Grande do Sul, no Município de Cruz Alta, houve uma tragédia numa família. Cinco pessoas da mesma família vieram a falecer este mês por questões do coronavírus. Morreu a mãe, os três filhos e uma nora. Para mim, isso é uma tragédia.

Aqui em Canoas e Nova Santa Rita, onde acontecem as tradições gaúchas, um casal veio a falecer também esta semana.

Quando morre o pai e a mãe, o que resta a essa família?

Se na Câmara Federal nós não tivéssemos votado a PEC da morte — muitos que estão na Comissão de Orçamento votaram favorável a ela —, no tempo do Governo do PMDB, do Michel Temer, golpista, nós poderíamos ter dinheiro no SUS — Sistema Único de Saúde, no Ministério da Saúde para que os hospitais não tivessem de buscar oxigênio nas metalúrgicas, nas oficinas. Nos hospitais, estão faltando remédio, UTI, recursos humanos. Nós estamos vivendo um caos.

A posição do Governo, para mim, não é séria, porque deveria ter tomado a posição que tomou esta semana 1 ano atrás, para salvar vidas, salvar a população brasileira.

Morrem por dia 3 mil pessoas. Aqui no Rio Grande do Sul, em mais de 50 Municípios, a população não chega a 3 mil habitantes. Portanto, é um Município por dia que está desaparecendo por questões do coronavírus. Estou falando aqui diretamente do nosso assentamento, Capela, no Município de Nova Santa Rita, onde ontem foi dada a abertura da colheita do arroz orgânico.

Venho aqui, em primeiro lugar, neste momento de pandemia, dizer que é uma vergonha o que o Governo Federal coloca à disposição para o Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. Para este ano que passou, havia pouco: eram 186 milhões de reais. Para este ano de 2021, são 102 milhões de reais. Isso é uma vergonha! A agricultura familiar — os assentamentos, as comunidades quilombolas, os pescadores, enfim — produz alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para dar comida para quem está com fome, e o PAA é o programa por meio do qual o Governo Federal, via assistência social, poderia comprar alimentos para essas pessoas.

A outra questão é a assistência técnica. Extensão rural: 2021, 31 milhões de reais; em 2020, 74 milhões de reais — 50% de redução. A redistribuição de terras da reforma agrária, então, foi reduzida de 12 bilhões de reais para menos de 1 milhão de reais. O INCRA virou uma tapera velha, o INCRA virou o lugar de o agronegócio legalizar as suas



terras griladas que existem neste País. É para isso que serve o INCRA nesse Governo, que é um caos, que é um Governo genocida.

A questão do reconhecimento de indenização de terras dos quilombolas não chega a 330 milhões de reais. É uma bagatela, é pouco recurso. Outro recurso é aquele para que as famílias tenham acesso à água, com o Água para Todos, e é de 122 milhões no ano passado e de 60 milhões de reais neste ano — reduziu 50%, no Programa de Redistribuição de Terras.

A outra questão é a da EMBRAPA, que é uma empresa pública que deveria ter pesquisas, fortalecimento da pesquisa neste momento, para produzir alimentos. A redução do seu orçamento também é de 50%.

Nós estamos aqui, Parlamentar que sou, membro da Comissão de Agricultura, para que nós vejamos os cortes drásticos. Alguns passam de 50%; outros, de 500%. Que a Presidente e o Relator possam estabelecer essa questão, porque neste momento de pandemia são os pequenos que podem gerar empregos, são os pequenos que podem produzir alimentos para quem está com fome. E nós temos em torno de 30 milhões de brasileiros que — neste Governo do caos, neste Governo genocida, junto com o Governo golpista do PMDB, no mandato passado — voltaram ao Mapa da Fome, e precisamos olhar para quem precisa.

Também temos que fazer a votação do recurso emergencial para a agricultura familiar. Isso é urgente! Precisamos que voltem os 600 reais de salário emergencial para quem mais precisa.

Essa é a nossa opinião, essa é a nossa posição.

Deixamos aqui a nossa solidariedade aos 301 mil brasileiros que morreram por causa do coronavírus, que deixaram suas famílias, seus amigos e seus parentes. O Governo Federal Bolsonaro nunca prestou sequer uma política séria para combater o coronavírus neste momento.

Vacina, já! Fora, Bolsonaro!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Deputado.

Agora, com a palavra o meu querido amigo Senador Jean Paul.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sra. Presidente, qual é a ordem dos inscritos, por favor?



A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - A ordem de inscritos é: após o Senador Jean Paul, Deputada Sâmia Bomfim, Deputado Gervásio Maia, Deputado Vermelho, Deputado Bira, Deputado Weliton Prado, Deputada Fernanda, Deputado Fábio Henrique, Deputada Professora Marcivania, Deputado Danilo Cabral, Senadora Zenaide Maia, Senador Ciro Nogueira, Deputada Aline Sleutjes – não sei se falei certo, desculpem-me, mas a Aline sabe que é ela –, Deputado Osmar Terra e Deputado Eduardo Cury.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Estamos seguindo o rito de um Deputado e um Senador. Os Senadores estão naturalmente um pouquinho mais à frente porque há menos inscritos.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Tudo bem, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Minha querida amiga, Senadora Eliziane Gama, parabéns pela presidência! Saúdo a todos também, à Deputada Flávia Morais, e aos demais que estão trabalhando. Estamos trabalhando nesta última hora para organizar essa questão do Orçamento para que possamos votar à tarde.

Cheguei neste momento da audiência com o Ministro Paulo Guedes, que atendeu o convite que fizemos, para fazermos algumas perguntas lá na Comissão da COVID, presidida pelo nosso Senador Confúcio Moura. Aproveitei para fazer uma pergunta sobre o Orçamento, já que ele estava ali conosco, e hoje o votaremos. Perguntei justamente sobre o que venho falar aqui, dois tópicos, a nosso ver acima de todos e quaisquer outros, embora tenhamos vários pequenos na área ambiental, na área agrária, enfim, mas os que estão acima de tudo são, e nenhum brasileiro há de discordar: saúde e educação.

Ao perguntar sobre como íamos assegurar recursos para oxigênio, medicamentos de UTI, manutenção e ampliação de leitos, EPIs, entre outros, porque voltamos, infelizmente, retrocedemos ao pico da pandemia, e mais grave ainda. Portanto, teremos necessidades ainda maiores do que as do ano passado, que já foram agudas nessa área, excepcionais, além das despesas e dificuldades que já temos usualmente para manter o SUS funcionando. Perguntei a respeito da redução, redução. Já é espantoso falar em redução num momento desses, ainda por cima de 36 bilhões de reais para o nosso Orçamento que estamos discutindo agora.



Também perguntei, coloco aqui à Casa, sobre a redução sistemática, esta, sim, não tem a ver com pandemia, essa tem a ver com implicância, ou com alguma questão ideológica, ou com alguma coisa que nós vamos ter que esclarecer mais cedo ou mais tarde, com as universidades federais e com os institutos federais, no conjunto, as instituições federais de ensino superior, que mais uma vez sofreram cortes, esse, como eu digo, sistemáticos.

Desde 2016, vêm se achatando os orçamentos das nossas universidades. Para quem mais incauto pudesse ser? "Mas estão paradas, não estão funcionando!" Ora, pelo amor de Deus! Temos hospitais, temos laboratórios, temos gente da ciência, temos a própria manutenção desses equipamentos que mesmo parados custam dinheiro.

Os institutos federais praticamente todos são novos, porque vêm dos Governos Lula e Dilma e estão deteriorando, e nós estamos reduzindo 1 bilhão de reais.

Meus amigos e minhas amigas, sabem qual foi a resposta do Ministro da Fazenda?

"Cuidem disso!" Ele me disse: "A política tem que se apropriar do controle do orçamento. Vocês têm que ter coragem para assumir o controle do orçamento. Isso está nas mãos do Parlamento". Pessoal da bancada de sustentação do Governo, pessoal da Oposição, o Ministro da Fazenda acaba, na nossa audiência pública lá, de dizer que a responsabilidade está conosco.

Portanto, eu faço um apelo principalmente aos que apoiam o Governo: acatem o remanejamento e o atendimento de todo e qualquer destaque que impeça que nós tenhamos qualquer redução no orçamento da saúde num momento de pandemia, qualquer uma, quanto mais essa desse tamanho de 36 bilhões de reais. Também apelo para que acudamos, no mesmo espírito da provocação pública do Ministro, as universidades e os institutos federais. Isso está na nossa mão, está na mão deste grupo, está na mão do Congresso Nacional.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Obrigada, Presidenta.

Nós, há aproximadamente 1 ano, dizemos que estamos numa verdadeira guerra, mas a guerra a que nos referimos é contra o vírus, contra a COVI-19. No entanto, o Governo Jair Bolsonaro, quando ouve "guerra", só consegue se lembrar de coturno e de farda. Isso,



infelizmente, se expressa no nosso Orçamento, ao qual, evidentemente, o PSOL é contrário. O partido não entende esse clima de festa e de comemoração, porque, apesar de o Relator ter acatado algumas sugestões absolutamente tímidas, neste ano o orçamento destinado para a Defesa é mais que quatro vezes maior do que o para a Saúde.

A nossa guerra é com o vírus. Não existe uma guerra que justifique que as Forças Armadas tenham esse grau de suplementação do nosso Orçamento, principalmente diante do escândalo recente por conta daquela vida nababesca que muitos dos seus integrantes têm, regada a leite condensado e picanha; principalmente considerando que os salários dos demais servidores brasileiros, inclusive das polícias, da base dos militares, estão congelados, especialmente depois da aprovação da PEC 186 há 2 semanas, infelizmente, no Congresso Nacional; ainda mais diante do fato de que as Forças Armadas cumprem com o papel de dar sustentação para o discurso permanentemente golpista e autoritário do Governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo em que as Forças Armadas recebem essa suplementação, não se garante recurso suficiente para a compra de respiradores, para equipamentos de leitos de UTI, para investimento no SUS, que é o que a população brasileira espera de todos nós.

Também me espanta muito a quantidade de recursos destinada para a área de desenvolvimento regional. Desculpem-me a franqueza, podem dar o nome que quiserem, mas isso significa pagamento de emenda parlamentar, inclusive pagamento de conta dos acordos que são feitos — eleição do Presidente da Câmara, eleição do Presidente do Senado e demais votações antipopulares que, infelizmente, o Congresso Nacional aprova.

Se forem somados os investimentos públicos nas áreas de defesa e desenvolvimento regional, o valor dá mais da metade dos investimentos que o Estado brasileiro vai fazer no ano de 2021 — isso mesmo! —, em plena pandemia.

Podem dizer: "*Não. Parte dessas emendas são emendas impositivas*". Sim, elas correspondem a 1,5 bilhão de reais. No entanto, no relatório apresentado, há um complemento de 1,4 bilhão de reais justamente para essas emendas extraoficiais que servem somente para Deputado fazer política para suas bases, para depois tentar um processo de reeleição e seguir perpetuando essa lógica de esmagamento dos direitos do povo. A população só queria sobreviver nesse contexto de pandemia, ter renda e ter emprego, e é um sinal contrário o que este relatório está dando.



Há algo gravíssimo: tudo isso está sendo feito à custa de não pagar os direitos previdenciários e trabalhistas do povo trabalhador brasileiro. Não é verdade, é mentira o que disse o Relator nesta sessão, não houve uma redução de despesas na área da Previdência no ano passado. Aliás, um relatório feito pelo próprio Ministério da Economia, de março de 2021, de agora, disse que já faltavam 8 bilhões de reais para garantir as despesas da Previdência. Com o complemento do relatório do Relator, retiram-se ainda mais 13 bilhões de reais. Sabem o que isso significa? Calote! Calote na previdência dos trabalhadores brasileiros e das trabalhadoras brasileiras.

Eu lembro que o Bolsonaro disse, inclusive, que não tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos, quando tiveram aquela ideia genial de retirar recursos do abono salarial para fornecer auxílio emergencial para o povo trabalhador. Pois bem, ele não está tirando dos pobres para dar para os paupérrimos, está tirando dos pobres para dar para as Forças Armadas e para pagar emenda parlamentar, porque o Orçamento também retira 7,4 bilhões de reais do abono salarial. Os trabalhadores mais pobres deste País vão receber um calote por conta dessa festa, dessa feira que está sendo distribuída, infelizmente, por meio deste relatório.

Além disso, houve a redução da verba para o MEC em cerca de 38%. As universidades vão ficar paralisadas com esse orçamento. Houve um corte de mais de 1 bilhão de reais, no momento em que elas estão produzindo vacina, ciência, tecnologia e inteligência para lidar com a pandemia.

No momento em que aumentou o índice de feminicídio em mais de 41% só aqui no Estado de São Paulo, há só 2,5 milhões de reais de verba para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Por esses e por mais motivos, Sra. Presidente, nós do PSOL não viemos aqui fazer um apelo para que incorporem essa ou aquela emenda. Nós viemos aqui fazer uma denúncia do absurdo que significa esse Orçamento.

Espero que a população brasileira esteja acompanhando o que está acontecendo. Se não estiver, nós fazemos questão de divulgar isso o máximo possível. Este Orçamento significa privilégio à cúpula dos militares golpistas que apoiam o Presidente Bolsonaro e garantia de emenda para os Parlamentares que dão base de sustentação para esse Governo genocida e criminoso. Houve retirada de direito dos trabalhadores, da educação, do enfrentamento à violência contra a mulher e diminuição do SUS.



Nós do PSOL somos contrários a isso. Fica aqui o nosso protesto e nosso lamento diante desse clima de festa perante uma brutalidade contra o povo brasileiro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputada Sâmia.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) - Presidente, eu estou aqui na Comissão da COVID-19, que ouve o Ministro Paulo Guedes.

O que a Deputada que me antecedeu falou é justamente a pergunta que veio dos Parlamentares e de fora. A pergunta é sobre a retirada de recursos da saúde — 36 bilhões de reais —, do SUS, num momento de pandemia, e da educação. Eu vou dizer o que é mais grave nisso: é retirar recursos da educação.

É interessante: o Estado brasileiro não oferece educação pública de qualidade para crianças, adolescentes e jovens, e eles, sem educação, vão se transformar em, como eles chamam, invisíveis, pedintes ou vão se transformar em pessoas que vão ter que assaltar para poder sobreviver. É uma ironia que esse Estado, que nega a educação ao seu povo, seja o mesmo que vai punir essas crianças, adolescentes e adultos, que estarão nessa situação de extrema pobreza porque o Estado quis, intencionou.

Este Orçamento está com dificuldade, porque tira recursos de todas as áreas e aumenta — eu não havia visto isso — os recursos para a Defesa brasileira, para as Forças Armadas. Como se dissesse, devia haver aumento de recursos é para a defesa do povo contra a COVID-19.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Deputado Gervásio Maia. (*Pausa.*)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Presidente, depois do Deputado Gervásio Maia, eu gostaria de falar na condição de Líder do PSB. Aqui quem pede a palavra é o Deputado Danilo Cabral.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Certo, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sra. Presidente, brasileiros, integrantes da Comissão Mista de Orçamento, eu estava aqui fazendo uns rabiscos e eu estou meio sem entender se esta informação está correta: quer dizer que, no Orçamento que estamos votando, estão sendo destinados 2,9 bilhões de reais para investimentos em submarinos e caças, enquanto nós só estamos destinando 1,9 bilhão de reais para a saúde e 2,15 bilhões



de reais para a educação? Eu não estou conseguindo entender isso. Para a saúde e a educação está indo a metade do que está indo para o Ministério da Defesa? Escutem bem: nós estaremos a aprovar 1,98 bilhão de reais para a saúde e 8 bilhões de reais para o Ministério da Defesa. Nada tenho contra a Defesa, mas nós estamos num momento de pandemia.

Vejam só, em relação ao ano passado, há uma queda nos investimento na saúde, no Orçamento que está sendo votado hoje, de 39%. Se compararmos o que estamos votando hoje com 2019, nós já saltamos para uma queda de 53%. E, se fizermos uma comparação com 2018, nós estaremos falando em menos 61% para a saúde, gente! Essa informação, se estiver correta, nós não podemos aceitar.

Há tempo de mudar isso ainda, Sr. Relator. Essa coisa deve estar errada. Eu não consigo acreditar nisso, em haver mais dinheiro, repito, para submarinos e caças do que para investimentos na saúde pública.

Eu gostaria muito de ouvir o posicionamento do nosso Relator sobre esse ponto.

O outro ponto é que nós estamos liquidando o IBGE, gente! Na proposta de 2 bilhões de reais, nós estamos tendo um corte de 1,7 bilhão de reais. Acabou o IBGE!

Outro ponto importante de que eu ia falar é relativo à assistência social, mas já tomei conhecimento de que o Relator o alterou, e houve uma melhora significativa. Então, realmente não vou mais tocar nesse ponto.

Preocupo-me ainda com a educação básica, muito embora tenha havido uma alteração, um aumento de recursos, Sr. Relator. O corte seria de 1,7 bilhão de reais, mas me parece que o corte será de apenas 700 milhões de reais. Gostaria de saber se não é possível fazer também essa recomposição.

Agora, no meio de uma pandemia, quando nós estamos sem vacinas, sem leitos, sem oxigênio, com pessoas morrendo nas portas dos hospitais, nós vamos aprovar, repito, um Orçamento desses, destinando 8 bilhões de reais para o Ministério da Defesa e 1,98 bilhão de reais para a saúde? Isso é uma disparidade muito grande, Sra. Presidente. Não dá para aceitar que a saúde fique como lanterninha na lista de prioridades que nós vamos votar na Comissão de Orçamento. Vejam, se nós juntarmos o que será votado logo mais na CMO para educação e saúde, nós estaremos falando de 4 bilhões de reais, a metade do que está no relatório para o Ministério da Defesa. Eu não consigo entender essa lógica.



Então, eu quero fazer um apelo ao Sr. Relator para que observe esses números que estão lançados não apenas para o Ministério da Defesa, mas também para o Ministério da Infraestrutura, o Ministério do Desenvolvimento e, por fim, repito, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Esses números não podem estar certos.

Realmente, se o Orçamento for nessa linha, eu não tenho como colocar as minhas digitais, Deputado Bira do Pindaré, na votação dele. Não dá! Como é que nós vamos olhar para as pessoas lá fora e dizer que nós colocamos mais recursos no Orçamento para investimentos em submarinos e caças do que para a saúde do nosso País? Se essa informação estiver correta, quero concluir os integrantes do nosso partido, o PSB, a votar contra esse relatório.

Sra. Presidente, foi feita uma reunião ontem com os Presidentes dos Poderes, e a Câmara dos Deputados firmou um compromisso de priorizar a saúde pública. Então, diante do que foi pactuado ontem, ainda há tempo de corrigirmos, meu Líder Deputado Danilo Cabral, as inconsistências — é assim que gostaria de chamá-las — lançadas nessa planilha do Orçamento, que será votado aqui na Comissão Mista de Orçamento e, logo mais, em plenário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concederei a palavra ao Deputado Vermelho.

Deputado Danilo, V.Exa. será o próximo.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Estamos aqui.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Presidente Flávia, saúdo V.Exa., nosso Senador Marcio Bittar, que é nosso grande Relator, e todos os Deputados e Deputadas aqui presentes.

De fato, este é um momento difícil. Ser Relator do Orçamento não deve ser uma tarefa para todos. Todo mundo procura levar os benefícios para a sua região, para os seus Estados, para os seus Municípios. As bancadas procuram defender os segmentos, seja a saúde, seja a educação, seja a infraestrutura. E é claro que isso demanda um trabalho muito difícil da CMO, em especial dos assessores, que, ano após ano, fazem parte disso, fazem com que a peça orçamentária pare de pé diante dos sempre tão poucos recursos do Brasil, situação ainda mais grave agora, com a pandemia, essa grande dificuldade que o



mundo vive hoje, cujo enfrentamento, para que ela cesse o quanto antes, já levou muitos bilhões de reais. Mas essa equipe é muito preparada para tal.

O Orçamento da União é como um orçamento familiar ou empresarial: quando se ganha 10, pode-se gastar 10 no máximo. Porém, nós temos uma dificuldade muito grande, de décadas e décadas, neste País: no Orçamento, há arrecadação de 4 trilhões, 291 bilhões e 900 milhões de reais, meu caro Relator Bittar, mas se despendem, desse mesmo dinheiro, mais de 2 trilhões de reais apenas com o encargo da dívida, apenas com a rolagem da dívida. Assim, não há como satisfazer todas as necessidades que os Deputados, os Senadores e os segmentos apresentam. Um país que amortiza 270 bilhões de reais da dívida que tem e que todos os anos paga 362,6 bilhões de reais de juros não tem como prosperar em curto prazo, se não acharmos um caminho na união que todos nós devemos ter. Nós pagamos mais juros do que estamos amortizando. Essa conta só cresce e dificulta, a cada momento, investimentos nas áreas especiais da educação, o que é justo, da saúde e da infraestrutura, assim como em todas as demais áreas.

Parabenizo o Relator. Parabenizo a nossa Presidente Flávia Arruda, que, com muita bravura, durante todos esses dias, atropelada pelo tempo e pelo prazo, uma vez que não tivemos esta Comissão instalada na legislatura anterior e agora lhe concederam um prazo muito curto, liderou todos os membros desta CMO. E eles, com o apoio do Senador Relator, fizeram esta peça importante.

O Orçamento é, sim, uma peça do Congresso Nacional. Mas é claro que ele passa por todos os segmentos, pelos setores e, em especial, pelo Governo, que manda uma prévia da peça orçamentária para nós.

Nós entendemos as dificuldades de todos, entendemos o grande esforço que V.Exas. fizeram para que chegássemos até aqui, para que hoje pudéssemos entregar, ao Plenário do Congresso Nacional, esta peça importante, porque lá fora o segmento de trabalho, de infraestrutura, de educação, de saúde, todos precisam deste Orçamento. Estamos trabalhando com um doze avos, não cumprindo os compromissos do Governo Federal. Há muito tempo não se via isso. Então, precisamos, o quanto antes, colocar em prática o Orçamento.

O PSD entende, Senador Bittar, que está concordando com V.Exa., com o trabalho, com o atendimento ao nosso partido e à nossa bancada. Temos a certeza de V.Exa. fará sempre o melhor possível, pois terá os ofícios a serem feitos no futuro.



O PSD parabeniza todos pelo trabalho e está, sim, nessa empreitada que temos pela frente.

Obrigado a todos. Um forte abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Vermelho, sempre muito gentil.

Tem a palavra o Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Desculpe-me, Sra. Presidente, mas falará o nosso nobre Líder, o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Deputado Bira, pode fazer uso da palavra. Eu faço questão, por favor.

Eu falo depois do Deputado Bira, Sra. Presidente, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está certo, Deputado. Muito obrigada. Isso ocorreu porque o Deputado Bira havia se inscrito antes de V.Exa. pedir a palavra como Líder, e eu só segui aqui o roteiro.

Deputado Bira, V.Exa. é sempre muito gentil.

Após a fala do Deputado Bira, terá a palavra o Líder Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Perfeito.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos aqui debatendo o Orçamento Público da União para o ano de 2021 diante de um quadro extremamente difícil, porque ontem nós alcançamos a triste marca de mais de 300 mil mortes no Brasil, uma tragédia humanitária. Diante disso, é óbvio que a nossa prioridade é o enfrentamento da pandemia, é óbvio que a nossa prioridade é a saúde. Então, o que esperamos do orçamento público? Que tenhamos mais recursos para a saúde. Mas não é isso que estamos constatando aqui. Isso que é grave neste debate que estamos fazendo, e é importante entendermos o que se passa.

Como explicar, minha gente, uma redução de 39% nos recursos para a saúde no momento em que a população mais precisa do Estado, em que ela mais precisa de políticas públicas, de leitos hospitalares, de oxigênio, de coisas básicas, elementares, de apoio aos profissionais da saúde? Como vamos fazer tudo isso com essa redução drástica no orçamento da saúde pública no Brasil, com esse enfraquecimento do SUS?



Nós tivemos agora uma mudança de Ministro. Ficamos uma semana sem Ministro da Saúde e agora temos um novo representante à frente dessa Pasta importante. E eu fico me perguntando como vamos avançar no enfrentamento da pandemia diante disso.

E não para por aí! No orçamento da educação, que também é um item fundamental para o nosso desenvolvimento, para que possamos ter fôlego para recuperar todo esse tempo perdido, todo esse prejuízo irreparável em razão da pandemia, fazendo desenvolvimento social a partir do investimento nas pessoas, está havendo um corte de 28%. Isso é inexplicável! Não dá para compreender que matemática é essa, que conta é essa, que cálculo esse que se faz.

Como se não bastasse isso, quando olhamos para o orçamento da área da defesa, encontramos um aumento de 31% nos investimentos, totalizando 8,7 bilhões de reais. Para que isso? Para comprar submarino e aviões de caça. Minha gente, nós estamos guerreando contra quem? Eu pergunto a vocês: submarino e aviões de caça vão combater o coronavírus? É com isso que vamos combater o coronavírus, com submarino e aviões de caça? Então, não dá para entender que prioridades são essas. Como aumentamos o orçamento da área da defesa e diminuímos o orçamento da educação e também o da saúde, que é vital para todos nós?

É absolutamente incompreensível o que está acontecendo aqui, o que acabamos de constatar neste relatório que está sendo debatido nesta Comissão tão importante do Congresso Nacional. Como se não bastasse, há a situação do IBGE, por exemplo. Como o IBGE vai fazer o censo se cortaram 85% do seu orçamento? Ele era de 2 bilhões e cortaram 1,7 bilhão. Simplesmente, o censo fica inviabilizado.

Para quem não entende, o censo demográfico é estratégico para a definição das políticas públicas no Brasil e acontece a cada 10 anos. Já foi adiado o do ano passado por causa da pandemia, e este ano, mais uma vez, não vai acontecer, mas agora por conta do corte drástico nos recursos para o IBGE. É muito grave o que está acontecendo aqui.

É evidente, meu Líder Danilo Cabral, que nós não temos como acompanhar um relatório como esse. Entendo que a Oposição tenha que fazer o seu papel, cumprir o seu papel no bom combate, levando as informações necessárias para o povo brasileiro, para que a população entenda por que faltam leitos hospitalares, por que falta oxigênio. Isso acontece porque cortam o orçamento da saúde, como estão fazendo exatamente neste momento aqui nesta Comissão.



Fica aí a nossa palavra, Sra. Presidente, de indignação, mas também de esperança, porque ainda podemos mudar.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Líder Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Cumprimento a Sra. Presidente, o Sr. Relator, o Senador Marcio Bittar, e demais colegas Parlamentares. Deixo um cumprimento especial aos nossos companheiros da bancada do PSB que acabaram de se manifestar. Cumprimento o Deputado Bira do Pindaré, o Deputado Gervásio Maia e o Deputado Felipe Carreras, que estão aqui participando desta reunião.

Senador Marcio Bittar, eu estava acompanhando o relatório de V.Exa. e, numa parte, V.Exa. disse: "*O Estado não pode deixar de atuar*". Fiz o registro dessa frase para que possamos, a partir dela, apontar um conjunto de contradições, como já foi relatado aqui pelos nossos companheiros Gervásio Maia e Bira do Pindaré, que nós constatamos no relatório final.

Sabemos que o resultado final disso não é fácil. Eu entendo o desafio da Presidente. Entendo o desafio do Relator. Entendo o desafio em um ambiente como o que nós estamos vivendo, de profunda crise. Na verdade, um conjunto de crises que está instalado no nosso País desde a gestão do Presidente Temer, uma crise de natureza econômica, uma crise de natureza social, agravada a partir da pandemia.

Isso também traz reflexos nas contas públicas. Sabemos que as receitas caíram também. Nesse sentido, o desafio se torna ainda maior. É encontrar o caminho para que possamos fazer o Estado cumprir o seu papel como organização política da sociedade.

Não é fácil fazer escolhas nesta pandemia, com o que estamos vivendo, as consequências dela, uma queda no PIB, o aumento do número de pessoas que está vivendo na miséria, aquilo que representa a desaceleração da atividade econômica. Nesse sentido, nós precisamos saber qual a proteção que nós devemos dar ao povo brasileiro neste momento.

Por isso, é fundamental que saibamos que Estado nós queremos. O PSB entende que é importante, primeiro, garantir a proteção social, fundamental num País que tem hoje mais de 10 milhões de brasileiros que estão vivendo na extrema pobreza.



Como foi visto um gesto de V.Exa. no relatório final, atendendo a sugestão da Relatora Setorial a Senadora Eliziane Gama, precisamos reforçar o orçamento do Sistema Único da Assistência Social.

Aqui, eu falo também na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. No momento em que estamos vivendo uma pressão com o aumento da vulnerabilidade, é muito importante que a parte do Estado brasileiro responsável pela proteção social, que é o SUAS, tenha de fato condições de dar as respostas para garantir cidadania a essas pessoas.

Aqueles que estão agora nos CRAS, nos CREAS, nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos Municípios, precisam de condições.

E V.Exa. acatou aí um gesto importante de recomposição de uma parte desse orçamento que vai responder a essa demanda. Fazemos esse registro com o dever de justiça, sabendo que muito mais ainda precisa ser feito.

Mas também não quero deixar de registrar aqui as contradições que nós encontramos no Orçamento do ponto de vista das escolhas políticas que foram apontadas. Quando pegamos o Orçamento e analisamos os investimentos, sabemos que, dos 25 bilhões de reais que temos, quase 8,2 bilhões são destinados a financiamentos no Exército, nas Forças Armadas, no Ministério da Defesa. Será que é isso que o povo brasileiro deseja agora?

Será que nós estamos precisando de armas, ou estamos precisando, na guerra que enfrentamos contra a COVID, de leitos de UTI e de vacina? Será que nós não estamos precisando de auxílio emergencial? Será que nós não estamos precisando de mais educação?

Cortes foram feitos na educação brasileira, neste momento em que vemos as escolas nem sequer conseguirem retornar às suas atividades. Nós precisamos fazer chegar a tecnologia, para que não aprofundemos as desigualdades, o fosso social que existe hoje na educação.

Quarenta milhões de jovens da escola pública não conseguiram retornar às suas atividades. Há muita gente que está fazendo ensino virtual, remoto, a distância, mas a realidade daqueles que estão na escola pública é outra. Não têm acesso à Internet, não têm acesso a computador, sobretudo aqueles que estão nos lugares mais distantes deste País.



Portanto, eu faço um apelo aqui para que também realizemos uma recomposição do orçamento da educação brasileira como uma opção estruturante para a saída dessa crise, e que aponte para o futuro do Brasil.

Concluo, reforçando as palavras do Deputado Bira, das quais também o Relator Felipe participou: há necessidade de também recompormos o orçamento do IBGE. Não é razoável, não é admissível que aquele que é o principal formulador das políticas públicas não tenha dinheiro para fazer um censo adequado.

Por isso, Deputada, por isso, Senador, eu deixo aqui minhas palavras de contrariedade, também do PSB, em relação a essa peça final, sabendo que infelizmente o resultado aponta para um Estado brasileiro que não vai responder às demandas, sobretudo, às daqueles que estão numa situação de maior vulnerabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Líder Danilo.

Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Eu queria agradecer ao Relator do Orçamento, o Senador Marcio Bittar. Fomos colegas aqui na Câmara.

Eu conheço bem a nossa região de Uberlândia, do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais.

Eu solicitei ao Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, que apresentasse a sua única emenda de bancada para a conclusão do novo pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia.

O Senador Rodrigo Pacheco prontamente nos atendeu e apresentou a emenda. Ela teve uma redução significativa do Relator Setorial. E agora o Relator Marcio Bittar faz essa recomposição, porque essa emenda é muito importante.

A nossa região vive uma crise muito grande, agravada agora com o coronavírus. O déficit de leitos é enorme. E, só com o novo pronto-socorro da UFU, serão 249 leitos. Algo que vai atender mais de 2 milhões de pessoas em todo o Triângulo Mineiro.

O pronto-socorro vai ser fundamental para a área da saúde e realmente vai salvar vidas. A emenda está no valor de 50 milhões de reais, montante suficiente para terminar a primeira etapa e já colocar o novo pronto-socorro em funcionamento.

Essa obra é importante. Eu consegui levá-la para Uberlândia em 2011, colocando o novo pronto-socorro da UFU no REHUF. Ela iniciou em 2012, mas existiram diversas paralisações, justamente por causa de problemas no projeto, problemas jurídicos. Houve a



adequação por parte da atual reitoria, foram feitas todas as tratativas junto ao Poder Judiciário, a obra retomou, e esses recursos vão ser fundamentais.

Já havia sido aprovada emenda na LDO e no PPA. Essa obra é prioridade número um no meu mandato. Assim que eu fui eleito, assumi esse compromisso público de priorizar a conclusão do novo pronto-socorro da UFU e destinar 100% das minhas emendas na área da saúde para o enfrentamento ao câncer — são os dois compromissos que eu assumi. Já destinei mais de 60 milhões para os hospitais que enfrentam o câncer. E fico muito feliz. Ano passado, nós já tínhamos garantido 10 milhões também para o novo pronto-socorro da UFU. e esse recurso vai ser fundamental para nós terminarmos essa primeira etapa. Essa é a obra prioritária para Uberlândia e região.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer e parabenizar o Relator do Orçamento, o Senador Marcio Bittar, além de parabenizar o trabalho da Deputada Flávia Arruda como Presidente da CMO. Eu acompanhei todas as reuniões do grupo de Liderança, e houve agilidade no Orçamento, atípico. Realmente, eu queria cumprimentar a Deputada Flávia.

Quero agradecer de forma muito especial ao Senador Rodrigo Pacheco, que é Presidente do Congresso Nacional, por esse atendimento ao nosso pedido e por ter colocado a sua única emenda de bancada para a conclusão dessa obra. Muito obrigado mesmo ao Senador Rodrigo Pacheco.

Eu queria agradecer ao Dr. Adenilson do novo pronto-socorro da UFU, médico responsável por todas as tratativas junto à universidade para que a obra retomasse. Acompanhou todo o processo aqui na CMO e na Câmara. Então, muito obrigado ao Dr. Adenilson.

Entim, parabenizo mais uma vez o relatório. Aproveito e faço um pedido. Nós sabemos das dificuldades. O cobertor realmente é curto. Mas, dentro das necessidades, no que ainda houver de possibilidade, tentem aumentar o orçamento da área da saúde e também o orçamento das universidades.

Muito obrigado mesmo. Nós estamos muito felizes. Em nome de toda a população de Uberlândia e do Triângulo Mineiro, nós agradecemos os 50 milhões de reais, que serão muito bem aplicados para terminar o novo pronto-socorro da UFU. A obra representa 249 leitos, que vão diminuir muito o déficit na área da saúde e vão salvar muitas vidas.

Muito obrigado mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Weliton.



Concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna. (*Pausa.*)

Deputada Fernanda. (*Pausa.*)

Em seguida, eu volto a palavra para a Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Henrique.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Presidente, gostaria de cumprimentá-la e ao mesmo tempo parabenizá-la pela forma democrática como conduziu esta Comissão. Cumprimento também o Senador Marcio Bittar, Relator do Orçamento da União.

Eu sei, Senador, que neste momento os pedidos são inúmeros, todos eles republicanos e democráticos.

Eu não vou me repetir, mas quero apenas tratar de dois assuntos rápidos. O primeiro é o orçamento da SENAPRED —Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, que já foi discutido, inclusive nesta reunião de hoje. O orçamento inicial previa apenas 40 milhões. Com o esforço do Relator, esse orçamento já passou para 120 milhões, e, se ele puder ser ampliado, será importante, porque, se fossem mantidos os 40 milhões, 50 mil acolhidos em comunidades terapêuticas teriam que sair, pessoas teriam que voltar para as ruas e iriam interromper uma luta muito grande contra um inimigo terrível, que é a luta contra as drogas. Então, o aumento do orçamento já ajuda bastante. Sei de todas as dificuldades, Senador, mas, se puder avançar ainda mais, será importante. Essas pessoas mantidas nas comunidades terapêuticas têm a oportunidade de se reencontrar com a vida e com a cidadania, principalmente têm a oportunidade de não voltar para a sociedade sem recuperação, o que aumentaria a violência e, consequentemente, os gastos com a segurança pública.

Destaco aqui também assuntos como saúde, educação, que já foram tratados nesta Comissão, e o IBGE — o corte de 1,7 bilhão impossibilita a realização do censo e, consequentemente, a coleta de dados extremamente necessários para o planejamento do nosso País.

Por fim, Sra. Presidente, eu fui designado pelo meu Líder, o Deputado Wolney Queiroz, para coordenar a bancada do PDT na Comissão e também para ser o Relator Setorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Vez por outra, ouve-se que não aconteceu avanço no relatório setorial, e eu queria rapidamente explicar. Primeiro, nós mantivemos *ipsis litteris* o que veio do Ministério, porque, mesmo sendo de um partido de oposição, nós agimos com responsabilidade e não iríamos bagunçar o



orçamento planejado pelo Ministério — essa conversa nós tivemos com a Ministra Damares.

Mas quero ressaltar que foi apresentado um total de 526 milhões de solicitações de emendas, e, como Relator Setorial, couberam apenas ao Deputado Fábio Henrique 23 milhões, portanto uma diferença muito grande. Não se avança sem dinheiro. E o que foi feito com esses 23 milhões? Todos os pedidos que chegaram foram atendidos, de forma mais ou menos equânime. Nós atendemos, por exemplo, a bancada do meu querido Estado de Sergipe; nós atendemos a bancada do Distrito Federal, Presidente Flávia Arruda; nós atendemos a bancada do Paraná, a bancada do Rio de Janeiro e a bancada do Tocantins. Portanto, se houve solicitação de bancada, essas solicitações foram atendidas, como atendemos também três emendas da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, já que não houve comissão na Câmara dos Deputados. Portanto, naquilo que nos coube fazer, dos 23 milhões que estavam disponibilizados, nós procuramos atender as solicitações de todos. E ainda recriamos, porque esta ação veio zerada no orçamento, a Ação 21.8.B, que é a Política de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e a ela destinamos uma parte desse recurso.

É este o apelo que nós queremos fazer ao Relator para que, naquilo que for possível, aportar mais recursos a esta Ação 21.8.B, que é a Política de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Acho importante que essas explicações sejam dadas para que fique clara a nossa posição, como Relator Setorial, num Ministério tão importante.

Presidente, muito obrigado.

Relator, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Deputado.

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC) - Senadora Eliziane...

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Eu estou aqui, Presidente Eliziane. Eu fui chamada, mas tive um problema técnico.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Deputada Fernanda, aguarde só um segundinho.

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC) - Senadora Eliziane...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Pois não, Senador.



O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC) - Por gentileza, eu queria pedir, se V.Exa. me permite, uma fala.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - V.Exa. quer apartear ou quer discutir?

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC) - Não, eu só queria fazer um registro, Senadora, com a sua permissão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Pois não, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC) - Eu quero agradecer ao Senador Marcio Bittar pela deferência. Protocolei um pedido, no dia 23, a ele para reconsiderar as verbas que nós já tínhamos para as BRs de Santa Catarina. E o Relator, com sensibilidade, com a responsabilidade que tem de tocar este orçamento, que, no fundo, no fundo, é apertado para todo mundo, reconsiderou.

Então, eu quero agradecer a recomposição daquilo que nós já tínhamos, para não prejudicar o andamento das obras em Santa Catarina. Agradeço-lhe aqui na Comissão, porque este foi um gesto importante para Santa Catarina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - O.k., Senador, muito obrigada.

Eu vou passa a palavra à Deputada Fernanda Melchionna, mas, antes, vou responder, na verdade fazer um comentário a respeito daquilo que o Líder e Deputado Danilo Cabral falou quando citou as ações da assistência.

Eu queria lhe agradecer, inclusive pela deferência, e trazer aqui uma informação que é muito importante do que significa, na verdade, o engajamento do Congresso Nacional, dos Parlamentares, junto aos Relatores Setoriais e ao Relator-Geral.

Vejam: no SUAS, que é a área de que V.Exa. se lembrou, nós recebemos, na peça original, apenas 1 milhão e 720 mil reais. Com o esforço das bancadas dos Estados, das emendas impositivas individuais, com o redirecionamento que nós fizemos da linha de corte da nossa Setorial para o SUAS e com a admissão por parte do Relator-Geral de 1 milhão e 720 mil reais, chegamos a 249 milhões de reais. Vejam que esta junção de forças e esta concentração de esforços acabam, ao final, trazendo realmente resultados muito importantes na peça final do Orçamento.



Muito obrigada, Líder e Deputado Danilo pela deferência. Registro sempre aqui o nosso esforço pela ampliação do recurso para a área do SUAS no Brasil.

Com a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Presidente Eliziane Gama, eu quero, primeiro, cumprimentar, é claro, todos os Parlamentares, mas lamentar profundamente a reunião que nós estamos tendo hoje na CMO. Cada Parlamentar, a Câmara dos Deputados, o Senado, cada um dos 513 Deputados e dos 81 Senadores, vai escolher de que lado ficará na história.

Nesta semana em que, infelizmente, chegamos a 301 mil mortos, no pior momento da pandemia, nós vemos um Governo que faz um Orçamento escandaloso. E aí alguns Parlamentares disseram que o problema é o tempo, que a Comissão não conseguiu trabalhar no ano passado. Não conseguiu pelas desavenças do próprio Governo, é verdade.

Nós chegamos aqui com todo o espírito de construção. Eu tenho muita tranquilidade porque fui às reuniões de Líderes. Tentamos, a Deputada Sâmia Bomfim, nossa titular, e eu, apresentar os temas que para nós são urgentes.

Nós estamos tratando da pior pandemia da nossa história. Faltam leitos, faltam respiradores, faltam *kits* para intubação, faltam vacinas. Nós temos um orçamento com quase 40% a menos em investimento em saúde. Quem tem mais investimentos, dentre todos os Ministérios, é o Ministério da Defesa. E os Parlamentares aceitam as desventuras desse lunático genocida Presidente da República em nome da negociata das emendas parlamentares!?

Os senhores me desculpem a sinceridade, mas eu não posso conceber que nós mantenhamos o mesmo método que foi feito no ano passado, do Relator passado. Eu fiz a crítica ao Senador Marcio Bittar dizendo que não era ele pessoalmente, porque nós esperávamos que ele não reproduzisse esse método no Orçamento. Mas nós sabemos que, infelizmente, o mesmo método está posto: emendinha para um, emendinha para o outro, emendinhas para as bancadinhas aqui e acolá, quando, na verdade, este debate tem que ser público, das prioridades do País.

Enquanto isso, nós temos menos dinheiro para a educação, e a educação está colapsando. Nós temos um sistema público de saúde que já sofre com a falta de recursos, por conta do Teto de Gastos, e que está sendo estrangulado. Nós temos o Ministério da



Defesa, para comprar submarinos, com a maior rubrica do Orçamento, no valor de 8 bilhões de reais. E temos o calote na Previdência.

V.Exas. estão votando um relatório que vai dar um calote na Previdência Social, porque vão faltar 8 bilhões para pagar aposentadoria, gente! Vai faltar dinheiro, eu não me lembro se 2 bilhões, para o abono salarial, porque o Governo congelou — a partir de junho deste ano, o Governo vai dar o calote e só vai começar a pagar em janeiro do ano que vem. Vai faltar dinheiro para o BPC!

E nós temos o escândalo do Ministério da Defesa, que ganhou esses montantes, em nome das negociações internas da Câmara, dos compromissos assumidos, inclusive com aquelas emendas lá, que envolveram a eleição da Presidência da Câmara e a do Senado.

Os Parlamentares vão aceitar silenciar? Eu não posso silenciar. Primeiro, o PSOL não está à venda. Isso para nós está claro. E eu tenho convicção de que para muitos outros isso não está. Só que não adianta nós não estarmos à venda, e votarmos um relatório desses. E mais: aceitar essa votação!

Nós vamos obstruir e achamos que todos aqueles e aquelas que não concordam com esta peça orçamentária têm que obstruir também este Orçamento, porque não se pode ver a desonestade econômica sendo implementada por um orçamento que vai vigorar o ano inteiro e aceitar calado.

O Ministério da Economia — não fui eu! não fui eu! — disse que faltavam 17 bilhões para fechar o Orçamento. E parece que falou com as paredes. Parece que falou para os jornais, ou não sei para quem, porque no relatório segue esse rombo, que é contra os mais pobres do País, os aposentados, os que dependem do abono salarial, que são famílias de baixa renda, ou do BPC, que vários dizem que defendem.

Então, em nome de atender emenda A, B, C ou X... e há várias recomposições necessárias. Eu votei a favor da recomposição de 1 bilhão, por exemplo, para a saúde. É evidente que é importante recompor 1 bilhão para a saúde. Mas 1 bilhão é tímido perto do tamanho do Orçamento.

Aí, alguns dizem : "Ah, mas o cobertor é curto, porque tem a dívida pública". Nós não temos nenhum problema em discutir a dívida pública, uma dívida pública que nunca foi auditada e segue sendo paga religiosamente por todos os Governos que passaram.

Podemos fazer, sim, esse debate para garantir que o cobertor seja maior. Mas, mesmo com cobertor curto, o Governo faz suas escolhas. "*Qual guerra quer travar?*", como



disse a minha amiga e companheira Deputada Sâmia Bomfim. A guerra contra a COVID? Não, essa o Governo não quer travar. A guerra deve ser para haver leitos, respiradores, *kit* intubação, pelos direitos dos profissionais da saúde, para haver mais profissionais de saúde, pela aposentadoria dos profissionais de saúde, que podem ficar sem aposentadoria, se este relatório for votado — a partir de agosto, pode ser que não haja dinheiro para pagar as aposentadorias! Não dá!

Mas Bolsonaro segue querendo jogar a sua guerra imaginária, num País que não está em guerra com outras nações, fazendo investimento e dando um dinheiro extraordinário para o Ministério da Defesa. A sua guerra imaginária só agrada à cúpula dos militares, porque a base — os cabos, os soldados — foi massacrada na reforma da Previdência. Aliás, está havendo aglomeração em vários quartéis. Eu sei, pela base dos militares, que eles estão indignados com a forma como muitos comandantes estão tratando seus subordinados dentro da hierarquia do Exército Brasileiro. Portanto, é essa cúpula e, não o conjunto dos interesses do povo brasileiro!

Essa não é a nossa guerra! A nossa guerra é pela vida, contra o genocídio. A nossa guerra é por transparéncia. Não aceitamos essa ideia da política do "toma lá, dá cá". Não aceitamos a ideia de que um Relator utilize 40 bilhões de reais — como no último Orçamento — para mandar para a terra da sua mãe, uma cidade pequena, o pequeno valor de 146 milhões de reais, sem nenhum critério público transparente. Nós achamos que muitas obras nos Estados são importantes — no Rio Grande do Sul, há muitas obras paradas —, mas não há obra mais importante, agora, do que salvar vidas.

É lamentável isso. Nós tentamos de todas as maneiras realizar uma votação tranquila do Orçamento. Eu inclusive disse nas reuniões que nós queríamos que o Orçamento fosse votado rapidamente, porque o Brasil precisa dessa votação, mas deve ser um Orçamento condizente com as necessidades do nosso povo, e não esse Orçamento, como disse o próprio cidadão, hoje, de uma austeridade fiscal seletiva, de massacre para os pobres — massacre para os pobres! — e benesses para a cúpula.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Deputada Fernanda Melchionna.

Ainda estão inscritos para fazer uso da palavra a Deputada Professora Marcivania, o Senador Ciro Nogueira, a Deputada Aline Sleutjes, o Deputado Osmar Terra, o Deputado Eduardo Cury e o Deputado Felipe Carreras.



Informo que estou encerrando a lista de inscrições, para dar mais celeridade aos trabalhos e partir para a votação do relatório.

Com a palavra a Deputada Professora Marcivania. (*Pausa.*)

A Deputada Professora Marcivania não está conectada.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Não está conectado.

Com a palavra a Deputada Aline Sleutjes. (*Pausa.*)

A Deputada Aline Sleutjes saiu.

Com a palavra o Deputado Osmar Terra. (*Pausa.*)

Também saiu.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury. (*Pausa.*)

O Deputado Eduardo Cury não está presente.

Com a palavra o Deputado Felipe Carreras. (*Pausa.*)

O Deputado Felipe Carreras não está conectado.

Há mais alguém inscrito? (*Pausa.*)

A Deputada Carmen Zanotto?

Ela não está inscrita nem está no plenário.

Ela vai discutir no momento de apreciação dos destaques.

Portanto, está encerrada a discussão do relatório final.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Sim, Deputado Felipe Carreras. Vamos voltar a V.Exa., que é o último inscrito para falar.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Pois não, Deputado Felipe. V.Exa. pode usar a palavra.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Deputado Felipe, enquanto V.Exa. ajusta o seu áudio, eu vou passar a palavra para o Deputado Eduardo Cury, que também está inscrito.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Eduardo Cury.



O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Eu ia fazer um pedido. Estou ao lado da Comissão. V.Exa. pode passar um Deputado da minha frente? Eu quero falar presencialmente aí, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Ocorre que nós não temos mais inscritos. Nós estamos...

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Ah! não temos? Então, está bom.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Presidente, eu fui chamado, mas tive um problema na conexão.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Então, podemos inverter? O Deputado Felipe Carreras fala remotamente, e eu falo presencialmente. Pode ser? Eu vou para o plenário da Comissão e falo presencialmente. Pode ser? Eu estou ao lado do plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Pois não.

Enquanto o Deputado Felipe Carreras se organiza para falar, eu vou passar a palavra para a Deputada Carmen Zanotto.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - E eu falo depois do Deputado Felipe Carreras. É isso, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Muito obrigada, nobre Senadora Eliziane Gama, que nos orgulha muito como Parlamentar do nosso partido, o Cidadania. Fomos colegas nesta Casa, como Deputadas. Tê-la no Senado Federal é um orgulho para o Brasil.

Eu quero, rapidamente, nobre Senador Marcio Bittar, que teve a tarefa de ser o Relator, pedir a retirada do Destaque nº 24, por compreender que foram atendidas parcialmente as comunidades terapêuticas. Nós sabemos da importância dessas instituições para o atendimento das pessoas, em especial as dependentes de álcool e outras drogas. As comunidades terapêuticas fazem um trabalho fundamental, e a recomposição parcial do orçamento foi fundamental. Eu lhe agradeço.

Quero dizer, Senadora Eliziane Gama, que nós vamos precisar abrir um debate nesta Casa. Investimento em infraestrutura precisa ser olhado de outra forma. O Orçamento, a partir da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, está engessando a infraestrutura do País



e, com isso, dificultando que nós possamos crescer e nos desenvolver. Sem rodovias, sem portos, sem aeroportos é impossível crescemos e nos desenvolvermos.

Esta Casa precisa, sim, ter a coragem de rever a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, naquilo que for necessário. Não adianta ficarmos com o teto de gastos na nossa cabeça, ou seja, na cabeça do País como um todo, e não termos investimento. Quem não investe não tem resultados, depois, na sua economia, em mais emprego e renda.

Eu tenho vários destaques de infraestrutura sobre os quais vou falar depois, no momento da apreciação dos destaques, mas nós precisamos encarar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, os pontos que são positivos e os pontos que estão inviabilizando o País, porque inviabilizam o trabalho do Relator-Geral e de cada um dos Relatores Setoriais.

Nós poderíamos passar o dia falando das dificuldades de cada um dos Ministérios, da Saúde, da Cidadania, da Infraestrutura e assim sucessivamente. Precisamos ter coragem para isso.

Por isso, nobre Relatora, quero parabenizá-la, mas também deixar a minha preocupação como Parlamentar. Precisamos enfrentar as dificuldades de crescimento do País que a EC 95/16 está impondo não só à saúde — que, para muitos é custo e para mim é investimento na vida das pessoas —, mas também à infraestrutura e à logística do nosso País.

Parabéns, nobre Relator!

Estarei de volta na hora da apreciação dos destaques sobre a infraestrutura de Santa Catarina.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Deputada Carmen, querida amiga.

Com a palavra o Deputado Felipe Carreras.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Cumprimento a Presidente e os demais colegas membros da Comissão Mista de Orçamento, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Queria cumprimentar de forma especial V.Exa., Deputado Danilo Cabral, Líder da nossa bancada, e os companheiros da CMO Deputado Gervásio Maia, Deputado Bira do Pindaré e Deputada Lídice da Mata.



Presidenta, eu não posso admitir algo que causa profunda perplexidade neste momento que nós atravessamos no País: um orçamento em que serão destinados 1,3 bilhão de reais para a compra de submarino — repito, 1,3 bilhão de reais para a compra de submarino — e 1,6 bilhão para a compra de caças.

Os hospitais do País estão sobrecarregados e está havendo cortes no orçamento da saúde neste momento que estamos vivendo. Sinceramente, esta Comissão Mista de Orçamento ficará na história, e eu não creio que os Parlamentares que fazem parte dela aprovarão um orçamento para a compra de caças e submarino da ordem de 3 bilhões de reais. Isso é um profundo desrespeito ao povo brasileiro. Repito: é um profundo desrespeito ao povo brasileiro!

Então, quero fazer um apelo a todos os que fazem parte desta Comissão: não aprovemos o orçamento do jeito que está posto!

Em breve, quando formos tratar de um destaque que nós fizemos em relação ao IBGE, eu vou falar com mais profundidade sobre esse tema.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Felipe.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, quero parabenizá-la pela condução da CMO e cumprimentar o nosso Senador Marcio Bittar, que tem uma missão hercúlea, muito difícil, pois o cobertor é curto, e nós entendemos isso.

O que vou trazer é da maior gravidade para um setor bastante específico. Quero agradecer o esforço do Senador Marcio Bittar em tentar solucionar esse problema, mas estava fora da alçada dele. Tem a ver com a fabricação dos cargueiros KC-390 pela EMBRAER. O orçamento, por uma falha do Ministério da Defesa, reduziu, na proposta dele, o valor contratual deste ano.

É lógico que nós sabemos que o cobertor é curto, nós sabemos que é preciso haver cortes, mas, na verdade, na minha opinião, essa é uma decisão equivocada, porque, na mesma rubrica, nós temos 1,3 bilhão de reais para os caças Gripen, um programa que poderia ser reescalonado neste ano de crise.

Vamos falar a verdade: nós não estamos em guerra física com nenhum outro país para priorizar, neste momento, a entrega de caças, mas os cargueiros KC-390 da



EMBRAER são os que estão levando as vacinas, são os que estão levando os tanques de oxigênio, já que os Hércules C-130 estão todos no chão, sucateados.

Relatórios da própria Aeronáutica dão conta de que, para cada Hércules C-130 velho que está voando, cinco, no chão, estão sendo canibalizados. Ora, nós temos apenas quatro aviões da EMBRAER que estão levando os tanques de oxigênio e as vacinas pelo Brasil, e a produção desse tipo de aeronave vai se paralisada este ano. Conforme está no orçamento, vai ser entregue zero unidade — repito: zero unidade — do cargueiro feito pela empresa brasileira EMBRAER.

Quero lembrar que os submarinos de mais de 1 bilhão de reais são feitos fora do Brasil. Eu pergunto a alguém: é prioridade, neste ano, nós termos submarinos? Eu não estou falando em cancelar o projeto. Eu não estou sendo demagogo nem estou pedindo dinheiro novo. Eu estou pedindo o reescalonamento. Será que nós não poderíamos repactuar esse contrato, este ano, estendê-lo um pouquinho e, ano que vem, quando voltássemos à normalidade, colocar a 100% a velocidade do contrato dos submarinos?

Ocorre a mesma coisa com os caças. Eles são feitos fora do Brasil. Nós precisamos de entrega de caças este ano no Brasil? Nós não poderíamos pegar 200 milhões de reais, de um programa de 3 bilhões, e fazer com que a EMBRAER continue sua linha de produção?

Eu vou dizer para V.Exas. o que vai acontecer. A EMBRAER não vai entregar nem um cargueiro este ano. Alguém poderia dizer: "Ah, mas a EMBRAER pode pegar dinheiro da aviação comercial e passar". Não, a aviação comercial está parada no mundo. Noventa e cinco por cento dos aviões, com a pandemia, foram para o chão, ou seja, ficaram nos aeroportos. Não há como tirar dinheiro da aviação comercial para bancar o Governo.

O que vai acontecer? Infelizmente, corremos o risco de ter demissões, porque, se a empresa não vai entregar o avião, não vai produzir; se não vai produzir, não vai precisar de gente. E o problema com essa mão de obra muito qualificada é que, se você demitir essas pessoas, elas vão para a Boeing, elas vão para a Airbus, elas vão para Mitsubishi, no Japão, elas vão para as empresas da Alemanha, porque são uma mão de obra muito disputada. Aí, em 2022, quando o Governo quiser novamente contratar, não vai conseguir fazer isso. Então, é uma decisão absolutamente equivocada a do Ministério da Defesa sobre a priorização dos recursos.



Eu quero agradecer muito ao Relator. Eu sei do esforço dele. Parece-me até que houve uma falha, nos últimos dias, do próprio Ministério quanto ao envio de um documento para mudar essa priorização. As consequências serão gravíssimas.

Eu apelo ao Presidente da República para que, depois, por meio de uma medida provisória ou um PLN, corrija esse problema, porque, se houver demissões...

Presidente, V.Exa. será responsabilizado por isso. Não se trata de demissão na construção civil, em que você demite hoje e contrata no mês seguinte. Não! Vão-se demitir pessoas que foram formadas ao longo de décadas. São engenheiros e outros profissionais da terceira maior indústria de aeronáutica no mundo, sediada no Brasil. Então, eu considero isso um grande equívoco.

Não estou brigando — é legítimo todos os representantes do povo brigarem por novos recursos, mas eu não estou brigando; estou só fazendo uma mudança de rubrica orçamentária que implicaria, de antemão, que o Ministério da Defesa renegociasse tanto o contrato de submarinos como o contrato de caças para o ano que vem. Empurrem um pouquinho para frente esses contratos! Qual é o País que não vai se sensibilizar? Qual é a empresa internacional que não vai se sensibilizar com isso? O mundo está inteirinho parado. Dizer que vai empurrar para o ano que vem um pouco dessa programação não teria impacto nenhum nesses contratos nem nessas empresas. Mas não; nós vamos sacrificar a EMBRAER, que tem fornecedores no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia, no Amazonas. Toda a cadeia de fornecedores será impactada. Por isso eu faço este alerta.

Agradeço muito ao Relator pelo seu esforço.

Sra. Presidente, a sua missão não é fácil, e eu lhe agradeço também pela sua atenção. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Eduardo Cury.

Tem a palavra o Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu queria cumprimentar a Comissão, presidida pela Deputada Flávia Arruda, pelo esforço feito. Eu acho que nunca se vai contentar todo mundo com um orçamento, quando o cobertor é curto. Então, nós sabemos que, dentro do possível, V.Exas. fizeram o máximo. E eu cumprimento o Senador Marcio Bittar também. V.Exas. foram muito



dedicados e conseguiram produzir a peça orçamentária que era possível. Não havia outra. E com sensibilidade, por exemplo, trabalhando a questão das comunidades terapêuticas, em que foi fundamental a ação do Senador Marcio Bittar e da Senadora Eliziane Gama.

Então, eu quero cumprimentá-los e dizer que V.Exas. honraram o Congresso Nacional fazendo uma peça orçamentária de primeira linha — a peça possível. O resto nós vamos ver agora como será. O Governo vai ajeitando isso depois.

Agora, também é bom dizer que foi um momento de profunda recessão. A arrecadação caiu muito. E não foi só por causa do vírus! Houve erros de condução na pandemia. Falo de erros localizados: fecharam, trancaram e quebraram milhares de empresas, jogando-se milhões de brasileiros no desemprego. Se não tivesse sido pago aquele auxílio emergencial, nós teríamos tido neste País um caos social e político em todos os níveis, com invasão de supermercados etc. Então, eu acho que este é um período excepcional, é um período especial.

Eu também não quero ficar fazendo crítica, como vi alguns Deputados fazerem, tentando arrumar culpados, porque as epidemias virais têm um padrão, e esse padrão faz com que ela se comporte de determinada forma que nós temos que entender para saber diminuir os danos, diminuir as mortes, diminuir o prejuízo que elas causam.

Algumas das coisas que nunca foram feitas em pandemias foram *lockdown* e quarentena horizontal. Isso nunca foi feito, e o resultado está aí: 300 mil mortos, com quarentena horizontal e *lockdown*. Não adiantou nada! O meu Estado fechou tudo; teve bandeira preta e tudo. Ficou o tempo todo fechando e abrindo, fechando e abrindo, o que é pior ainda. O Estado do Rio Grande do Sul, hoje, é recordista brasileiro. No Brasil, foi recordista de mortes, um ano depois de bloqueio, *lockdown* e quarentena. Então, isso não adiantou, não salvou vidas — é isso que eu gostaria de deixar registrado também —, mas quebrou a economia e tornou muito difícil nós termos qualquer orçamento decente para o País.

Eu acho que o trabalho de V.Exas. foi excepcional e queria cumprimentá-los por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Osmar Terra.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 96 destaques.



O relatório final e a complementação do voto estão em votação, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sr. Presidente, a bancada do PT vota contra o relatório.

Toda a bancada do PT vota contra o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Registrado o voto contrário da bancada do PT.

Tem a palavra o Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sra. Presidente, voto contrariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) - Pela Liderança do PT, informo que a bancada do PT vota contra, Presidente, ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Quero registrar o voto contrário do PSOL, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PSOL vota contra.

O PT vota contra também.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - A Liderança da Minoria no Senado recomenda o voto contrário também, ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - A Liderança da Minoria no Senado vota contra.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Presidente, só para corrigir, o PSB vota contra.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PSB vota contra. O.k.

Registrados os votos.

Peço apenas um minuto a V.Exas. para eu ver o número correto de destaques que serão lidos. (*Pausa.*)



Peço só um minuto enquanto entram todos os destaques no sistema. Vamos passar aos destaques.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Foram 101 destaques.

Foram cancelados os Destaques nºs 17, 20, 83 e 94.

Foram retirados pelo autor os Destaques nºs 5, 48 e 67.

O Deputado Capitão Wagner citou isso na hora da sua fala.

Vamos agora à apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, §2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que "*não será aceita a solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques*". Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de Relator, está em votação para a representação...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Eu só queria pedir, Presidente, que fossem votados em separado os Destaques nºs 41, 42, 43 e 68.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Destaques nºs 41, 42...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - E nº 68.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - São os de nºs 41 e 43?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - São os de nºs 41, 42, 43 e 68.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Presidente, peço a discussão em separado dos Destaques nºs 25, 26, 76 e 79.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

Mais alguém?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidenta, houve um acordo feito no início pelo nosso Líder, mas não estou encontrando aqui. Estou procurando o número dos dois destaques da área de meio ambiente.

Estou procurando o número.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Nilto Tatto, eu aguardo enquanto V.Exa. vê, por favor, o número dos destaques, porque, para nós, eles não aparecem separadamente por tema. Se V.Exa. puder nos dizer o número dos destaques, iremos destacá-los para serem apreciados por fora.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Presidente Flávia...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra à Deputada Alê Silva.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Peço a V.Exa. que sejam votados em separado também os Destaques nºs 91, 92 e 93.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Destaques nºs 91, 92 e 93.
O.k.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim, Deputado Felipe Carreras.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - O nosso destaque aqui em relação ao IBGE está na linha 51, mas não está aparecendo numerado para nós. Queríamos votá-lo em separado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Queria ver se a Mesa poderia nos dizer qual é o número deste destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Vamos descobrir aqui, Deputado Felipe Carreras.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

A proposta...

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem a palavra o Deputado Gervásio Maia.



O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Nós estamos dando uma olhada aqui, se há algum destaque que queiramos separar. Eu peço a V.Exa., se possível, que possamos passar os números.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Precisa ser rápido Deputado, senão não passamos para o próximo passo.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Mas é rapidinho. Não vai demorar, por favor. Eu peço essa tolerância conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto de Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação, ressalvados os que vão ser destacados, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Presidente Flávia...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Concedo a palavra à Deputada Aline Sleutjes.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Eu pedi a palavra várias vezes, mas sempre entrava alguém e V.Exa. não conseguia me ouvir.

Só gostaria pedir que fosse destacada a apresentação do 49 e do 50, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k., Deputada.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Obrigada.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sra. Presidente, o PT vota contrário ao relatório, com ressalva aos destaques.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Aprovado.

Constatado o voto do PT.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - O PT vota contra.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k., registrado o voto contra do PT.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Voto contra do PSOL, Presidente.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - PSB, Presidente, por favor...

O SR. PAULÃO (PT - AL) - PSB, PSOL e PT votam contra.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k. Registrado.

Iniciaremos a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Destaques com voto do Relator pela aprovação integral.

Em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela aprovação integral na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs...

O SR. PAULÃO (PT - AL) - O PT vota contrário, Sra. Presidente, entendendo que são importantes os destaques. Vota contra o relatório do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Registro também o posicionamento contrário do PSB, Sra. Presidente, por favor.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O PSOL vota contra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

Os Deputados e as Deputadas que não se manifestarem permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ressalvados todos que se manifestaram contra.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - O PT e a Minoria votam contra.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Aprovado.

Ressalvado o voto do PT contra.

Destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação, em globo, o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.



As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. PAULÃO (PT - AL) - O PT vota contrário à posição do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PT vota contra.

Aprovado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O PSB também, Sra. Presidente.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O PSOL registra o voto contra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PSOL também.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam...

Não vai ao Senado porque foi prejudicado.

Rejeitado.

Vamos apreciar os destaques que foram pinçados da votação em globo.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Destaque 41. Eu pergunto a V.Exa. se algum desses destaques tem o mesmo tema?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Sra. Presidente, na verdade não tem o mesmo tema, mas eu queria pedir que com os da educação eu poderia fazer uma única defesa e o outro que é da área da mulher eu faria separadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k. Muito obrigada, Deputada.

Então os Destaques nºs 41, 42 e 43 são da educação e o de nº 68 da mulher, é isso?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Na verdade, eu quero reconhecer, primeiro a enorme dificuldade que a Casa assumiu em realizar num espaço tão curto de tempo um debate que usualmente nós temos condição de fazer durante todo o ano todo o processo de construção.

Então, acho que tanto o Relator Geral quanto os Relatores Setoriais e a Presidente Flávia Arruda fizeram um enorme esforço porque a Casa não parou. Inclusive, tivemos que fazer um trabalho de 1 ano desse debate, num período tão difícil de enfrentamento da pandemia, com muitas prioridades.



Eu sei que na área da ciência e tecnologia houve uma recomposição, ainda muito aquém do que é necessário para uma área tão importante. Nós votamos o PLP 235, que trata da questão do não contingenciamento do fundo da área da ciência e tecnologia.

Para a área da educação quero fazer um apelo. Eu não sei se o Relator consegue reforçar. Olhando o Orçamento, não tem como entender por que o orçamento da educação proporcionalmente é menor do que o orçamento da defesa. A educação básica no Brasil tem um enorme desafio. Nós tivemos as escolas paradas por mais de 1 ano. Há cortes em ação ligados aos livros didáticos, ao material didático, ao material para as escolas. Não vamos conseguir terminar nem as creches em andamento, porque não há recurso suficiente. Não estou falando nem de novas obras, mas de conclusão das obras já existentes.

No caso das universidades, tantas elas, quanto os institutos federais... A única Comissão da Câmara que está funcionando é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. E a CMO apresentou duas emendas: uma para os institutos federais e outra para o transporte escolar. E, segundo os dados da ANDIFES, não conseguiremos manter o funcionamento das universidades a partir do mês de agosto.

Então, é um apelo: se houver alguma possibilidade, que possamos tratar essa questão.

No conjunto, é esse o apelo em relação à educação.

E quero fazer um apelo desesperado, como Líder da bancada feminina e Secretária da Mulher da Câmara.

Já estou defendendo o Destaque nº 68, só para facilitar. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Somente os da educação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Esses são os da educação. Eu apresentei três destaques de recomposição do orçamento direto do Ministério da Educação, uma ação na área da informática, que é o Destaque nº 41. O Destaque nº 42 trata da administração direta para, logicamente, fazer o reforço das universidades e institutos federais, e outro para o FNDE — eu sei que houve um pequeno acréscimo —, que é esse de aquisição de livros e materiais didáticos, em que houve inclusive um corte. São os três da área da educação.

Muito obrigada pela atenção.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Com a palavra o Relator, para apreciar os Destaques nºs 41, 42 e 43. Como vota o Relator?

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - É sempre péssimo dizer "não" a uma colega, a um colega. Mas não há mais possibilidade de remanejamento, não há mais como. Antes quero mostrar uma constatação: no projeto orçamentário que chegou aqui nós acrescemos 2 bilhões de reais na educação e 10,2 bilhões de reais na saúde. Ele foi acrescido tanto na saúde quanto na educação. É claro que qualquer colega pode achar que é pouco, que podia ter sido mais, que deveria ter sido mais, etc.

Mas, enfim, lamento não poder acolher... Tentei fazer tudo que eu pude nesse tempo para atender à média de todo mundo — do Executivo, dos Ministros, Pastas importantes. É claro que é um juízo de valor subjetivo. O que é mais importante para uma pessoa é menos importante para outra pessoa. Fiz o que foi possível. E sou obrigado a encaminhar contra as emendas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Serei rápido. Como estamos aqui remotamente há uma certa dificuldade. Por isso eu gostaria, se possível — eu sei que está em cima da hora —, que fosse declinada a lista dos destaques, neste momento, para os quais houve o pedido de votação em separado, para que consigamos vislumbrá-los aqui no nosso radar, pois sabemos que virá um depois do outro e cada um irá defender o seu. Esse pedido é para que saibamos de antemão quais estão previstos para a votação em separado.

Era isso.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Só 1 minuto, por favor.

Senador Jean Paul, aproveitando a solicitação de V.Exa., eu gostaria de informar a todos os destaques que foram aprovados. Vou só numerá-los.

Todos os destaques de remanejamento aprovados foram os de nºs 6 a 12; 15; 51 a 53; 69 e 70; 85 a 88; 97 e 98; 100 e 101.



Conforme o pedido do Senador e pela dificuldade por estar participando da reunião remotamente foram apreciados neste momento os Destaques nºs 41, 42 e 43 pela Deputada Professora Dorinha, que também apreciará o Destaque nº 68. Em seguida serão os Destaques nºs 25, 26, 76, 79, 91, 92 e 93. Os Destaques nºs 49, 50 e 51, como já disse o Deputado Felipe Carreras, foram aprovados; bem como os Destaques nºs 22 e 23, do Deputado Nilto Tatto.

O Deputado Dr. Leonardo fez um pedido para nós no *chat*. Ele pediu para destacar de 8 a 12. Eu gostaria de dizer ao Deputado que esses destaques já foram aprovados.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha para defender o Destaque nº 68.

Antes porém, quero dizer que houve voto contrário do Relator aos Destaques nºs 41, 42 e 43.

Em votação.

Aqueles que foram a favor na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham.
(Pausa.)

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sra. Presidente, a bancada do PT votará favorável ao destaque da Deputada Professora Dorinha, pela sua sensibilidade e compromisso histórico.

Entendo que o Relator poderia ter tido compreensão e sensibilidade, pois não é só uma questão subjetiva, é objetiva. E ele, que tem em torno de 26 bilhões...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Deputado Paulão, só 1 minuto.

O destaque foi rejeitado, ressalvado o voto do PT.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Portanto, o nosso voto é favorável ao destaque da Deputada Professora Dorinha.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O destaque foi rejeitado, ressalvado o destaque do PT, da Deputada Professora Dorinha e do Deputado Gervásio Maia. É isso?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - O PDT também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PDT também.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O PSOL também.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PSOL também.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende para defender o Destaque nº 68.



A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Sra. Presidente, o Relator justificou na fala dele por que não acolheu os destaques. Mas eu queria chamar a atenção para dizer que não se trata de preferência. Acho que todos nós temos as nossas áreas, mas a educação não é uma questão de preferência. Ela é um direito subjetivo que deve ser garantido. Nós temos um complicador ainda no caso da educação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Senador, no caso da educação, defender uma área ou outra não é uma questão de preferência. A educação é uma área estratégica. A minha sugestão tinha sido de usar dentro do saldo apresentado pelo relatório de receita que V.Exa. distribuiu na grande maioria como reserva de contingência para os diferentes Ministérios e áreas, sugerir usar no dinheiro de complementação do FUNDEB.

Mesmo olhando a situação do MEC, de 2015 para cá, houve um queda vertiginosa do orçamento para o Ministério da Educação.

Logicamente, afeta diretamente universidades e institutos federais. Não é só preferência. É uma questão estratégica.

Eu sei que o seu exercício é o de pesar e de fazer a distribuição. Realmente, fico muito preocupada com a situação das universidades federais e dos institutos federais.

Quanto ao Destaque 68, gostaria de fazer um apelo ao Relator. O Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos é um Ministério que lida com áreas estratégicas para a garantia dos direitos humanos. Obviamente, como Secretária da Mulher na Câmara, líder da bancada feminina, fiz toda uma mobilização. Há pouco, nós ouvimos o Relator Setorial, o Deputado Fábio, que fez uma sinalização, embora pequena, pelo volume de recursos à sua disposição, mas ele reforçou a ação da implementação da Casa da Mulher Brasileira,

Mais de 12 Estados não têm essa estrutura. É uma estrutura importante para garantir a defesa do direito da mulher. A Ação 218-B trata do combate à violência contra a mulher. Infelizmente, não houve nenhum acréscimo. O orçamento já veio com um comprometimento, nem a ação existia. Nós conseguimos recompor essa ação. O nosso apelo é para que pudesse ter uma sinalização do Relator-Geral para essa ação, que é a implementação da Casa da Mulher Brasileira.



Faço um apelo também para a área do combate à violência contra a mulher. Infelizmente, os resultados brasileiros, os nossos números de mulheres mortas por dia são muito altos. Nós batemos todos os recordes, na pandemia ainda foi pior.

Quero cumprimentar o Relator pela iniciativa da emenda da Comissão de Orçamento para a segurança pública, que tem ação direcionada para a área de combate à violência contra a mulher. O Relator trouxe no seu voto complementar um acréscimo de 30 milhões, que é muito importante. Nós temos uma grande expectativa do trabalho do Ministro André para realmente consolidar essa área.

Esse o apelo que faço para o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos: que seja implantada a Casa da Mulher Brasileira. É o Destaque 68.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputada Professora Dorinha.

Com a palavra o Relator, para dar o parecer.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Em parte, a preocupação da Deputada Professora Dorinha foi saciada ontem, quando conseguimos arrumar 300 milhões de reais a mais para o Ministério da Justiça. E lá está incluída a ação de combate à violência contra a mulher. Foi o que pude fazer. Então, sou obrigado a encaminhar pela rejeição da emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Passa-se à votação.

Aqueles que forem pela aprovação da manutenção do voto do Relator permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO) - Em parte nenhuma. Em parte nenhuma. Elas são de natureza completamente diferente. Aqui estou falando da Casa da Mulher Brasileira. A outra ação é de combate à violência.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Presidenta...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente, eu quero registrar o voto do PSOL favorável ao destaque apresentado pela Deputada Professora Dorinha. O que ela coloca é muito fundamental. A Casa da Mulher Brasileira está completamente sem orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Registrado o voto da Deputada Professora Dorinha, do PSOL e do PT a favor do destaque.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - O PDT também, Presidente, a favor do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PDT também.



O SR. PAULÃO (PT - AL) - O PT é favorável do destaque, como medida meritória em um momento de muita violência.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - A favor do destaque. O.k.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O PSB também, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O PSB também.

O destaque foi rejeitado.

Passemos agora aos Destaques de nºs 25 e 26, da Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Nobre Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento, mais uma vez quero parabenizá-la por todo o trabalho que V.Exa. tem realizado na nossa Comissão Mista de Orçamento durante este período de 2021.

Quero saudar, mais uma vez, o nobre Senador Marcio Bittar, Relator desta peça orçamentária, em um momento tão difícil pelo qual o País passa.

Preciso, mais uma vez, registrar aqui minha preocupação com o Orçamento em si, como um todo, nas várias áreas, desde a área do Ministério da Cidadania, no cuidado da Mulher, assim como da pessoa com dependência química, no Ministério da Saúde. Mas quero falar um pouquinho, e preciso falar, na minha condição de Parlamentar, da infraestrutura do Estado de Santa Catarina, das nossas Rodovias 280, 163, 470 e 162.

Faço isso, nobre Relator, Senador Marcio Bittar, em meu nome e em nome da bancada do Estado de Santa Catarina, em nome do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger, e também do Deputado Esperidião Amin. Registro que o Senador Jorginho Mello também já fez uma fala pelo nosso Estado, que esteve atuando junto com o V.Exa. também para a recomposição dos recursos financeiros das nossas rodovias do Estado de Santa Catarina.

Os destaques apresentados por nós — já quero contemplar aqui todos, nobre Presidente, para otimizarmos o tempo —, o 79, o 26, o 76 e o 25 buscam recompor ainda mais o orçamento para a infraestrutura, as rodovias de Santa Catarina, que precisam, sim, ter esse olhar diferenciado por parte do Governo Federal.

Nós arrecadamos bastante em Santa Catarina e estamos com muita dificuldade nessas obras nos últimos anos, com colisões frontais, em especial, na 470, levando e ceifando vidas. Então, precisamos de mais recursos para a infraestrutura de Santa Catarina.



Por isso, faço esse apelo.

Também precisamos agradecer tudo aquilo que já foi incluído no Orçamento a partir do diálogo que aconteceu, repito, entre o Senador Jorginho e V.Exa. sobre as indicações e a propositura da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Dário Berger, e do Senador Esperidião Amin, que é membro dessa Comissão.

Como Parlamentar do nosso Estado que está tendo a oportunidade de ser suplente nesta Comissão pelo meu partido, o Cidadania, quero fazer esta defesa e este pedido de complementação com um pouco mais do que aquilo que V.Exa. já nos deu. Precisamos de um pouco mais para enfrentar as obras de infraestrutura que necessitamos fazer no Estado de Santa Catarina, na BR-163, na BR-280, na BR-470 e na BR-282. A infraestrutura de Santa Catarina precisa disso.

Faço mais uma vez a fala de que não adianta termos emenda constitucional limitando a infraestrutura do País, porque o desenvolvimento do Brasil se dá e se dará por recursos de investimento. Sem investimento não há crescimento nem desenvolvimento.

Este é meu apelo, em nome dos catarinenses, assim como já fez o nobre Senador Jorginho Mello, que falou na manhã de hoje na Comissão Mista de Orçamento.

Repito: estou fazendo a minha fala em nome do Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, o Senador Dário Berger, em nome do Senador Esperidião Amin, em nome da bancada do Estado de Santa Catarina como um todo e em nome desta Parlamentar.

Quero agradecer todo o seu apoio e a compreensão com que V.Exa. recebeu as demandas do nobre Senador Jorginho Mello, também do nosso Estado, Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Tem a palavra o Relator, para dar o parecer sobre quatro destaques, os Destaques nºs 25, 26, 76 e 79.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Quero agradecer à Deputada, que, no fim de sua fala, já mencionou o que eu iria dizer — vejam como são as coisas.

Isso é absolutamente normal. Alguns colegas acham, e é legítimo, que todo o Orçamento deveria ser redirecionado e que a prioridade deveria ser A ou B, mas, ao mesmo tempo, pedem recurso para estrada. Os mesmos colegas que dizem que é preciso priorizar mais a educação ou tal setor não deixam de pedir recursos para as obras fundamentais de seus Estados continuarem existindo.



O que eu posso dizer agora? Nós conseguimos fazer uma mudança que não foi fácil, colocando no Ministério da Infraestrutura mais de 1 bilhão de reais. Então, quanto a esse recurso que o Ministério da Infraestrutura vai receber, a bancada de Santa Catarina tem todo o direito e a legitimidade para ir lá discutir com o Ministro, já que o Parlamento deu essa saída. Isso não é só para o Ministério da Infraestrutura, mas também para o MDR, para o MCTI, para o Ministério da Agricultura, da Deputada Tereza.

Mas, além desse pouco mais de 1 bilhão de reais a mais que a Infraestrutura vai ter pelo nosso relatório, nós já atendemos no relatório, como disse a nossa querida colega Deputada, várias emendas para obras. Ela e o Senador Jorginho Mello, que é um querido amigo — fomos Deputados juntos —, pediram 52 milhões de reais para a adequação do trecho rodoviário entre Navegantes e Rio do Sul, na BR-470; 15,2 milhões de reais para obra na divisa de Santa Catarina com o Paraná; 15 milhões de reais para obra na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, na BR-285; e 43 milhões de reais para a adequação do trecho rodoviário de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, na BR-280.

Entendo que é legítimo cada colega, cada Ministro, cada Governador, cada Prefeito buscar defender a sua região, o seu Município, o seu Estado, mas o Relator se depara com uma realidade: se ele tira de um lado, sobra de outro; se ele puxa de um lado, alguém reclama. Então, chegamos a um denominador que eu entendo ser o melhor possível. Por isso, eu sou obrigado a rejeitar a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Senador.

Em votação a rejeição dos destaques na Câmara dos Deputados.

Aqueles que forem a favor da rejeição permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Quero registrar o voto a favor do destaque da bancada do PT, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado o voto, Deputado Afonso Florence.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Somos a favor do destaque também.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O voto do PSOL também está registrado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Presidente, o PSB também.



O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidente, quero fazer mais uma questão de ordem, complementando a primeira, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Desculpe, Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Senador Jean.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Mais uma vez, em nome de quem está trabalhando remotamente, eu peço que tenha paciência conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Nós agora temos os números dos destaques declinados por V.Exa., mas não temos a legenda indicando a que cada destaque se refere. E isso não está publicado em lugar nenhum, não chegou a nenhum grupo de WhatsApp. Não existe essa lista.

Então, eu queria saber se é possível nos prover, remotamente, a legenda indicando que número corresponde a que destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Senador, eu comprehendo, mas nem eu tenho acesso a isso. Temos apenas os números, por isso o Relator fala defendendo o destaque. Para nós termos o teor do destaque de forma detalhada, cada Relator defende os seus destaques. Realmente, não há essa informação no sistema.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Nós queríamos apenas nos antecipar, já ir trabalhando antecipadamente cada uma delas, mas está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Eu posso pedir para ver o teor de cada um e passar para V.Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Gostaria de saber pelo menos a palavra-chave, se é meio ambiente, se é saúde, se é educação.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k.

Os próximos destaques...

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Presidente, só quero registrar o meu voto contrário, apesar de compreender o papel do nobre Relator.

Quero registrar, mais uma vez, Senador Marcio Bittar, a tarefa árdua que V.Exa. tem nesta matéria: definir o Orçamento sob a égide de uma emenda que limita os gastos no País como um todo.



Para todos aqueles que defendem o teto de gastos eu quero fazer mais uma vez um pedido. Precisamos investir na infraestrutura do País, porque não há crescimento e desenvolvimento sem investimento na infraestrutura.

Nós vamos recorrer ao nobre Ministro da Infraestrutura, o Ministro Tarcísio, para ver se ele consegue agregar, durante este ano, um pouco mais dos recursos globais para esse olhar.

O País como um todo necessita de recursos, mas, como Parlamentar de Santa Catarina, preciso agradecer o atendimento que V.Exa. já fez ao nobre Senador Jorginho Mello, à bancada de Santa Catarina como um todo, e continuar pedindo.

Preciso registrar meu voto contrário, por ter apresentado os destaques e por, apesar de compreender que o cobertor é curto, precisarmos de mais um pedacinho desse cobertor para as rodovias do nosso Estado.

Obrigada. Parabéns pelo trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Foram rejeitados os Destaques nºs 25, 26, 76 e 79.

Está registrado o voto da Relatora.

Portanto, esses destaques não vão ao Senado. Estão prejudicados.

Para defender os Destaques nºs 91, 92 e 93, terá a palavra a Deputada Alê Silva.

Mas, antes disso, eu quero falar do que se trata, Senador, como eu mesma prometi: são todos os destaques de recomposição, sendo dois deles no Ministério do Turismo e um na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Pois não, Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, pela ordem, por gentileza.

Eu tive que sair para uma reunião da bancada do meu partido. Quero agradecer ao Deputado Paulão, que me substituiu pelo PT na Câmara e quero agradecer ao Senador Jean Paul, pela Minoria no Senado.

Gostaria de perguntar a V.Exa. sobre os Destaques nºs 22 e 23, que vieram da Comissão de Meio Ambiente do Senado, presidida pelo Senador Jaques Wagner, e foram apresentados pelo Relator Setorial, o Deputado Nilto Tatto. No acordo que fizemos no início da sessão, um acordo de procedimentos, já que os requerimentos de obstrução seriam inadmitidos, V.Exa. aceitou...



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Eles estão aqui, Deputado. São o 22 e o 23. Eles estão registrados. O Deputado Nilto vai defendê-los.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Eu que agradeço.

Com a palavra a Deputada Alê Silva.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Pois não, Presidente.

Os destaques da cultura e do turismo, como estão vinculados à Pasta de mesma natureza, vou fazer a defesa deles neste único manifesto.

Eu entendo que esses setores precisam dessa recomposição, tanto o da cultura quanto o do turismo, notadamente porque foram os setores mais atingidos durante o período da pandemia. Destaco, na cultura, as empresas, as pequenas e microempresas principalmente, os empreendedores individuais e autônomos que vivem dos eventos, e não puderam realizar um único evento durante o ano de 2020.

O socorro que chegou até esse segmento, eu sei que foi de acordo com as possibilidades do Governo Federal. Nós sabemos, como bem disse o nobre Senador Relator, que o cobertor é curto, que os recursos são poucos. Mas nós temos que pensar agora o seguinte: com a chegada da vacina, o que se tem é que vai haver uma retomada da economia, e esse setor vai precisar de investimentos para retomar as suas atividades. Então, entendo que deve haver essa recomposição na cultura, principalmente para atender esse pessoal que foi atingido em cheio pela crise da COVID-19.

Com relação ao turismo, também entendo que há necessidade dessa recomposição, porque ele foi igualmente um segmento atingido. Às vezes, nós paramos e pensamos que cultura e turismo são questões supérfluas diante das outras, como segurança, saúde e educação. Mas nós temos que lembrar que esses dois setores estão intimamente ligados, sim, com a educação, com a saúde e com a segurança, principalmente porque — a exemplo do turismo, do qual eu estou falando agora — oferecem emprego de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, voltado para o Norte, onde a questão é mais litorânea; aqui em Minas Gerais, em Ouro Preto e regiões históricas; no Sul, onde também há várias regiões históricas e litorâneas. E, já pensando no período pós-pandemia, estou pensando nessa recomposição, para que esse setor possa alavancar e retomar suas atividades e se restabelecer.



Com relação à EMBRAPA, esse é último destaque que ofereci. Vejamos: a EMBRAPA é uma das maiores empresas do mundo para o desenvolvimento de tecnologia e para o agronegócio, que é o ator da economia do Brasil.

Então, peço ao nobre Relator que olhe com carinho e com atenção para esses setores, que são de extrema importância para o nosso País, para o nosso povo, principalmente o povo de baixa renda.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputada Alê.

Com a palavra o Relator, para dar seu parecer aos Destaques nºs 91, 92 e 93.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - De certa maneira, Deputada Alê Silva, sua preocupação está atendida, de forma, talvez, indireta, não com as rubricas das emendas que a nobre Deputada propõe.

Por que digo que é de forma indireta? Porque, ao nós reconstituirmos e acharmos fontes para ajudar vários Ministérios, um dos ajudados foi o Ministério da Agricultura, da Deputada Tereza. Portanto, ela tem condições, imagino que possa ter agora melhores condições dentro da área dela, assim como o Ministério do Turismo também. Recebi o Ministro do Turismo e conseguimos, em parceria com o Executivo, achar um pouco mais de recursos para este Ministério.

Eu tenho que me colocar contra as emendas, porque não tenho onde arrumar mais dinheiro para elas — de qualquer forma, seria necessário, agora, arrumar mais dinheiro. Mas ressalvo que o Ministério do Turismo e o Ministério da Agricultura, no nosso relatório, estão sendo beneficiados por aquilo que o Parlamento fez em parceria com a própria Ministra Tereza. O orçamento deles foi bem complementado: o da Tereza, em mais de 1,5 bilhão de reais, e o do Turismo também.

Então, sou obrigado a encaminhar pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O Relator é pela rejeição de todos os destaques.

Na Câmara dos Deputados, as Sras. e os Srs. Deputados que forem pela rejeição permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitados.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Quero registrar o voto a favor do destaque e contra o relatório do Relator, da bancada do PT, Presidenta, com foco na recomposição do orçamento da Cultura.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - O.k. Registrado o voto contrário do PT.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Sra. Presidente, como eu apresentei os destaques...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro. Registro o voto da Deputada Alê Silva a favor dos destaques.

Os destaques estão prejudicados, por isso não irão para o Senado.

Vai falar, agora, sobre os Destaques nºs 49 e 50, a Deputada Aline Sleutjes.

Líder Senador Jean Paul, os dois destaques falam dos recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro. Eu também não sei, mas ela vai explicar agora para nós.

Deputada Aline, se puder, comece só dizendo do que se trata, para os Senadores e Deputados que estão *on-line* conseguirem acompanhar.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Certo, Presidente.

Boa tarde a V.Exa., boa tarde ao nosso nobre Relator e a todos os Deputados e Senadores que estão fazendo parte deste grande debate de importância nacional, que é o nosso Orçamento.

Esses destaque são sobre o PROEX. Explicando bem *grosso modo* — eu já estava ali conversando de antemão com o nosso Relator —, o corte foi de 50%, dentro dos 400 milhões de reais desta rubrica orçamentária.

O PROEX Equalização tem o objetivo de fazer a exportação brasileira, Sra. Presidente. E nós sabemos da importância de todo esse sistema neste momento de pandemia, quando não podemos deixar de trazer dinheiro, de fazer arrecadação. São 12 bilhões de reais em exportações brasileiras de bens industriais de alto valor agregado. E a consequência disso seriam perdas de arrecadação de 1,4 bilhão de reais.

Sabemos das dificuldades na competição internacional, e isso nos atrapalharia muito porque esses contratos já estão viabilizados. São contratos de 1 ano, de 2 anos, de 3 anos, de 4 anos, de exportações de máquinas agrícolas, caminhões, ônibus, prensas,



equipamentos de alta tecnologia, aviões. Enfim, tudo está equalizado nessa rubrica orçamentária.

Sabemos que é muito difícil para o nosso Relator, sabemos das dificuldades que enfrentamos todos esses dias, debatendo o Orçamento. Não há dinheiro sobrando, o cobertor é curto para todos. Sabemos que o esforço foi gigante, que as dificuldades foram gigantes.

Mas o setor está apreensivo e nos solicitou que abrissemos mais uma oportunidade, nobre Relator, de conversarmos sobre isso e que não deixássemos que esse corte de verba do PROEX atingisse as exportações de bens já contratadas e também aquelas ainda em fase de produção. O produtor tem tanta esperança nas coisas que ele já produz com a safra vendida, com o produto vendido.

Então, a nossa tentativa aqui é recompor isso no Orçamento, mas não sei se é possível. A minha fala é também a fala do Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e de outras frentes que vieram conversar conosco. Essa exportação não é só de produtos agrícolas, mas também de bens, serviços, máquinas, automóveis, enfim, muitas coisas que podem impactar esse 1,4 bilhão de reais de arrecadação.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Para falar sobre os destaques, tem a palavra o Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Presidente Flávia, primeiro, quero destacar que a nobre Deputada Aline, representante do querido e belo Estado do Paraná, procurou-me mais de uma vez, levando as mais legítimas preocupações de uma área da qual sou originário.

Venho da área rural. Com 14 anos de idade, saí da escola e fui trabalhar com meu pai, do que não me arpendi, porque meu pai morreu novo e, depois voltei a estudar. Eu me formei e, de certa forma, cumpri uma etapa que poderia ter cumprido aos 14 anos. Como ele faleceu, eu não teria tido oportunidade de viver com ele na área rural como vivi, lá na Amazônia. Então, é uma área com a qual eu tenho muita afinidade.

Segundo, surpreendeu-me, é importante mencionar, o fato de que esses cortes terem sido sugeridos pela própria área econômica. Mas eles estão autorizados a ser recompostos pela própria lei que estamos aprovando.



Eu me comprometo com a Deputada neste assunto e naquele assunto sobre o qual também conversamos anteriormente. Na execução deste Orçamento, naturalmente o Executivo faz mexidas ao longo do ano — aumenta a arrecadação de um lado, diminui de outro — e vai ter que fazer algumas adequações normais. Então, eu me comprometo a estar com a querida Deputada do Paraná e ajudar a fazer essa recomposição, já que o Relator desta lei terá que ser acionado para concordar com qualquer que seja a mudança a partir da aprovação.

Neste momento, não tenho de onde tirar, por isso, sou obrigado a me manifestar pela rejeição da emenda. Mas eu me comprometo a, junto com a Deputada Aline, trabalhar para fazer essa recomposição em algum PLN que o Executivo vai ter que mandar para cá. O.k.?

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Agradeço, nobre Presidente, ao nosso Relator pelo carinho e pela atenção com que S.Exa. sempre nos tratou. Entendo que fazer o relatório não é fácil. Temos muitas demandas importantíssimas para cada setor, e cada uma sempre é prioritária.

Nobre Relator, quero parabenizar V.Exa. pela atenção que me deu enquanto era Reladora da Saúde. Se V.Exa. precisar do nosso trabalho, da nossa dedicação e do nosso comprometimento pelo Brasil, sempre estarei aqui à sua disposição.

Agradeço também à nossa Presidente Flávia pelo excelente trabalho que fez, muito comunicativa e sempre prestativa, abrindo todos os espaços para que pudéssemos discutir e chegarmos, hoje, à condição de votar o Orçamento, que é importantíssimo neste momento.

Obrigada, Relator, obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada pelas palavras carinhosas, Deputada Aline.

O parecer é pela rejeição.

Em votação os destaques na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela rejeição permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitados os destaques.

Registro o voto contrário, Deputado Afonso.

Os destaques não vão ao Senado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - O voto contrário é da bancada do partido.



A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Da bancada do PT. Sim, Deputado. Muito obrigada.

Passamos aos últimos destaques, o 22 e o 23, do Deputado Nilto Tatto.

Ambos os destaques, Senador, tratam da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente, eu quero dialogar com o nobre Senador Marcio Bittar e com os Deputados e Senadores desta Comissão.

Ainda no início do debate sobre o relatório, o Senador Bittar expressou que alocou, no Ministério da Justiça, recursos para atividades relacionadas ao combate a crimes ambientais. Eu quero dialogar com todos, em especial com o Relator, e pedir a ele que reveja isso.

Quem tem *expertise* para fazer o controle de desmatamentos e de queimadas? É o IBAMA, que tem acúmulo, que tem conhecimento. Quem tem *expertise* para gerir, para administrar as unidades de conservação, que são um patrimônio do povo brasileiro? É o ICMBio, não é o Ministério da Justiça.

Eu digo a todos uma coisa: nos últimos 2 anos, o próprio Governo lançou mão das Forças Armadas para cuidar da fiscalização, e não deu certo porque os militares, as Forças Armadas não têm essa *expertise*, não têm essa competência.

Foram anos de investimentos feitos pelo Brasil para ter essa *expertise* no IBAMA e no ICMBio. Nós vamos começar agora a construir *expertise* dentro das Forças Armadas, para fazer fiscalização e para fazer gestão de unidades de conservação?

Temos um exemplo no Ministério da Saúde. Agora o Governo cria o Ministério da Amazônia, para acomodar o General Pazuello. Isso não vai dar certo.

Então, nós do Parlamento não podemos, através do Orçamento, dialogar e dar razão para uma política do Governo que vem dando errado. Nós devemos colocar no Orçamento aquilo que deve dar aos organismos de Estado condições de desenvolverem suas atividades como políticas de Estado. O ICMBio e o IBAMA fazem políticas de Estado permanentes, independentemente de cada governo.

Senador, aí é possível mexer, sim, porque V.Exa. colocou 200 milhões de reais para o Ministério do Meio Ambiente, numa área que todos sabemos que tem a política errática do Ministro Salles, para sair instalando incineradores pelo País afora. Isso está errado técnica e politicamente, isso é completamente fora da lógica e do debate que nos colocam



aqui com relação às mudanças climáticas. E, ao mesmo tempo, isso tira recursos das áreas importantes.

Então, dos 200 milhões de reais que se colocou lá para incineradores, é possível tirar 80 milhões de reais e colocar para o IBAMA e para o ICMBio. É isso que eu peço encarecidamente.

Eu sei que todos os destaques passam da forma como estão sendo passados aqui. Mas eu estou falando com razão e com conhecimento. E, conforme tudo aquilo que vimos observando que está errado na política, nós no Parlamento precisamos sinalizar para o Executivo: *"Comece a adotar uma política ambiental decente, senão vai trazer sérios problemas para o País do ponto de vista econômico, como já tem trazido do ponto de vista das relações internacionais".*

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

Para falar sobre o voto do parecer, tem a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Sra. Presidente, eu tenho profunda sensibilidade sobre isso, até porque sou amazônica, miltito nessa área e estudo essa questão.

Querido Deputado Tutto, estive no Ministério do Meio Ambiente. Nós não fizemos nenhum corte a mais no Ministério, nem no IBAMA nem em nenhum órgão daqueles, a não ser aquele corte linear, até para atender as demandas da própria Comissão e dos Parlamentares, que são legítimas.

Houve um aporte. O Ministério me pediu um aporte especificamente para as ações de fiscalização do IBAMA, de quase 12 milhões de reais.

Embora quem tenha *expertise* sejam mais os funcionários do IBAMA e do ICMBio, as Forças Armadas e, mais do que isso, o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, propuseram uma ação conjunta — esta foi uma das propostas para as quais, ontem, ficamos até de noite, tentando arrumar recurso — para fazer postos policiais avançados em toda a área da fronteira, com a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal.

De qualquer forma, Deputado Tutto, eu já coloquei um aporte para a ação de combate a crimes ambientais para o IBAMA, que, inclusive, foi pedido pelo próprio Ministério. E, ontem — num esforço danado dos últimos dias — conseguimos dar ao Ministério da Justiça



300 milhões de reais a mais, e muito dessa ação é para monitorar a Amazônia contra crimes ambientais e também na questão das drogas, já que uma coisa afeta a outra.

Eu acho que, dentro do Orçamento que temos, talvez isso não esteja tão bem atendido quanto o colega gostaria, mas também não passou em branco. Eu não cortei mais e coloquei aquilo que me pediram, entre 11 milhões a 12 milhões de reais para a fiscalização. E eu me esforcei bastante para que o Ministério da Justiça conseguisse sair com 300 milhões de reais a mais, para combater o crime ambiental na Amazônia brasileira também. Muito claramente, um dos programas que o Ministério, do Ministro André, desenvolveu é especificamente no combate ao crime ambiental na Amazônia brasileira.

De certa maneira, acho que a preocupação de V.Exa. está um pouco atendida. Então, sou obrigado a encaminhar contra esta emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Senador.

O parecer é pela rejeição.

Em votação os destaques, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela rejeição permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Rejeitado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - É claro! Desculpe-me!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Muito rapidamente, saudando V.Exa. e o Relator, quero saudar também o Relator Setorial Nilto Tatto, que apresentou tão bem um destaque da Comissão de Meio Ambiente no Senado. Quero saudar o Presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, também do PT.

Quero parabenizar os trabalhadores e as trabalhadoras do IBAMA e do ICMBio e o movimento ambientalista brasileiro. Infelizmente, não teremos êxito nesta votação, como vimos, mas vamos continuar a lutar pelo fortalecimento setorial dos órgãos de fiscalização e de políticas da sustentabilidade.

Presidenta, quero agradecer o espaço cedido antes da votação do relatório para o Deputado Nilto Tatto defender esses destaques.

Obrigado, Presidenta.

Quero registrar o voto a favor do destaque da bancada do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado, Deputado.



A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O PSOL também quer registrar o voto a favor do destaque.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado também o voto do PSOL a favor do destaque.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O PSB também quer registrar, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está registrado o do PSB também.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - O PDT também quer registrar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Registro o do PDT também.

O destaque foi rejeitado.

Fica prejudicado e não vai ao Senado.

Eu gostaria apenas de dizer ao Senador Rodrigo Cunha, que se inscreveu pelo Infoleg um pouco depois e pediu para defender os Destaques de nºs 73 e 74, que nós já tínhamos aprovado o requerimento, e o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, diz que "*não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques*". É apenas para registrar.

Está aprovada a Lei Orçamentária de 2021.

Quero agradecer a todos.

Antes, passo a palavra ao Senador Marcio Bittar, a quem parabenizo pela garra, pela luta e pelo trabalho feito à frente dessa relatoria. (*Palmas.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, solicito minha inscrição para falar.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Quero, de forma muito sincera, agradecer a todos da Comissão. Foi uma experiência incrível. Nos últimos 30 anos, este foi o Orçamento mais difícil do País.

Mais uma vez, quero dizer — nunca será demais destacar — que nenhum Parlamentar me procurou com proposta que não fosse por mim entendida como absolutamente legítima. Digo isso e ressalto, porque, muitas vezes, a versão que sai não é essa, mas todos os Parlamentares que me procuraram, sem exceção, vieram trazendo



preocupações absolutamente legítimas do seu Município, do seu Estado. Esse é o papel do Parlamentar.

Cito como exemplo o meu caso. Eu me elegi Senador da República pelo Estado do Acre, que eu adoro, defendendo a ligação entre o Brasil e o Peru através de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, onde a Cordilheira dos Andes é mais baixa. É uma obrigação minha defender essa obra. Eu me elegi defendendo isso e falando da importância dessa outra integração, por onde, como eu disse, a Cordilheira é baixa e permitirá o fluxo de comércio.

Nós não temos como, no Acre, produzir para vender no Paraná. Daqui que uma mercadoria saia do Acre para chegar ao Sul do País... Não há escala! Então, assim como eu tenho o direito e a obrigação de defender os eixos centrais do que defendi na campanha, cada colega, cada homem, cada mulher que está no Parlamento fez a mesma coisa.

Agora, cabe a mim, ao terminar meu trabalho na CMO, agradecer de forma especial à Consultoria de Orçamento do Senado Federal, principalmente ao Consultor Aritan, que tem nos acompanhado o tempo inteiro.

Muito obrigado, Aritan, pela paciência, pela calma em transmitir o seu conhecimento, que não é pouco, para a nossa equipe de gabinete.

Meus parabéns também e meus agradecimentos à Ana Cláudia e aos demais membros da Comissão.

À Consultoria de Orçamento a Câmara dos Deputados, especialmente aos Consultores Wagner e Helio, meu muito obrigado. Muito obrigado pela paciência e pela retidão!

À equipe toda da CMO, meu muito obrigado.

À minha equipe de gabinete, que há algumas semanas não sabe o que é sábado ou domingo nem que é dia ou noite, particularmente ao querido amigo Antônio, que está aqui do meu lado, à Jô, que virou uma querida amiga, de larga experiência, e ao meu Chefe de Gabinete, o Felipe, muito obrigado pela tenacidade, pela perseverança. Estou muito orgulhoso da minha equipe!

Deixei para, por último, dizer o meu muito obrigado à Deputada Flávia.

Hoje, devemos terminar essa tarefa no Congresso Nacional. Para mim, foi uma honra e um privilégio fazer parte desta Comissão como Relator do Orçamento pela primeira vez e, ao mesmo tempo, ter uma Deputada, também pela primeira vez, presidindo a Comissão.



S.Exa. me ajudou muito, mas muito mesmo. A Deputada Flávia Arruda resolveu talvez o grosso das demandas, das procuras, facilitando imensamente o meu trabalho.

Se hoje nós dermos por encerrado o meu trabalho, com a votação e a aprovação no Congresso Nacional da lei mais importante do País, que é a Lei Orçamentária, entendo que isso se deve muito a V.Exa., Deputada Flávia, ao seu trabalho.

Ontem eu gravei um vídeo com V.Exa. e quase soltei no vídeo... Para mim, está sendo uma honra fazer parte, como Relator, desta Comissão presidida por V.Exa.

Muito obrigada, Deputada Flávia Arruda, por tudo. Se não fosse o seu trabalho, com certeza, o meu teria sido muito mais difícil.

Agradeço ao nosso querido Deputado Claudio Cajado, com quem também fui Deputado Federal, Líder do Governo nesta Comissão.

Quero dizer a todos que eu entendo...

Um antigo colega do Parlamento dizia que a maior dificuldade da política é conter a ansiedade. E é isso mesmo. Cada um de nós tem uma relação mais próxima com uma área — um, com a educação; outro, com a segurança; outro, com as obras —, e cada um vem trazer as suas preocupações, lutando por aquilo que defendeu ou por aquilo em que acredita. Mas alguém tem que pegar o Orçamento — em que não cabe toda a demanda — e fazer dele o melhor possível. Eu acho que nós fizemos, sim, o melhor possível neste Orçamento.

Vejam que, da proposta que veio, nós aumentamos o orçamento da educação, aumentamos o orçamento da saúde, corrigimos algumas coisas, e para isso foi fundamental a participação de todo mundo. O aumento da verba para a Cidadania, por exemplo, que tem como um dos programas fundamentais continuar atendendo milhões de brasileiros que vivem no mundo das drogas ou do alcoolismo, foi muito importante.

Conseguimos recuperar para o Executivo o orçamento da Infraestrutura, o orçamento do MDR, quer dizer, de obras fundamentais — como citei agora: água para o Nordeste.

Se nós não tivéssemos feito o que fizemos, Deputado Cajado, o programa teria que ser interrompido, e o Ministro Rogério Marinho teria que escolher que pedaço continuaria e que pedaço pararia; o Ministro Tarcísio, a mesma coisa; a Ministra Tereza Cristina, a mesma coisa. E foi o Parlamento...

Quero mais dividir com a Comissão esse mérito, pois não foi a equipe econômica que mandou a sugestão de onde nós arrumaríamos um pouco mais de recursos para que as



obras fundamentais do Estado brasileiro não parassem. Quem fez isso foi o Parlamento brasileiro. É bom que isso fique bastante claro. E foi o Parlamento também que conseguiu os recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia dar continuidade ao trabalho e à pesquisa para que nós tenhamos, este ano ainda, as vacinas brasileiras. Está garantido no Orçamento o dinheiro necessário para cumprir o acordo do Brasil e não faltarem recursos para a aquisição da vacina.

Então, eu entendo, Presidente Flávia, que, diante das circunstâncias, nós conseguimos chegar a um bom termo e fazer o melhor Orçamento possível, pelo qual o País tanto esperava.

Um abraço a todos vocês!

Muito obrigado, de coração, a todos. (*Palmas.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta, eu peço a minha inscrição pela bancada do PT, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Está o.k., Deputado.

Com a palavra o Líder Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Primeiro, registro os meus cumprimentos ao nosso querido Relator, Senador Bittar.

V.Exa. deu um atendimento impecável a todos os que o procuraram. Eu mesmo fui testemunha de que várias pessoas tiveram a oportunidade de conversar com V.Exa., e, ainda que não tenham tido o atendimento total, não faltou a V.Exa. boa vontade. E todos os que compreendem essa restrição orçamentária no exercício de 2021 vão entender também a posição de V.Exa.

E quero agradecer à Deputada Flávia. Eu acho que a presença de uma mulher à Mesa, como Presidente, deixou extremamente tranquila esta Comissão, ou, ao lado dessas reuniões remotas, virtuais e semipresenciais, fez com que eu visse, nesses quase 18 ou 20 anos em que participei da Comissão de Orçamento, uma tranquilidade que nunca havia visto na CMO.

Isso pode também ser um misto desse efeito da pandemia: os ânimos ficaram extremamente amainados. Não houve, como sempre, no passado, discussões acaloradas. Cada um defendeu as suas teses, as suas bandeiras, a sua ideologia, a centralização dos recursos para serem distribuídos de forma mais equânime para Estados e Municípios — tudo isso houve —, mas com um ânimo muito mais sereno.



Por isso, Deputada Flávia, Relator Bittar, eu quero agradecer, em nome do Governo, a ambos e também ao conjunto da Comissão de Orçamento, às Senadoras e aos Senadores, às Deputados e aos Deputados e, em especial, aos Deputados da Oposição.

Não tenho dúvida de que o Deputado Afonso Florence foi um grande aliado do País para poder fazer os encaminhamentos que fossem os melhores possíveis, defendendo — como fizeram, juntamente, a bancada do PT, a bancada do PSOL, a bancada do PCdoB, enfim, todos os partidos de oposição —, as suas teses, convencendo o Relator a melhorar os recursos, cuja distribuição será feita assim que for sancionado o Orçamento.

Eu quero chamar a atenção para uma coisa que considero extremamente importante. Dos mais de 4 trilhões de reais que este Orçamento tem para o exercício de 2021, apenas 25 bilhões, ou algo próximo disso, será discricionário para investimento. Ou seja, é muito pouco, é extremamente pouco o que o País, o que a nossa Nação tem para investir! E é dentro desse conjunto de recursos que deverão ser investidos que nós teremos que priorizar as áreas que os receberão. E esse dilema, Senador Bittar, permanecerá por mais anos, enquanto nós não tivermos a retomada do crescimento pleno com mais recursos.

Eu espero que, como está acontecendo, haja excesso de arrecadação, para que nós possamos ter algum saldo e venhamos a ter recursos, por exemplo, para o Programa do Bem, já que o Governo editará uma medida provisória para poder alocar esses recursos — o Governo fez o mesmo com os recursos destinados ao pagamento do auxílio emergencial, que foi feito também com recursos extraordinários. É importante que nós tenhamos a visão de que, quando o Presidente defende a economia, é para que tenhamos melhores condições econômicas e, consequentemente, sociais, em benefício do povo brasileiro.

Portanto, é importante que nós, a partir deste momento e logo mais, daqui a uns 40 minutos, quando estaremos no Senado Federal, votemos na sessão do Congresso essa peça orçamentária. Se aqui houve acomodação, eu não tenho dúvida de que, na sessão plenária do Congresso, nós repetiremos o que houve aqui, sem que haja grandes questões a serem resolvidas, porque a Comissão de Orçamento é o anteparo para que haja pacificação e ajustes para votarmos a peça orçamentária consensualmente, sem nenhum tipo de problema, no Congresso Nacional.

Portanto, Senador Bittar, parabéns! Parabéns a todos os que construíram esse relatório que nós votamos — então, é nosso também — e à Presidente Flávia, que deixará saudade. Veja que a quantidade de tempo pelo qual se ocupa um cargo não significa



competência nem qualidade. Sua curta passagem pela CMO marcará esta Comissão. E em breve será colocado ali o quadinho com a sua foto, momento de que eu tive, ao lado de todos os outros Parlamentares que presidiram esta Comissão, a alegria de participar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Muito obrigada, Deputado Cajado.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidenta Flávia, quero saudar V.Exa. pela condução dos trabalhos como Presidenta da CMO e fazer minhas as palavras dos que me antecederam, inclusive as do Líder do Governo, bem como agradecer a forma sempre cordial e serena como V.Exa. recepcionou nossa pressão política, que é do jogo democrático.

Quero lembrar que V.Exa. contribuiu, junto com o Relator, a quem saúdo e parabenizo pelo trabalho, para que nós pudéssemos ter ouvidos os pleitos da sociedade civil organizada e da bancada do Partido dos Trabalhadores e, creio eu, com o diálogo também com Parlamentares de outros partidos.

Quero registrar nosso desacordo absoluto, Sr. Relator, com o relatório e com a complementação de voto. É certo que V.Exa. sempre destaca os limites de espaço fiscal. Eu estava contando aqui quantas Parlamentares, quantos Parlamentares foram defensores, votaram a favor da PEC 241, atual Emenda Constitucional nº 95 — , não vou nominá-los para não ser indelicado — e hoje, para gestão real orçamentária do País, reconhecem que essa emenda está superada.

Mas não é só do ponto de vista do discurso político que essa emenda mostra seus efeitos nefastos. Este Orçamento é uma prova cabal disso. O Governo botar na PEC 186/19 um teto de gastos extraorçamentário, ou seja, fora do limite do teto, e o teto de 44 bilhões para o auxílio emergencial na agora Emenda Constitucional nº 109 é uma prova de que o Orçamento (*falha na transmissão*) os PLNs.

Nós temos que dizer, Senador Marcio Bittar — reiterando o agradecimento também a V.Exa., que foi sempre cordial, recebeu as entidades, fez audiências públicas —, que o fato é que V.Exa., quando cancelou a proposta inicial e remanejou o Orçamento — e a complementação de voto é isso —, não atendeu algumas reivindicações que nós



consideramos fundamentais para o País. Por isso, entendam, nós fizemos a obstrução até onde foi possível.

Agradeço à Presidenta Flávia Arruda, que, quando o nosso *kit* obstrução cairia, negociou um acordo.

Peço a compreensão dos colegas da Oposição e do Governo e dos Parlamentares da Comissão e, no papel de responsável pela bancada do PT, agradeço à Presidenta Flávia; saúdo o Senador Jean Paul Prates; saúdo o Líder da Minoria no Senado, Senador Paulo Rocha, Líder do PT; e os meus companheiros de bancada Marcon, Paulão, Nilto Tatto e Paulo Pimenta.

Nós fizemos a disputa política até onde pudemos. Votamos contra e vamos para o plenário do Congresso denunciar. Lá também há um *kit* obstrução. Há uma controvérsia sobre um voto derrubado na Câmara e mantido no Senado. Vamos ver como acontece lá.

Agora, está certo que o Governo Bolsonaro não está fazendo questão do Orçamento. Está contando com aproximadamente 250 bilhões de reais de superávit de fundos constitucionais, conforme autorizado pela Emenda Constitucional nº 109, a serem utilizados para amortização da dívida pública. Então, sobram 250 bilhões de reais na conta do Governo. Há uma previsão de incremento de receita, no relatório da Receita, de 32 bilhões de reais. Há um remanejamento de dotações: o Relator anulou e remanejou aproximadamente 13 bilhões de reais da Previdência e 1 bilhão e 500 milhões de reais do seguro-desemprego. O que fez com o FAT é impressionante: adiou o desembolso do abono salarial, o que dá aproximadamente 8 bilhões de reais. Também remanejou 4 bilhões de reais de obras e de subvenções para o setor agrícola.

Nós consideramos que era possível ter feito uma suplementação para as universidades, para o meio ambiente, para o Sistema Único de Assistência Social. O CONGEMAS — Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social está em pânico, assim como muitos Prefeitos filiados a partidos da base do Governo. O orçamento da EMBRAPA, tão importante, precisa ainda de expressiva suplementação, assim como o orçamento para a reforma agrária, para a agricultura familiar, o PAA e o orçamento do IBGE para a realização do censo.

Então, vamos fazer a disputa no plenário e vamos seguir na disputa também dos PLNs. Vamos pedir audiência do Presidente do Congresso e do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, e do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, com as entidades dos



movimentos da sociedade civil organizada. Já que o Presidente da República não governa na saúde e precisa que os Presidentes dos outros Poderes entrem no jogo para garantir vacina para o povo brasileiro, também na gestão orçamentária vamos pressionar o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso, para obtermos êxito nos próximos PLNs, de modo que, se não conseguirmos mais nenhuma alteração, até a aprovação final do Orçamento de 2021, haja recomposição de rubricas estratégicas tão importantes.

Obrigado, Presidenta Flávia Arruda. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Obrigado, senhoras e senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado Afonso Florence, a quem agradeço pela disponibilidade para o diálogo, para o acordo. Graças à compreensão de V.Exa., nós pudemos encerrar a apreciação do Orçamento hoje.

Para encerrar, porque precisamos ir para o plenário do Congresso Nacional, concedo a palavra ao Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE) - Presidente, quero apenas parabenizar V.Exa. pela condução firme e serena, e o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar, por ter conseguido, neste mês, aprovar a PEC Emergencial e o relatório do Orçamento — tenho certeza que sua equipe também trabalhou muito neste mês de março. Parabenizo V.Exas. porque, neste momento tão esquisito e no ambiente fiscal em que nós vivemos, é difícil conduzir a apreciação do Orçamento.

Sob a condução da nossa Deputada Flávia e do nosso Relator Marcio Bittar, sem dúvida esta foi uma Comissão que prestou um grande serviço ao País.

Parabenizo também toda a equipe do gabinete do Senador Marcio Bittar, por intermédio do Felipe, que é o Chefe de Gabinete, e dos Consultores — estão aqui o Aritana, a Cláudia, a Jô.

Parabéns, Presidente, pela condução!

Parabéns a todos da Comissão!

Parabéns, Senador Marcio Bittar!

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Obrigada, Deputado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (Bloco/PSD - SP) - Parabéns, Presidente!

Parabéns, Relator!



E, principalmente, parabéns, servidores, que têm paciência conosco! Parabéns pelo trabalho!

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Isso mesmo, Deputado Cezinha.

Eu quero, antes de encerrar, também fazer os meus agradecimentos, muito rapidamente.

Eu quero agradecer, primeiro, ao meu Líder, o Deputado Wellington Roberto, por ter me indicado, junto com os meus colegas do PL, para esta missão, e ao Líder Arthur Lira, hoje Presidente da Casa, que confiou a mim esta missão tão importante e que tanto me honrou. Eu espero ter correspondido à expectativa de todos.

Agradeço à bancada feminina, que — mesmo eu não tendo sido indicada pela bancada — de forma maciça, declarou apoio a mim, por eu ser a primeira mulher da Câmara dos Deputados a presidir a Comissão de Orçamento. Quero dizer que foi uma honra e um orgulho exercer essa função e espero ter deixado um legado importante para todas nós. Todos os dias, ao longo desses 40 dias que eu saía de casa e não voltava tão cedo, as minhas filhas, na minha ausência, sabiam que eu estava em uma missão, abrindo caminho para muitas mulheres que ainda virão. Eu quero agradecer de todo o coração. Tentei deixar, junto com o Senador Marcio Bittar, uma marca de ação orçamentária dedicada exclusivamente às mulheres, para o enfrentamento à violência, algo tão difícil que nós vivemos, e, neste momento, ainda mais.

Grandes desafios eu tive desde o dia em que assumi. Primeiro, o tempo recorde, um prazo exíguo para um Orçamento muito difícil, o qual o Senador Marcio Bittar conduziu com maestria, com gentileza — eu também lhe agradecerei, mas vou deixar para o final.

Também vivi, pessoalmente, dificuldades, Senador e demais Deputados, por ter de vir todos os dias tratar de números, num momento em que o País perde vidas. Foi muito doloroso — mas foi uma missão — saber que nós estamos tratando do Orçamento, de números, e tantas vidas estão sendo perdidas em virtude da pandemia e de outros problemas. Mas nós não nos furtamos e não vamos nos furtar em nenhum momento de exercer a nossa missão — muito pelo contrário, criamos ações específicas para enfrentar esse problema.

Quero agradecer de forma muito especial a todos os membros e Líderes que fizeram parte da Comissão de Orçamento.



Quero dizer ao Deputado Afonso Florence, que, em momento algum se desliga deste trabalho ou sai do cenário, muito obrigada pela gentileza, pelas palavras e pelo senso democrático com que V.Exa. levou esta Comissão Mista de Orçamento. Na sua pessoa, quero agradecer a todos os membros da Comissão.

Quero agradecer a todos os Relatores Setoriais, que ajudaram muito em todos os momentos.

Quero agradecer, Senador Marcio, se me permite, em especial, à sua equipe. Felipe, Antônio, Jô foram parceiros. Isso eu vou levar para o resto da minha vida. Muito obrigada por tudo.

Obrigada, de todo meu coração, a todos os servidores. Eu cumprimento, por meio do Walbinson, todos os servidores da Comissão Mista de Orçamento, que, mesmo num momento crítico de pandemia, nunca deixaram de estar presentes. Vocês foram os verdadeiros guerreiros que trabalharam para que esta Comissão pudesse chegar ao Orçamento em tempo recorde.

Mais uma vez, de forma muito especial, agradeço a toda a minha equipe, a todo o meu gabinete e a toda a Consultoria de Orçamento. Se não fossem eles, eu não estaria aqui hoje.

Romero, Renato e Isa, muito obrigada por tudo.

Quero agradecer, de forma especial, a V.Exa., Senador Marcio Bittar, tentando não me emocionar, porque foi uma grande honra para mim fazer parte desta Comissão como a primeira mulher, a primeira Deputada, tendo como Relator um Senador tão especial quanto V.Exa.: gentil, educado, cordial e, ao mesmo tempo, muito firme em todas as suas colocações.

V.Exa. enfrentou grandes desafios, foi Relator de uma PEC difícil e nunca se furtou aos desafios que enfrentou. Eu tenho muito orgulho e muito prazer de ter feito parte desta Comissão. Agradeço de todo meu coração a todos os servidores desta Casa, ao DEPOL, aos copeiros e garçons, que, ao longo desses dias todos, estiveram junto comigo. Mas faço um agradecimento muito especial a V.Exa. por tudo o que significou nesta passagem minha por aqui.

Muito obrigada a todos.

O Orçamento vai ao Plenário do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.